

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
REPRESENTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE	6
CARACTERIZAÇÃO DO MEIO-FÍSICO NATURAL E QUESTÕES AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE, RIO GRANDE DO SUL.....	8
AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM SÃO JOSÉ DO NORTE.....	28
A PREVIDÊNCIA RURAL EM SÃO JOSE DO NORTE E SEUS IMPACTOS TERRITORIAIS	51
PRINCIPAIS DADOS DEMOGRÁFICOS	82
Tabela 01: População residente (número de habitantes) por faixa etária e sexo, Brasil, Rio Grande do Sul, 2006 e São José do Norte, 2007.....	82
Tabela 02: População recenseada, por situação do domicílio e sexo, Rio Grande do Sul, São José do Norte, 2007.	82
Tabela 03: Domicílios particulares ocupados, por sexo da pessoa responsável pelo domicílio, Rio Grande do Sul, São José do Norte, 2007.	83
Tabela 04: Domicílios particulares e permanentes (unidade) e população recenseada em domicílios particulares e permanentes (pessoas), São José do Norte, 2007.....	83
Tabela 05: População residente (número de habitantes) por faixa etária e sexo, São José do Norte, 2007.	83
Tabela 06: População de homens, mulheres e total por faixa etária da cor branca e preta ou parda (número de habitantes), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.	84
Tabela 07: Média de anos de estudo por faixa etária, segundo sexo e cor, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.	85
Tabela 08: Média de anos de estudo por faixa etária, segundo sexo e cor, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.	85
Tabela 09: Taxa de analfabetismo (%) por faixa etária, segundo sexo e cor, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.	86
Tabela 10: Taxa de analfabetismo (%) por faixa etária, segundo sexo e cor, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.	86
PRINCIPAIS DADOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA	87
Tabela 11: Domicílios particulares e permanentes (unidade) e destino do lixo, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.	87
Tabela 13: Domicílios particulares e permanentes (unidade) e formas de abastecimento de água, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.....	89
Tabela 14: Número de ligações de água (unidade), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.	90
Tabela 15: Número de ligações de esgoto (unidade), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.	90
PRINCIPAIS DADOS ECONÔMICOS	91
Tabela 16: Produto interno bruto a preços correntes e <i>per capita</i> (em R\$): Brasil, 2004 e Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2005.....	91
Tabela 17: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.	91
Tabela 19: Origem da renda pessoal, Rio Grande do Sul, Rio Grande e São José do Norte, 1991 e 2000	92
Tabela 21: Número de trabalhadores com carteira assinada, Brasil, Rio Grande do Sul, Rio Grande e São José d Norte, entre 2005 e 2008	92

Tabela 23: Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes e PIB <i>per capita</i> , Rio Grande do Sul, Rio Grande, São José do Norte entre 2004 e 2006.....	93
Tabela 24: Produto Interno Bruto (PIB), PIB <i>per capita</i> e colocação no <i>ranking</i> estadual, Rio Grande e São José do Norte, 2006.....	93
Tabela 25: Participação dos setores produtivos na composição do PIB, rio Grande do Sul, Rio Grande e São José do Norte, 2006	93
Tabela 26: Rendimento médio em faixas de salário mínimo das pessoas em Rio Grande, São José do Norte, Rio Grande do Sul e Brasil em 2007	94
Tabela 27: Rendimento médio em faixas de salário mínimo das pessoas em Rio Grande, São José do Norte, Rio Grande do Sul e Brasil, em 2008	94
Tabela 28: Número de estabelecimentos, São José do Norte, 2008	95
PRINCIPAIS DADOS AGROPECUÁRIOS	96
Tabela 29: Condição do produtor por estabelecimento rural e área total, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2006.	96
Tabela 30: Utilização das terras por estabelecimento e área total no Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2006	97
Tabela 31: Pessoal ocupado em estabelecimentos rurais por sexo nos grupos de área, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2006.	98
Tabela 32: Pessoal ocupado por grupo de atividade econômica, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2006.	99
Tabela 33: Quantidade produzida, valor da produção, área plantada e área colhida da lavoura temporária, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2007.....	100
Tabela 34: Evolução dos efetivos rebanhos por espécie (cabeças), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte 2002-2007.....	101
Tabela 35: Evolução da produção de leite, lã, ovos de galinha e mel de abelha (litros, quilogramas e dúzias), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2002-2007...	102
Tabela 36: Quantidade produzida de leite de vaca por grupo de atividade econômica (mil litros), Brasil, Rio Grande do Sul e Rio São José do Norte, 2006.	103
Tabela 37: Evolução dos efetivos rebanhos por espécie (cabeças), Brasil e Rio Grande do Sul, 1997-2007.	104
Tabela 38: Evolução dos efetivos rebanhos por espécie (cabeças), São José do Norte, 1997-2007.....	105

APRESENTAÇÃO

César Martins e Susana Silva
Professores e pesquisadores do NAU - ICHI / FURG

O Núcleo de Análises Urbanas (NAU) do Instituto das Ciências Humanas e da Informação (ICHI) apresenta, em três anos, o terceiro número do CaderNAU: Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas. Consideramos uma vitória, pois o NAU criado em 2002 no então Departamento de Geociências (DGEO), em função da reestruturação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) no ano de 2009 o NAU foi retirado de sua sala e colocado em uma área menor onde até a metade do ano não existiam instalação elétrica, pontos de conexão com a rede mundial de computadores e janelas. A área atualmente é a mesma e sem janelas, mas com a ligação na rede elétrica e com pontos de *internet*, lentamente retomamos o ritmo do trabalho em anos anteriores.

A melhoria das condições de trabalho permitiu a retomada das atividades de pesquisa e extensão com a participação de estudantes de graduação, de pós-graduação, dos pesquisadores e a reativação de projetos como o ciclo de palestras “Quintas Urbanas” realizado desde 2005 e a edição deste número do CaderNAU.

Neste número, mantemos e inovamos o padrão dos números anteriores dedicados aos municípios do Rio Grande e de Erechim. Mantemos o padrão, pois insistimos no rigor em utilizar os limites e as possibilidades dos bancos de dados disponíveis sem sobrepor ou confundir nossas atividades, como pesquisadores, que devem refletir teoricamente, sobre os processos nas múltiplas escalas com aquelas tarefas que devem e são executadas por diferentes órgãos do Estado brasileiro. Também, oferecemos ao público um CaderNAU dedicado a um município: São José do Norte. Este município, separado do Rio Grande por um estreito canal, tão distante pela precariedade do transporte hidroviário e tão próximo pelos laços que unem o passado e as projeções para o futuro, especialmente para as pessoas que diariamente fazem a travessia em busca de satisfação das necessidades e, sobretudo, dos desejos de melhoria de suas condições de vida e de seus concidadãos.

Inovamos, pois este número além de conter uma síntese dos principais dados demográficos e econômicos de São José do Norte, apresenta uma parte da produção realizada na FURG sobre o município. A escolha dos textos pelo Conselho Editorial do CaderNAU foi baseada em uma concepção científica e especialmente do campo disciplinar da Geografia: a significância e o reconhecimento de um recorte disciplinar é dada pela clareza dos conceitos e da metodologia e não pelas tentativas de realizar pesquisas e de ganhar notoriedade por possíveis relações ou sínteses.

Retomamos uma concepção clássica que entende que a realidade pode ser analisada e exposta pelo caminho das múltiplas determinações, como sobejamente sugerido por geógrafos de envergadura e quase esquecidos como André Cholley (1886-1968). Os artigos deste CaderNAU são exemplos das possibilidades oferecidas por sólidas formações na Geografia. Idéias como as de Cholley, estão na contra-mão dos interesses momentâneos dos modismos que dão prestígios fugazes e confundem o processo formativo dos profissionais da Geografia, seduzidos pelos incensos das chamadas novas temáticas e novos recortes. Os artigos que compõem o CaderNAU evitam oportunismos e oportunistas.

Assim, no primeiro artigo os geógrafos Allan de Oliveira e Luciano Lucas, baseados na concepção da possibilidade da leitura do Planeta como base material que é uma determinação da produção e da reprodução da humanidade, sintetizam alguns dos principais estudos sobre os ambientes naturais instalados naquele recorte espacial. Numa frase: é um modelo a ser seguido por jovens pesquisadores que entendem a indispensabilidade de estudar os ritmos, formas e processos da Natureza com metodologias que são tributárias do que foi consagrado como Geografia Física.

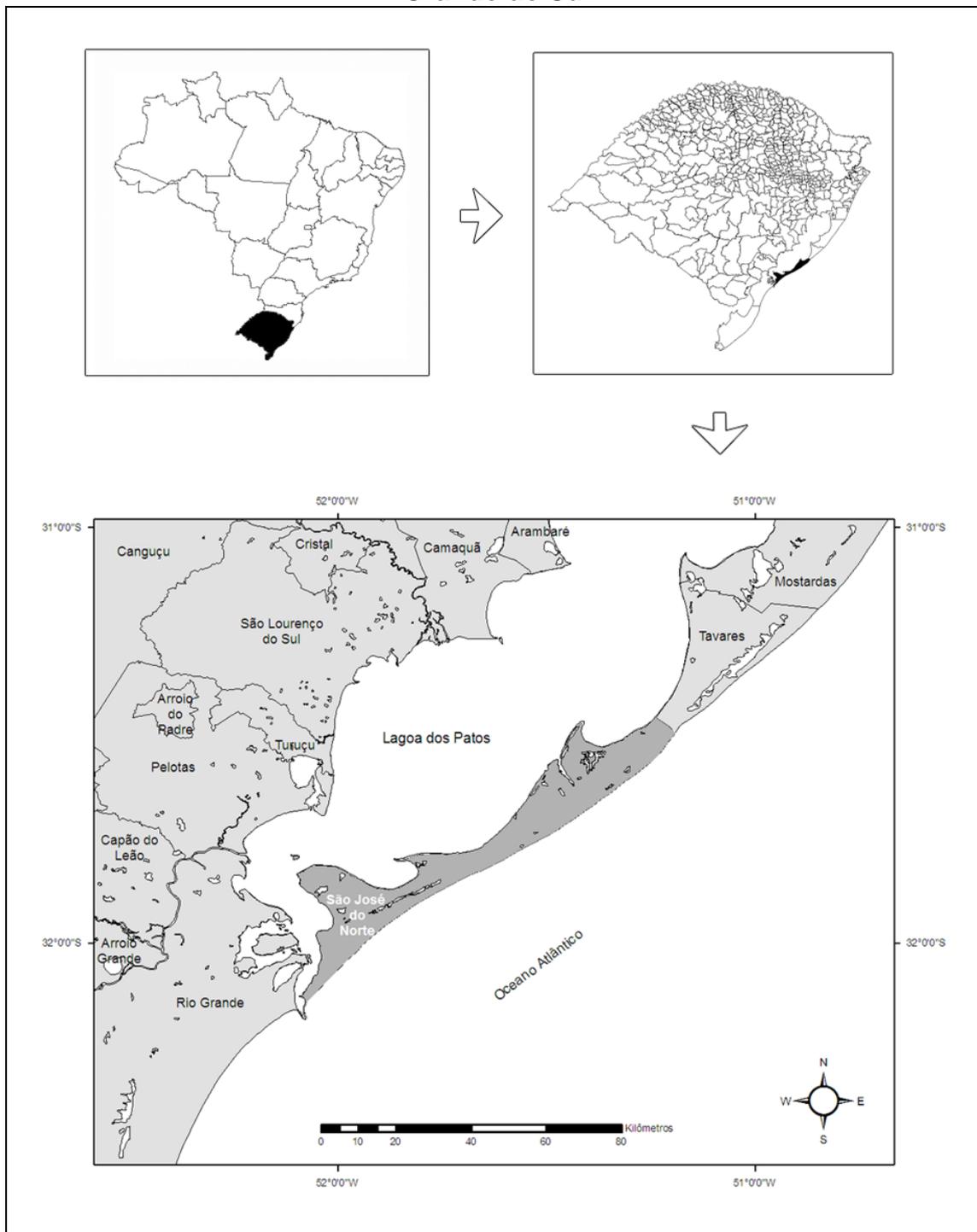
A transformação do Planeta em Mundo na escala proposta é abordada nos dois artigos seguintes. No segundo artigo do CaderNAU, Luiz Fernando Mazzini Fontoura, professor na FURG entre 1989 e 2000 e desde lá no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresenta seu estudo sobre a gênese e as transformações no município de São José do Norte afirmado como “a capital nacional da cebola” até o final dos anos de 1980 e começo da década de 1990. No terceiro artigo, o geógrafo Jefferson Rodrigues dos Santos, discute a combinação das

determinações para a transformação do município de São José do Norte a partir dos processos que fazem a transição do agrário-rural para a afirmação da sociedade urbano-industrial. Ou seja, os três artigos estão articulados pelo recorte espacial e por uma concepção de ciência e de Geografia.

Por fim, mais do que cumprirmos nossas obrigações de um grupo de pesquisa, esperamos que este número estimule a intensificação do debate acadêmico como resultado de pesquisas realizadas com bases conceituais e metodológicas radicais e não sectárias. E nosso agradecimento a direção do ICHI pela acolhida e estímulo as nossas iniciativas e para os estudantes de Graduação em Geografia que circulam pelo NAU, especialmente para José Francisco de Moura que colaborou na elaboração das tabelas com os dados do Censo Agropecuário.

REPRESENTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

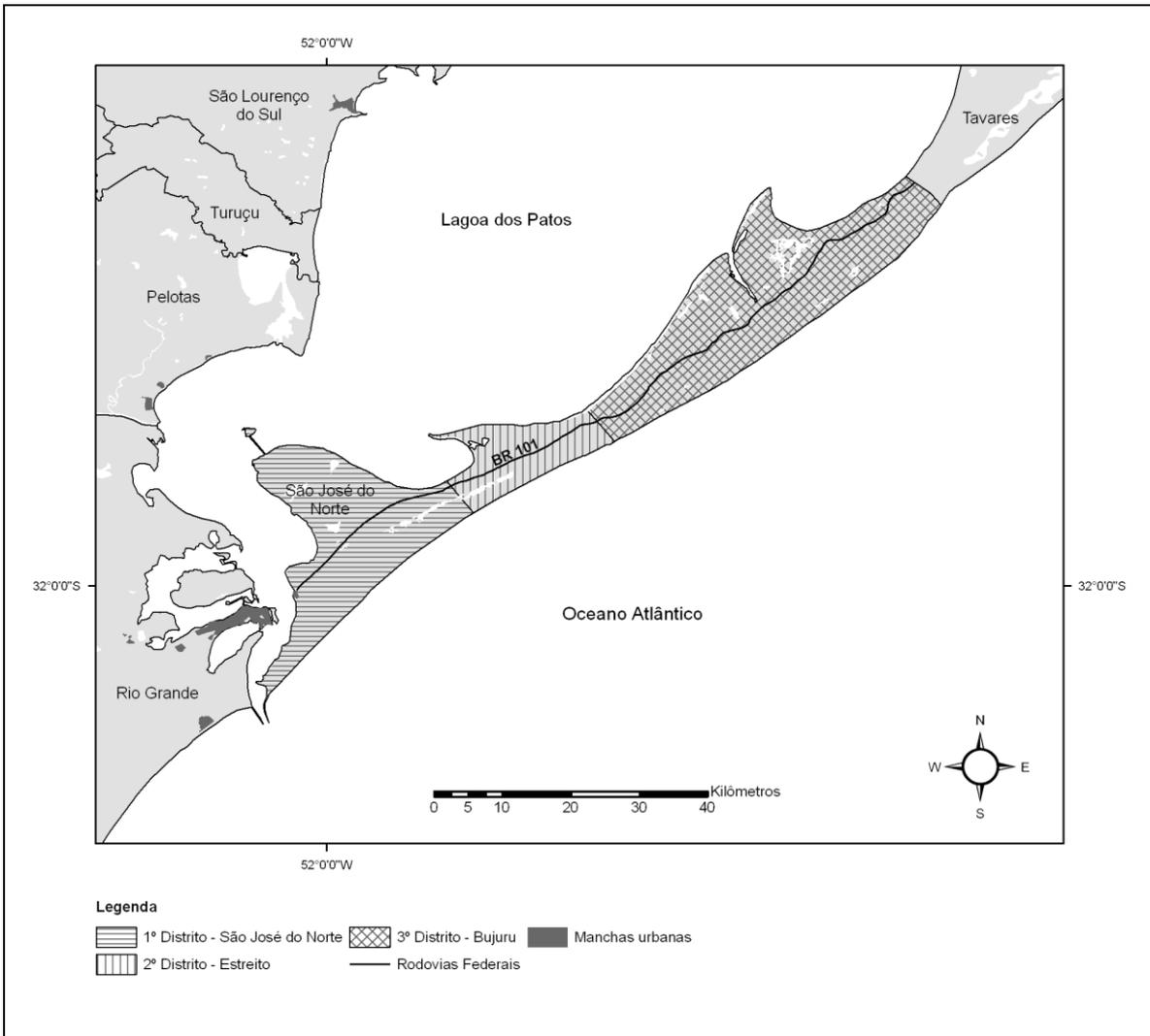
Município de São José do Norte: localização no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Malha municipal digital do Brasil (1:500.000), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2005; Base cartográfica digital do Rio Grande do Sul (1:250.000), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2006.

Adaptado por Luciano Marin Lucas. Geógrafo - CREA/RS 125936

Município de São José do Norte: divisão distrital, áreas urbanas e rodovias federais



Fonte: Malha municipal digital do Brasil (1:500.000), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2005; Base cartográfica digital do Rio Grande do Sul (1:250.000), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2006.

Adaptado por Luciano Marin Lucas. Geógrafo - CREA/RS 125936

CARACTERIZAÇÃO DO MEIO-FÍSICO NATURAL E QUESTÕES AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE, RIO GRANDE DO SUL

THE CHARACTERIZATION OF THE NATURAL PHYSICAL ENVIRONMENT AND ENVIRONMENTAL ISSUES IN SÃO JOSÉ DO NORTE, RIO GRANDE DO SUL STATE

Allan de Oliveira de Oliveira*
Luciano Marin Lucas**

Resumo

O texto apresenta uma síntese das características do meio físico no município de São José do Norte. Com base na pequena bibliografia e atividades de campo são apresentados as premissas básicas da Geologia, da Hidrogeologia, da Geomorfologia, da Hidrografia e da vegetação neste município costeiro do estado do Rio Grande do Sul. O trabalho é concluído com a apresentação de algumas questões ambientais na área municipal.

Palavras-chave: Geografia física; planície costeira; questões ambientais

Abstract

This paper synthesizes the characteristics of the physical environment in São José do Norte. I have presented the basic premises of Geology, of Hydrogeology, of Geomorphology, of Hydrography and of the vegetation in this coastal city in Rio Grande do Sul state, based on a short bibliographical review and on field trips. I have concluded the paper by presenting some environmental issues that affect this city.

Key-words: physical Geography; coastal plain; environmental issues

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo descrever as principais características do meio físico natural e algumas questões ambientais já apontadas e discutidas em trabalhos realizados no município costeiro de São José do Norte no Rio Grande do Sul.

* Graduado em Geografia - bacharelado (FURG); Mestre em Oceanologia Física, Química e Geológica (FURG); Pesquisador no Laboratório de Oceanologia Geológica da FURG; allandeoliveira2@yahoo.com.br

** Graduado em Geografia - bacharelado (FURG); Mestre em Geografia (UFRJ); Pesquisador no Núcleo de Análises Urbanas da FURG; lucianomlucas@yahoo.com.br

1. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO-FÍSICO

Geologia

A história geológica da Planície Costeira do Rio Grande do Sul começou durante o Pleistoceno com a deposição de extensos pacotes sedimentares de origem marinha ao longo de toda a costa do Rio Grande do Sul. Estes pacotes após serem encobertos por depósitos eólicos e lagunares formaram duas grandes barreiras responsáveis pela geração de dois corpos lagunares, a laguna dos Patos e a Lagoa Mirim, e que deram a atual configuração para a Planície Costeira do Rio Grande do Sul (Godolphim, 1976; Villwock e Tomazelli, 1995).

De acordo com a figura 1, os depósitos pleistocênicos no município, de acordo com Tagliani (2002), são aqueles representados por sedimentos marinhos praias de dunas litorâneas da Barreira Marinha III, que possuem areias quartzosas finas, claras, bem selecionadas, com laminações plano-paralelas e cruzadas, mutuamente truncadas e, eventualmente, apresentam tubos fósseis de *Callianassa major* (Qbc3). Associados a estes existem depósitos eólicos formados por areias quartzosas finas a médias, bem selecionadas, cores castanho-avermelhadas, bem arredondadas e selecionadas, e com raras laminações plano-paralelas ou cruzadas de alto grau (Qbd3). Além dos depósitos arenosos e marinhos de idade pleistocênica, também ocorrem no município depósitos transicionais costeiros de planície lagunar (Qp3).

Os depósitos holocênicos que correspondem ao mais recente sistema deposicional da Planície Costeira, desenvolvido durante o último evento de transgressão marinha, são representados na sua maior parte por terraços lagunares completamente planos, compostos por areias síltico-argilosas, mal selecionadas, cor creme, laminação plano-paralela incipiente (Qp4 inundado e Qp4 inundável), onde no extremo sul do município são recobertos por lençóis arenosos de deflação eólica (Qp4+planície arenosa). Nas margens da lagoa, em áreas onde são encontrados esporões recurvados, existem depósitos eólicos de dunas lagunares e depósitos de cristas e praias lagunares holocênicas (Qc4).

Além dos depósitos lagunares encontrados ao longo do município, dunas atuais de retrabalhamento eólico (Qdr4) estão associadas aos depósitos Qbc3+Qbd3, e próximo a linha de costa oceânica ocorrem sedimentos praias e

eólicos, com mineralogia basicamente quartzosa e de alto grau de maturidade, onde são encontradas dunas livres.

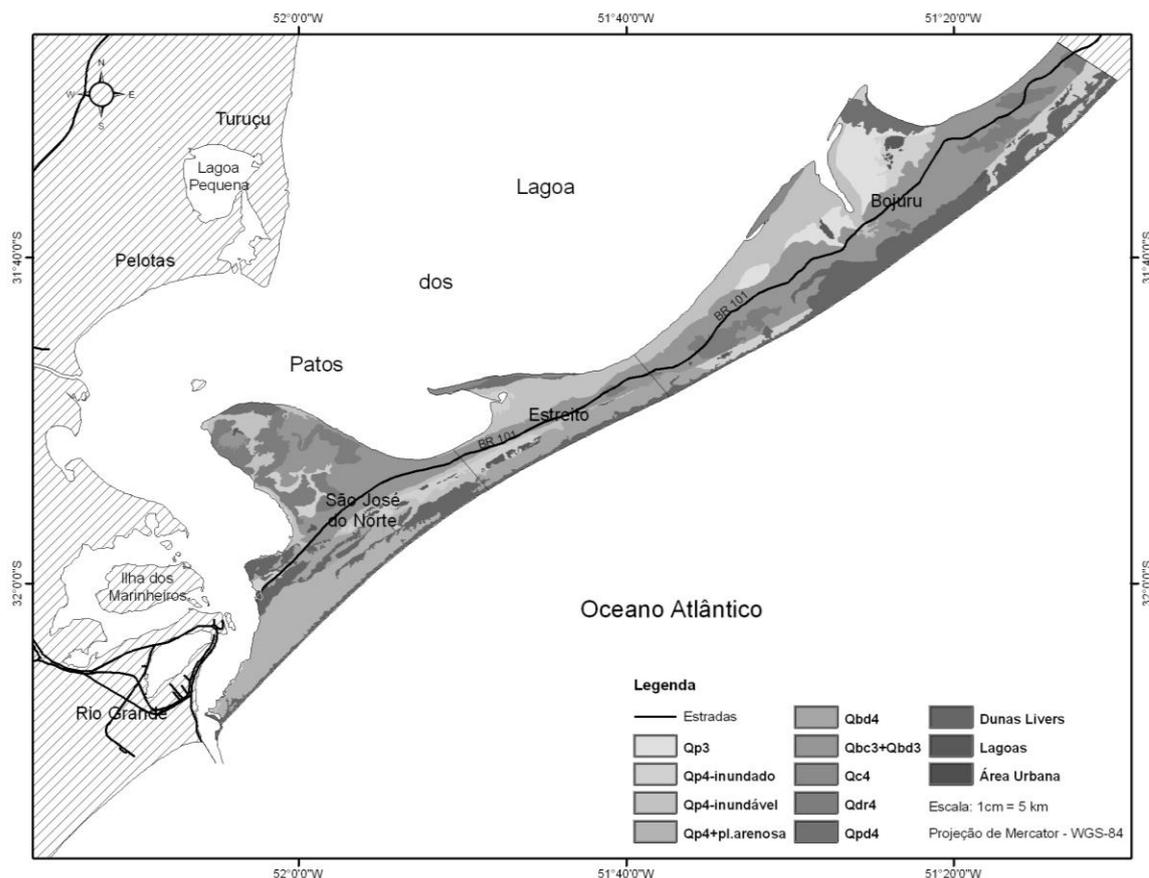


Figura 1. Mapa Geológico de São José do Norte (Modificado de Tagliani, 2002).

Hidrogeologia

Quanto a hidrogeologia e de acordo com a Classificação dos Aquíferos do Rio Grande do Sul, proposta pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM (2005), o município de São José do Norte está inserido no Sistema Aquífero Quaternário Costeiro I, que compreende todos os aquíferos associados com os sedimentos da planície costeira do Estado, desenvolvendo-se desde o Chuí até Torres. Compõe-se de uma sucessão de camadas arenosas inconsolidadas de granulometria fina a média, esbranquiçadas, intercaladas com camadas siltico-arenosas e argilosas. As capacidades específicas em geral são altas, ultrapassando 4 m³/h/m. As salinidades são inferiores a 400 mg/l e eventualmente são encontradas águas cloretadas com maior teor salino.

Geomorfologia

As formas de relevo encontradas no município de São José do Norte estão intimamente ligadas a Geologia do local. De acordo com o Projeto RADAMBRASIL (IBGE, 1986) o município está inserido no Domínio Morfoestrutural das bacias sedimentares, que é constituído de extensas planícies costeiras, numa vasta superfície plana, alongada, na direção NE-SO, com variação N-S, alargando para sul, onde se encontra um grande corpo lagunar, a laguna dos Patos. É uma grande restinga com uma altimetria muito reduzida, e litologia basicamente quaternária, que recebeu aporte de material tanto continental como marinho. Este domínio morfoestrutural possui duas regiões geomorfológicas: Planície Costeira Interna e Externa, ocorrendo as duas em São José do Norte (Figura 2).

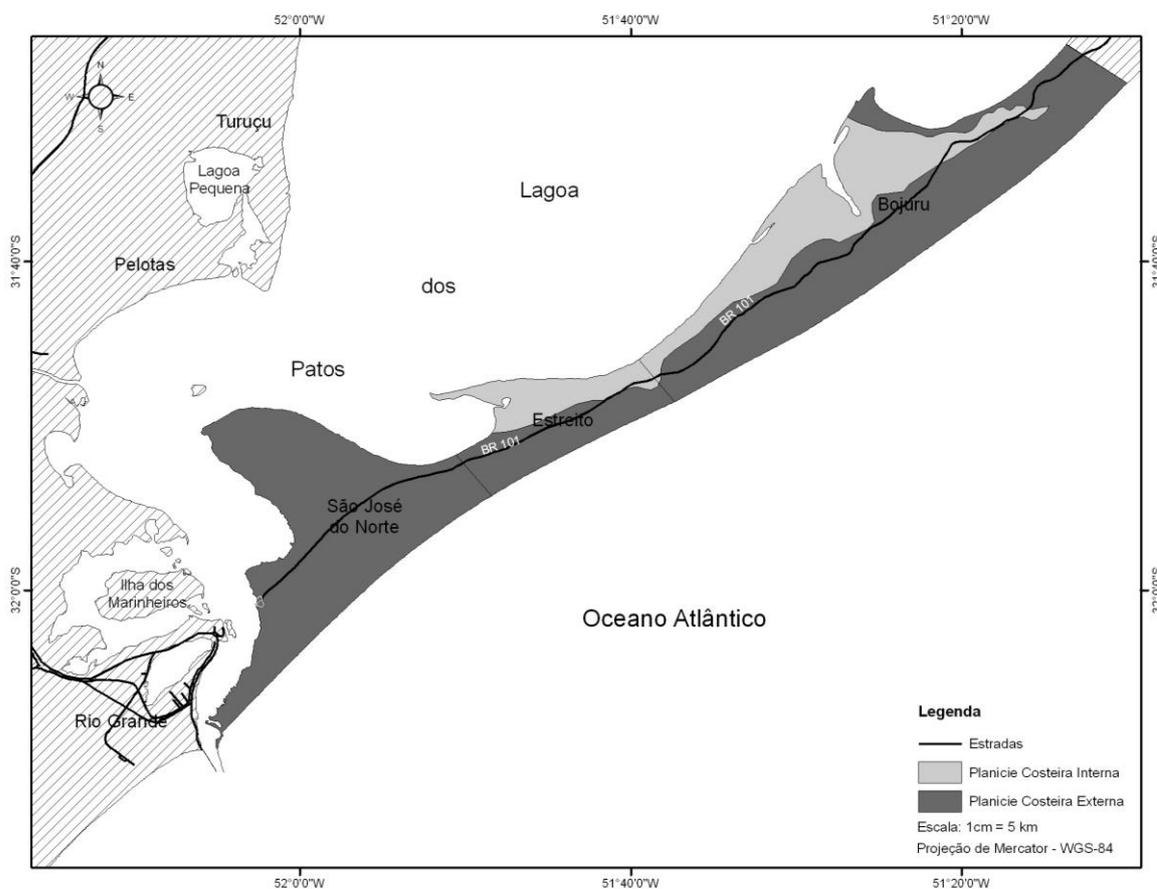


Figura 2. Mapa Geomorfológico de São José do Norte (Modificado de RADAMBRASIL, 1986).

Planície Costeira Interna – esta região é dividida em duas unidades geomorfológicas, Planície Aluvio-Coluvionar e Planície Lagunar, ocorrendo apenas a Planície Lagunar no município. Esta se caracteriza por ser uma área plana, homogênea, sem dissecação, onde dominam os modelados de acumulação representados por planícies e terraços lagunares, apresentando ruptura de declive em relação à planície lagunar recente. Esta geomorfologia pode ser observada nos distritos de Estreito e Bojuru, na margem esquerda da BR-101 no sentido S-N (Figura 2).

Planície Costeira Externa – ocupa a maior parte do município, compreendendo os modelados originados pelos depósitos marinhos e eólicos, com fixação de uma vegetação pioneira, vegetação esta que será descrita posteriormente. Formas de dunas ou planícies arenosas são comuns na maior parte do município, entretanto no distrito do Estreito ocorre uma área plana resultante de processos de acumulação lagunar que é periodicamente inundada, próxima a margem direita da BR-101 no sentido S-N, conhecida como Banhado do Estreito (Figura 2).

Morfodinâmica praial

Variações na morfologia de um sistema praial são causadas pela interação de ventos, ondas, marés e correntes que se somam às características do material formador das praias, que de uma forma geral passam por processos de acreção e erosão nas estações de verão e inverno, respectivamente. Ao longo de 11 km de praia, desde a base do molhe leste até o balneário do Mar Grosso, as variações morfodinâmicas são consideradas pequenas, onde ocorre a predominância de estágio dissipativo, com um perfil de baixa pendente e de pós-praia largo (De Oliveira, 2005). A mobilidade dos sedimentos tende a obedecer a padrões sazonais, a exceção de períodos em que a passagem de frentes frias associadas ou não a ciclogêneses atuem na costa.

As diferenças encontradas para este trecho de costa, obtidas através de quatro pontos de monitoramento, mostrou que a presença de estruturas de fixação da desembocadura da laguna dos Patos causa taxas de acreção e erosão diferentes ao longo de um pequeno segmento da costa. Processos de refração e difração de ondas, que ocorrem na região devido aos molhes,

induzem um realinhamento da linha de costa. Além disso, ondas de tempestades de quadrante SE, que possuem maior capacidade de erosão, atuam mais facilmente na costa, devido ao seu caráter mais exposto, diferente da praia do Cassino, adjacente ao molhe oeste, onde é formada uma zona de proteção inibindo a erosão.

Barletta (2000) ao realizar perfis praias no Farol do Estreito e Farol do Conceição caracterizou estas duas regiões da costa como praias intermediárias, entretanto cada uma com características peculiares. No Farol do Estreito a praia tende a alcançar seu máximo acrescido nos meses de verão, quando a praia se aproxima de um estágio mais reflectivo. No inverno essa característica termina devido a passagens de sistemas frontais que aumentam a energia de ondas erodindo e remobilizando o material sedimentar da praia.

A praia do Farol do Conceição é a que apresenta maior diferença entre todas as praias do município, principalmente pela sua característica erosiva. Esta praia é curta e retilínea, apresentando sistemas de dunas tipo *hummock*, além dunas frontais bem escarpadas e com afloramento de turfas, evidenciando a erosão na área. Para Tomazelli et.al. (1996) a taxa de erosão desta área chegou a 50 m no intervalo de 20 anos, não sendo considerado um evento gradual, mas sim episódico quando da passagem de eventos extremos pela área. Para Calliari e Speransk (2001) a praia do Farol do Conceição é uma região da costa do Rio Grande do Sul que possui erosão por padrões de refração de onda, devido a complexa batimetria tanto ao longo como paralelamente a linha de costa. Na frente desta praia, na porção submersa, são encontrados bancos arenosos lineares (antigas linhas de praia), terraços marinhos, afloramentos de *beachrocks* lineares e aleatórios.

Dunas Frontais

As dunas frontais, formações deposicionais arenosas que ocorrem em praias dominadas por ondas, são encontradas na costa de São José do Norte, mas possuindo características diferentes ao longo da costa. De acordo com Calliari et. al. (2005) e De Oliveira e Calliari (2006) existem vários fatores que viabilizam a formação destas feições, mas é a orientação da linha de costa em relação ao vento predominante, e a intensidade deste, os fatores mais relevantes para sua variabilidade.

Ao longo da linha de costa, o vento NE, que é o vento predominante na região, possui várias orientações o que influencia a efetividade regional do transporte eólico. Nas regiões próximas ao Farol da Conceição e Estreito os sedimentos da praia tendem a ser transportados para o oceano, e no restante da costa o vento atua quase paralelamente a costa, como é o caso do balneário do Mar Grosso. Isto propicia a formação de cordões de dunas com média a baixa altura, além de causar um constante retrabalhamento do material formador das dunas.

Erosão Costeira

Os trabalhos de mapeamento de áreas da linha de costa em erosão já realizados no município mostram algumas divergências, devido a alguns fatores, como: enfoque do trabalho, escala de trabalho e escala temporal. Para Lélis (2003) em estudo de variação espaço-temporal da linha de costa em áreas adjacentes a desembocaduras do Rio Grande do Sul entre 1975 e 2000, a linha de costa da praia do Mar Grosso possui trechos em recuo. Já Calliari et al. (2000) em estudo baseado na concentração de energia de ondas em eventos extremos e de curto período propuseram que no trecho entre o molhe e Farol do Estreito a costa encontra-se estável; do Farol do Estreito até próximo a Tavares (município limítrofe com São José do Norte) a costa estaria em erosão, condição esta similar a encontrada por Esteves et.al. (2001) quando realizado estudo de variação espaço-temporal utilizando fotografias aéreas de 1975 e 2000. Já para Dillenburg et.al. (2000) em estudo sobre mudanças da linha de costa baseado na concentração de energia de ondas em longo período, da base do molhe até o Farol do Estreito a costa estaria em acreção, e do Farol do Estreito até o limite com Tavares a costa estaria em erosão.

Mesmo com a divergência entre os autores para o trecho compreendido entre o molhe até o Farol do Estreito, muito devido à escala de trabalho, destaca-se que para o trecho entre o Farol do Estreito e o limite com Tavares todos os autores encontraram a mesma condição de erosão.

Solos

Assim como a geomorfologia de São José do Norte está intimamente ligada a geologia local, os solos também possuem esta mesma característica

(Figura 3). Cunha (1994) apresentou a caracterização dos solos do município, assim como a capacidade e uso das terras, pesquisa esta realizada na Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA).

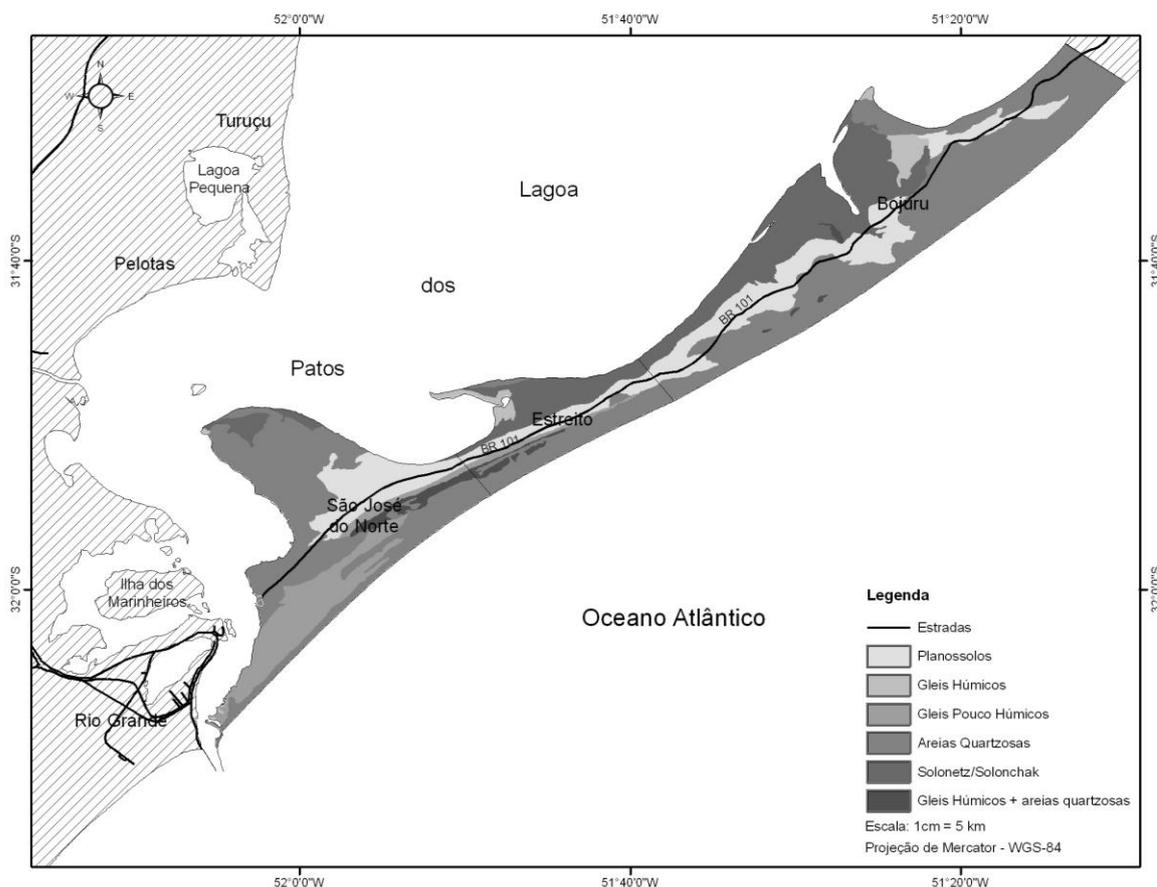


Figura 3. Mapa Pedológico de São José do Norte (Modificado de Tagliani, 2002).

Como o município está localizado em uma restinga litorânea, e por possuir uma área com depósitos arenosos em sua grande maioria, os solos também são muito arenosos (areias quartzosas hidromórficas). Em áreas de maior elevação, onde ocorre à formação geológica Barreira III, ocorrem os Planossolos que são imperfeitamente ou mal drenados, com horizonte superficial ou sub-superficial eluvial, de textura mais arenosa, que contrasta abruptamente com o horizonte B plânico mais adensado, geralmente de elevada concentração de argila com permeabilidade lenta ou muito lenta (Streck et. al., 2002).

Os Solonetz, desenvolvidos de sedimentos argilosos de média fertilidade, estão distribuídos em cotas mais inferiores, sendo considerados os solos com maior potencial agrícola do município. Já nas áreas mais baixas, que compreendem as planícies inundáveis, ocorrem solos diversificados, desde

arenosos (areias quartzosas) e salinos a argilosos (Gleis húmicos) com boa fertilidade no geral.

Quanto à capacidade e uso das terras, de acordo com Cunha (op.cit) as áreas que possuem maior aptidão para a agricultura intensiva estão localizadas onde são observadas as maiores cotas altimétricas do município, ou seja, ao longo das margens da BR-101, onde ocorrem solos do tipo Planossolos. Entretanto, para o autor existem limitações quanto a frenagem destes solos, além de riscos de alcalinização e salinização.

Hidrografia

Inserido na região hidrográfica litorânea, mais precisamente na bacia hidrográfica do litoral médio, o município de São José do Norte tem a leste o Oceano Atlântico e a oeste a Lagoa dos Patos (Figura 4).

De acordo com Tagliani (2002) a presença de uma barreira marinha pleistocênica que se estende por todo o limite do município no sentido SO-NE, forma um divisor de águas entre estes dois corpos hídricos.

Lagoas rasas e banhados desenvolvidos sobre terraços lagunares mais baixos ocorrem a oeste do divisor de águas, representados, principalmente, pela Lagoa do Juncal, Lagoa Negra e Lagoa do Moinho (Figura 5A), enquanto que, a leste, destacam-se as Lagoas do Estreito e da Tuneira. Essas lagoas constituem-se em importantes mananciais de água doce, cuja formação está associada a terrenos planos de baixa altitude e de formação geológica recente, mal drenados e que, de modo geral, estão associados ao afloramento do lençol freático.

Nessas áreas, é comum a presença de canais que drenam as águas dos corpos lagunares interiores para os corpos hídricos maiores, como o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos. Um exemplo disso, é o canal do estreito, que em épocas de maior pluviosidade, principalmente durante o inverno, drena as águas da Lagoa do Estreito para Oceano (Figura 5B).

A localização geográfica do município e a disponibilidades hídrica, nas suas mais variadas formas (marinha, lacustre e subterrânea), desempenham papel determinante no contexto socioeconômico do município. Para fins de pesca comercial e de lazer durante a estação do verão, são utilizadas as águas

do Oceano Atlântico, enquanto que, para pesca artesanal são usadas as águas da Lagoa dos Patos.

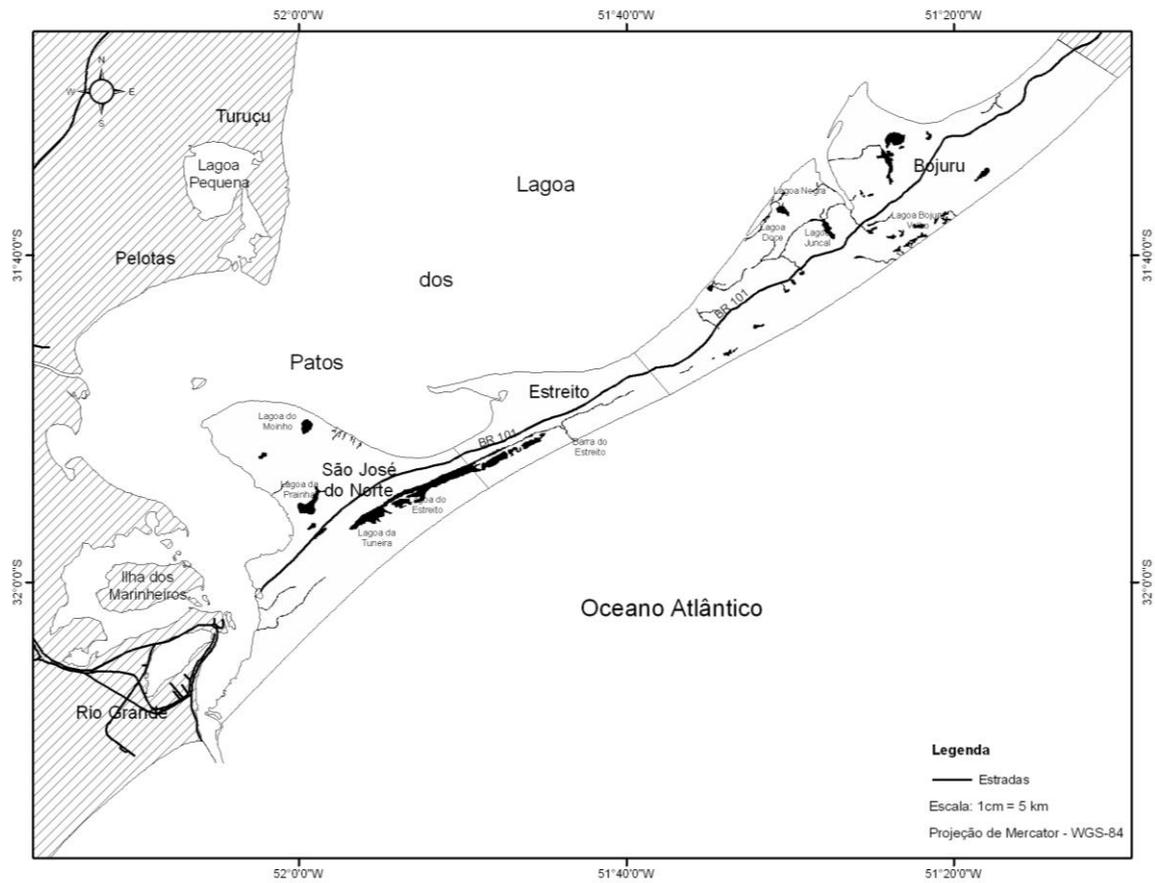


Figura 4. Mapa Hidrográfico de São José do Norte (Modificado de Tagliani, 2002).



Figura 5. Lagoa do Moinho (A); Canal do Estreito (B); Fonte: De Oliveira, A. O. (Foto A) e Tagliani, C.R.A (Foto B).

As águas das lagoas interiores destinam-se, não só para os sistemas de irrigação das culturas de arroz e cebola, como também para dessedentação de animais na pecuária. Já as águas do subsolo são captadas para abastecimento e consumo humano, sendo por meio de poços artesianos na área rural, enquanto que, na área urbana, a água é captada em seis poços e bombeada para a estação de tratamento da Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN), para posterior distribuição a população.

Vegetação

O município de São José do Norte possui uma vegetação típica de ocupação de solos recentes, constantemente rejuvenescidos por deposições fluvio-lacustre e marinha, durante o período quaternário. Sendo assim, por encontrar-se sob influência de agentes e processos deposicionais distintos, o município apresenta dois tipos de formações predominantes: as de área de influência marinha “Restinga” e as de área de influência fluvio-lacustre, além das áreas modificadas pela agricultura (Figura 6), de acordo com Projeto RADAMBRASIL (IBGE, 1986).

A vegetação de áreas de influência marinha, também denominada de “Restinga”, ocupa uma estreita faixa do litoral, recobrando os depósitos eólicos atuais, representados por dunas fixas e móveis, de areias finas e médias, quartzosas, assim como areias e depósitos finos, siltico-argilosos, ricos em matéria orgânica, depositados próximos a linha de costa, em planícies de marés e feixes de restinga.

A fitofisionomia é variável desde o ambiente praial a leste até o limite com o ambiente das áreas de influência fluvial. As formas predominantes nas áreas litorâneas são psamófitas e halófitas, enquanto que junto às dunas, além de espécies psamófitas também ocorrem espécies xeromorfas. Nos ambientes constantemente úmidos desenvolvem-se espécies higrófilas, geófitas e hemicriptófitas.

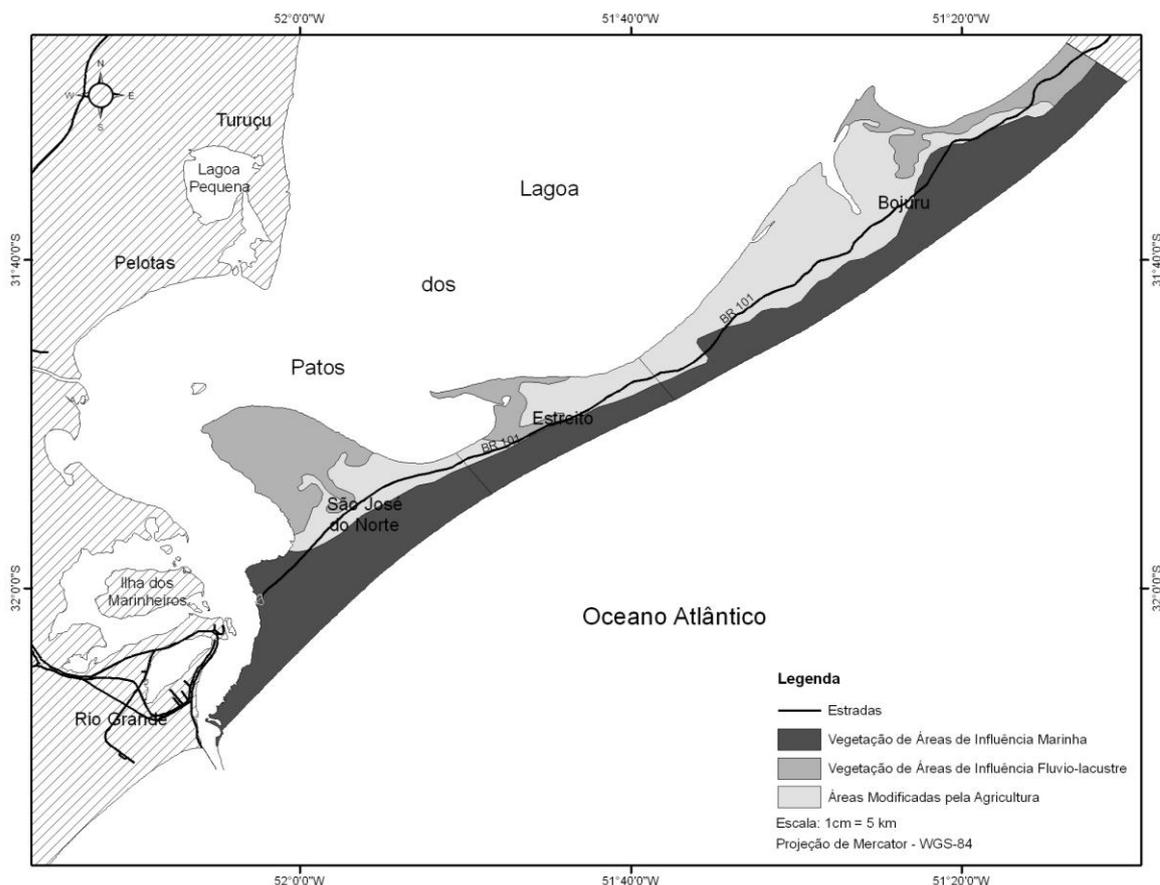


Figura 4. Mapa Fitogeográfico de São José do Norte (Modificado de RADAMBRASIL, 1986).

Os diferentes ambientes encontrados nesta área respondem por composições florísticas diversificadas que são:

- na faixa da praia, sob a influência da salinidade, ocorrem espécies halófitas e psamófitas, compondo uma comunidade pobre em espécies, rala e rasteira, como *Spartina ciliata* (espartina), *Senecio crassiflorus* (macela-graúda) e *Paspalum vaginatum* (grama-rasteira-da-praia);

- após a faixa da praia, em direção ao interior do município, passam a ocorrer as dunas móveis, com reduzidas condições de fixação às plantas, onde são encontradas espécies como *Spartina ciliata* (espartina), *Panicum racemosum* (capim-das-dunas), entre outras (Figura 7A);

- junto às encostas das dunas fixas e semimóveis e próximo a locais úmidos são encontrados pequenos e médios capões arbustivos e arbóreos, geralmente formando cordões paralelos ao litoral e constituídos por espécies xeromorfas e hígrófitas, entre as quais se destacam: *Rapanea umbeliata* (copororoca-vermelha), *Guapira opposita* (maria-mole), *Lithraea brasiliensis*

(bugreiro), *Erythroxylum argentinum* var. *calophyllum* (concon) e *Daphnopsis racemosa* (embira);

- nos locais planos e secos ocorre uma vegetação campestre hemisporófitas, rala, formada por gramíneas e ciperáceas como: *Andropogon leucostachyus* (capim-membeca), *Cenchrus echinatus* (capim-amoroso), *Andropogon arenarius* (plumas-brancas-do-litoral), entre outras; e

- nos banhados dispersos nas áreas de campos e às margens das lagoas, encontram-se espécies higrófitas como *Juncus* spp. (juncos), *Panicum reptans* (grama-branca) e outras. Nas áreas brejosas desenvolvem-se pequenos capões arbustivos e às vezes arbóreos, formados predominantemente por espécies higrófitas, como as seguintes: *Allophylus edulis* (vacunzeiro), *Blepharocalyx salicifolius* (murta) *Sebastiania klotzschiana* (branquilho), *Guapira opposita* (maria-mole), *Ficus organensis* (figueira-do-mato) e outras (Figura 7B).

A vegetação de áreas de influência fluvio-lacustre ocupa terrenos do período quaternário junto à lagoa dos Patos e ao longo de arroios, constituídos de terraços lagunares inundados e inundáveis (sujeitos a inundações periódicas), bem como de depósitos inconsolidados de areias e sedimentos siltico-argilosos de caráter fluvio-lacustre.

A fitofisionomia ocorrente nas áreas de dunas de areias, próximas às lagoas, são psamófitas e xeromorfas, enquanto que, em locais de solos hidromórficos, ocorrem espécies higrófitas, geófitas e hemisporófitas.

Ao longo dos cursos d'água são encontrados pequenos e médios capões constituídos por espécies de fanerófitas: *Ficus organensis* (figueira-domato), *Rapanea umbellata* (capororoca), *Sebastiania klotzschiana* (branquilho), *Mimosa bimucronata* (maricá) e outras (Figura 7C).

Nas áreas alagadiças (banhados), com solos mal drenados, são encontradas as espécies: *Eryngium* spp. (gravatás), *Cyperus* ssp. (juncos), *Scirpus giganteus* (tiririca), *Erythrina cristagalilli* (corticeira), entre outras, enquanto que, nas partes mais secas, ocorrem concentrações de cactáceas dos gêneros *Cereus* e *Opuntia*.

Os campos, nessa região, caracterizam-se por apresentar uma vegetação herbácea, composta principalmente por gramíneas rasteiras, adaptadas as condições sazonais (Figura 7D).



Figura 5. Vegetação de dunas costeiras marinhas (A); Banhado e mata de restinga (B); Vegetação arbórea e arbustiva associada a cursos d'água (C); Campos (D); Áreas de cultivo de *Pinus* sp. (E); Áreas de cultivo de cebola (E); Fonte: De Oliveira, A. O. (Fotos A, C e D) e Tagliani, C.R.A (Fotos B, E e F).

Sob influência marinha e fluvio-lacustre ocorre, na margem da lagoa dos Patos, a formação dos marismas que são constituídos por uma vegetação herbácea estuarina, adaptada as condições de salinidade proporcionada pela ação das marés. Caracteriza-se por ser um ecossistema com uma rica diversidade organismos que desempenha um importante papel no controle da erosão das margens.

As áreas modificadas pela agricultura, são aquelas em que a atividade antrópica alterou, totalmente ou em parte, as características fitogeográficas

predominantes. São as áreas de silvicultura de *Pinus* sp. (Figura 7E) e de *Eucalyptus* sp., cultivados na porção interior do município atrás dos campos de dunas, e as áreas ocupadas pela rizicultura (cultivo de arroz) na porção oeste do município, nos distritos de Estreito e Bojuru, e pela cebolicultura (cultivo de cebola) distribuída na porção sul do município (Figura 7F).

2. QUESTÕES AMBIENTAIS

A crescente expansão das atividades antrópicas sobre o meio ambiente tem causado modificações tanto na dinâmica natural como também na própria dinâmica humana. Nos municípios considerados litorâneos o que se observa é que a disposição espacial das atividades produtivas e sociais e a exploração dos recursos têm deixado de respeitar as características funcionais e estruturais inerentes a estas áreas (Rodriguez et al., 1997). O caráter econômico que estas regiões adquiriram ao longo dos anos, devido à especulação imobiliária e o valor estritamente mercantil que a urbanização e o turismo ditaram, fez com que os recursos naturais fossem super explorados, ultrapassando, muitas vezes, sua capacidade de suporte. É evidente que a exploração dos sistemas litorâneos exige a busca de organização espacial e funcional, para que estes recursos sejam aproveitados, mas sem impedir o funcionamento do sistema.

Esta questão é constantemente discutida na geografia, a chamada dialética homem/natureza. Neste artigo não é objetivo levantar uma discussão quanto ao que Marx já apontava em suas obras, ao mostrar a natureza enquanto recurso para a vida humana, mas sim mostrar que a atuação do homem sobre a natureza, quando não praticada com um planejamento adequado, tende a causar impactos muitas vezes difíceis de serem mitigados. A seguir será realizado um inventário de alguns problemas observados no município de São José do Norte, e que também ocorrem na maioria dos municípios costeiros do Brasil, a fim de possibilitar a comunidade em geral à conscientização quanto ao uso racional dos recursos.

Resíduos Sólidos Urbanos

Atualmente existe uma grande discussão com relação ao destino final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos pelos centros urbanos, que muitas vezes é realizado de forma irregular, aumentando a degradação do meio

ambiente. Esses resíduos são considerados a expressão mais visível e concreta dos riscos ambientais, ocupando um importante papel na estrutura de saneamento de uma comunidade urbana e, por conseqüência, na qualidade de vida local. Em São José do Norte esta situação não é diferente, como pode ser constatado através de depósitos irregulares de lixo em áreas que possuem uma sensibilidade ambiental muito grande, e que por esta razão possuem algum dispositivo legal que as protege e preserva.

Uma destas áreas está localizada próxima ao molhe leste da desembocadura da laguna dos Patos, sobre o cordão de dunas frontais (Figuras 8A e B) o que configura um passivo ambiental. De acordo com a Resolução CONAMA Nº 303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, as dunas são áreas de preservação permanente. De acordo com De Oliveira (2005) a disposição destes resíduos foi realizada nas décadas de 80 e 90 do século passado, exatamente quando ainda eram incipientes as medidas de gestão ambiental.

Atualmente a administração municipal não deposita o lixo sobre as dunas, porém constata-se que mesmo com todos os dispositivos que existem hoje, como órgãos públicos fiscalizadores, conselhos ambientais, ONGs e a sociedade como um todo, não ocorreu iniciativa por parte do governo nas três esferas do poder para remobilizar e realizar um manejo adequado para esta área. Com isso, o que se constata é a presença de lixo ao longo de uma costa pouco urbanizada, devido a ressacas que remobilizam o lixo das dunas e os redistribuem ao longo da praia.

Além deste lixão já desativado nas dunas frontais, também pode ser detectado a mesma tendência onde atualmente são depositados os RSU, que está localizado em uma área alagadiça sem controle algum, o que prejudica a funcionalidade do ambiente naquele local. Ou seja, novamente os RSU estão sendo depositados em locais impróprios, prejudicando o meio ambiente (Figuras 8C e D).

De acordo com Junior et. al. (2005) nos lixões são encontrados plásticos descartados, solventes, lâmpadas, embalagens de aerossóis, baterias, resto de tintas e de produtos de limpeza, pesticidas e fungicidas, óleos lubrificantes usados, materiais fotográficos e radiográficos, latarias de alimentos, medicamentos com prazo de validade vencida e aditivos, fontes de metais

pesados como o chumbo, mercúrio, cádmio, arsênico, cromo, zinco, e manganês nocivos a saúde (WHO, 1995 apud Junior et. al., 2005). Estes metais podem ser percolados pelo chorume, misturando-se com a água da chuva infiltrando e poluindo o solo, podendo alcançar o lençol freático e contaminando assim a água subterrânea, podendo atingir as plantas, os animais e o homem (Magossi e Bonacella, 1991; Serra et al., 1998).



Figura 6. Locais onde já ocorreu disposição final de RSU: (A) em área de duna, (B) em área alagadiça (Autor: De Oliveira, 2005).

Ocupação em Áreas de Dunas

Dunas costeiras são depósitos arenosos, com altura variável e presença ou não de vegetação, que atuam como uma barreira de proteção contra o ataque de ondas de tempestades em regiões litorâneas. Como discutido anteriormente nos tópicos geologia e geomorfologia, estas feições ocorrem ao longo da restinga de São José do Norte formando uma faixa contínua ao longo do litoral (duna frontal), que varia de 1 a 3 m de altura, aproximadamente (De

Oliveira, 2005), além de dunas livres e planícies arenosas no restante do município.

De acordo com a Resolução Nº 303, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, as dunas são áreas de preservação permanente. Entretanto, alguns problemas são observados no município quanto à aplicação desta resolução, como a construção de residências ao longo do campo de dunas no balneário do Mar Grosso (Figura 9). Outro problema que vem preocupando a administração municipal ao longo dos anos é o avanço das dunas sobre residências.



Figura 7. Residências sobre o cordão de dunas frontais no Mar Grosso (Autor: De Oliveira, 2005).

Cemitério Municipal

Cemitérios, como o de São José do Norte, embutem um risco potencial para o ambiente. No Brasil, em sua maioria, são antigos e quase sempre a implantação dos mesmos foi realizada em terrenos de baixo valor imobiliário ou com condições geológicas, hidrogeológicas e geotécnicas inadequadas, o que pode propiciar a ocorrência de impactos ambientais.

A grande maioria dos cemitérios municipais do Rio Grande do Sul não possui licença ambiental da Fundação Estadual e Proteção Ambiental (Fepam), e por isso muitas vezes não foram realizados estudos com a finalidade de instalá-los em locais onde os impactos causados sejam os menores possíveis. Estudos com esta temática são realizados como forma de garantir que a decomposição dos corpos não cause contaminação das águas subterrâneas devido à infiltração do necrochorume.

Outra discussão que pode ser levantada é a sobrecarga ambiental destes locais, principalmente quando temos um município que está localizado sobre um embasamento geológico holocênico, ou seja, que ainda está em processo de

formação. Logo, isto permite que se conclua a importância do licenciamento ambiental para a instalação de cemitérios, além do seu monitoramento contínuo por parte do município. Existem quatro cemitérios no município, um na área urbana do primeiro distrito, um no segundo distrito (Estreito), um no terceiro distrito (Bojuru) e um na localidade Capela.

BIBLIOGRAFIA

BARLETTA, R.C. **Efeitos da Interação Oceano-Atmosfera Sobre a Morfodinâmica das Praias do Litoral Central do Rio Grande do Sul, Brasil.** Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Dissertação de Mestrado (Rio Grande), 2000, 160p.

CALLIARI, L.J.; Boukareva, I.; Pimenta, F. e Speranski, N. **Classificação da costa gaúcha com base nos padrões de refração de ondas de tempestade e evidências geomorfológicas de erosão costeira.** Simpósio Brasileiro sobre Praias Arenosas, Anais (Itajaí), 2000, p. 195-198.

CALLIARI, L.J, Pereira, P.S., De Oliveira, A.O. e Figueiredo, S.A. **Variabilidade das dunas frontais no litoral norte e médio do Rio Grande do Sul, Brasil.** Artigo em CD. Revista Digital GRAVEL/ UFRGS. Nº 3, 2005, p. 15-30.

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial. **Projeto Mapa Hidrogeológico do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, CPRM, 2005.

CUNHA, N.G., 1994. **Caracterização dos solos de São José do Norte, Tavares e Mostardas – RS.** Pelotas, RS: EMBRAPA/CPACT. Documentos 7/94, 1994, p.77.

DE OLIVEIRA, A.O. **Subsídios para o planejamento do balneário do Mar Grosso, São José do Norte, RS: avaliação dos aspectos geomorfológicos e morfodinâmicos com auxílio de geotecnologias.** Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Dissertação de Mestrado (Rio Grande), 2005, 138p.

DE OLIVEIRA, A. O. E CALLIARI, L. J. **Morfodinâmica da Praia do Mar Grosso, São José do Norte, RS.** Porto Alegre: Gravel. v.4, 2006, p.23-36.

DILLENBURG, S.R.; Roy, P.S.; COWELL, P.J. e TOMAZELLI, L.J. Influence of antecedent topography on coastal evolution as tested by the Shoreface Translation-Barrier Model (STM). **Journal of Coastal Research**, 16(1), 2000, p.71-81.

ESTEVEES, L.S.; TOLDO Jr., E.E.; ALMEIDA, L.E.S.B. e NICOLODI, J.L. **Erosão na costa do Rio Grande do Sul entre 1975-2000.** VIII Congresso da ABEQUA, Boletim de Resumos (Imbél), 2001, p. 511-513.

ESTEVEES, L.S.; TOLDO Jr, E.E.; DILLENBURG, S.R. e TOMAZELLI, L.J. Long- and short-term coastal erosion in southern Brazil. **Journal of Coastal Research**, SI 36, 2002, p. 273-282.

GODOLPHIM, M.F. **Geologia do Holoceno Costeiro do Município de Rio Grande, RS. Porto Alegre**, IG/UFRGS. Dissertação de Mestrado (Porto Alegre) 1976, 146p.

JUNIOR, V.O., AFFONSO, A.G. e STECH, J.L. **Análise da dinâmica do lixão clandestino no município de Barueri, no estado de São Paulo através de imagens do Landsat 5 TM nos anos de 1992, 1993, 1996, 2001 e 2004**. Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Goiânia, Brasil, INPE, 2005, p. 3879-3885.

LÉLIS, R.J.F. **Variabilidade da linha de costa oceânica adjacente às principais desembocaduras do Rio Grande do Sul, Brasil**. Monografia. Curso de Oceanologia. FURG (Rio Grande), 2003, 117p.

MAGOSSI, L. e BONACELLA, P. **Poluição das águas**. 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1991

RODRIGUEZ, J.M.M., CABO, A.R. e BRESCANSIN, R.B. **Laudos periciais e pareceres técnicos em áreas litorâneas**. In: MAURO, C. A. **Laudos periciais em depredações ambientais**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Regional, DPR, IGCE, Unesp, 1997, p. 177 – 215.

SERRA, V., GROSSI, M. e PIMENTEL, V. **Lixão, aterro controlado e aterro sanitário**. Dept. de Química e Bioquímica. UNESP. Botucatu, SP, Brasil. Disponível em: www.laser.com.br/IBB/lixo/aterro/html. Acesso em: 01/10/2004.

SPERANSKI, N. e CALLIARI, L.J. 2000. **Bathymetric lens and coastal erosion in southern Brazil**. International Coastal Symposium 2000, Programs and Abstracts (Rotorua, New Zealand), 2000, 81p.

STRECK, E.V., KÄMPF, N., DALMOLIN, R.S.D., KLAMT, E. NASCIMENTO, P.C. e SCHNEIDER, P. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS. EMATER/RS, UFRGS, 2002, 107 pp.

TAGLIANI, C.R.A. **A mineração na porção média da Planície Costeira do Rio Grande do Sul: estratégia para a gestão sob um enfoque de Gerenciamento Costeiro Integrado**. Curso de Pós-graduação em Geociências, UFRGS. Tese de Doutorado (Porto Alegre), 2002, 252p.

TOMAZELLI, L.J.; VILLWOCK, J.A.; DILLENBURG, S.R.; BACHI, F.A. e DEHNHARDT, B.A. **Significance of present-day coastal erosion and marine transgression, Rio Grande do Sul, southern Brazil**. Anais da Academia Brasileira de Ciências, 70(2), 1998, p 221-229.

VILLWOCK, J.A. e TOMAZELLI, L.J. **Geologia costeira do Rio Grande do Sul**. CECO/IG/UFRGS, Notas Técnicas, 8:1-45, 1995.

AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM SÃO JOSÉ DO NORTE

SOCIAL RELATIONS OF PRODUCTION AND THE PRODUCTION OF AGRARIAN SPACE IN SÃO JOSÉ DO NORTE

Luiz Fernando Mazzini Fontoura *

Resumo

Este trabalho descreve os sistemas de produção predominantes no município de São José do Norte, Rio Grande do Sul, na década de 1990. Avaliam-se as relações sociais na atividade agrícola, onde o trabalho camponês cria uma relação bastante específica com o mercado externo ao município, configurando uma especialização regional através da produção de cebolas. Após anos alternando boas e más safras, a década em questão apresenta um declínio desta atividade ao ponto de não mais garantir a reprodução da família/unidade de produção. Também são estudadas as condições, neste período, do desenvolvimento da lavoura de arroz na porção norte do município, bem como a infra-estrutura no que concerne a energia e a estrada.

Palavras-chave: sistemas de produção; relações sociais; campo

Abstract

This work describes the main production systems in São José do Norte municipality, Rio Grande do Sul, through the 90 decade. Social relationships in agricultural activities are evaluated, where peasant creates a very special relationship with the market outside the prefecture, configuring a regional specialization through the onion production. After years alternating good and bad harvest, that decade presents a decline of that activity in such a way that family/production unity could not be reproduced anymore. In addition, the condition of rice culture development in north area of the prefecture is also studied, including infrastructural aspects like energy and roads.

Key-words: production systems; social relations; field.

* Professor do Departamento de Geografia da UFRGS; Graduado em Geografia-licenciatura (UFRGS); Mestre em Sociologia (UFRGS); Doutor em Geografia Humana (USP); luiz.fontoura@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O artigo tem como base a dissertação de mestrado defendida em 1994 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – e desenvolvida conjuntamente a um projeto de extensão do Departamento de Geociências da Fundação Universidade do Rio Grande durante os anos de 1990 e 1994.

O município de São José do Norte revela paisagem curiosa e desafiadora, pois é como se enxergássemos hoje uma paisagem comum no Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1950 e 1960: o transporte de passageiros e veículos feitos por barcas para o município de Rio Grande (situado a sudoeste) através do Canal de mesmo nome; a “estrada do inferno” como é conhecida RST-101 por suas péssimas condições de tráfego quer em tempo chuvoso ou muito seco por ser arenosa – característica da restinga que separa a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico (a oeste e leste, respectivamente) – liga o município de São José à cidade de Tavares, no município vizinho, ao norte.

Conhecido no passado como o maior produtor de cebolas do Brasil¹, o município tinha uma população de origem açoriana, predominantemente de origem rural, isto 65,6% ou 13.969 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 1980. A população urbana, segundo a mesma fonte, era de 7.302 hab. ou 34,4%². A maioria destes habitantes vivia direta ou indiretamente de cebolicultura.

O município de São José do Norte se divide em três distritos (ver mapa Localização - anexo). O primeiro Distrito abriga 51,3% da população. É onde encontramos a maior parte da produção de cebola, com base no trabalho familiar. A estrutura fundiária é bem parcelada com propriedades em torno de 15 a 20 ha. No limite com a Laguna dos Patos encontram-se pequenas vilas de pescadores que vivem principalmente da safra do camarão. Nessas vilas não se

¹ Até 1977, o estado do Rio Grande do Sul era o maior produtor de cebolas do Brasil, sendo o município de São José do Norte o maior produtor. Daí em diante o estado de São Paulo ultrapassou a produção gaúcha. A partir de 1987, foi a vez de a produção catarinense ultrapassá-la também.

² Segundo CENSO de 1990, do IBGE, a população nortense total são de 22.079 habitantes, sendo 13.513 na área urbana e 8,566 na área rural. No Censo 2000 a população total nortense é de 23.796, sendo 17. 294 (72,67%) no meio urbano e 6.502 (27,33%) no meio rural.

sobrepõe às atividades extrativas e agrícolas fazendo com que pescadores e agricultores troquem entre si suas produções. Nesta área, e também ao longo do litoral, é comum a presença de dunas o que dificulta o trabalho agrícola, onde foi realizado florestamento de *pinus elliotis*. No Segundo e Terceiro Distritos, a estrutura fundiária é outra. Encontram-se propriedades de 200 ha ou mais, e a pecuária e a cultura do arroz tornam-se mais comuns, principalmente em direção ao norte, no Terceiro Distrito. A partir de Capão do Meio começam a aparecer silos e secadores de arroz, (só notados em pequenos enclaves no Primeiro Distrito), em áreas de terras baixas e de fácil obtenção de água.

A origem desta divisão municipal tem seu elemento formador na Estância Real do Bojuru. No entanto, esta não correspondeu às expectativas e propósitos do governo. Os furtos e a falta de cuidado teriam levado a sugestão de seu parcelamento em 1768, o que começou a ser incentivado partir de 1870. Ficou decidido por uma portaria esboçada por José Marcelino, datada de 11.10.1771, que as terras seriam repartidas a continentinos açorianos e índios. Dadas a pouca quantidade de gado bovino existente ficaram desobrigados do suprimento das necessidades da tropa, substituído pela obrigação da doação de um cavalo manso, desaparecendo posteriormente este encargo.

Este processo de colonização e distribuição de terras coincide, a grosso modo, com a estrutura fundiária encontrada hoje, ou seja, parcelada no Primeiro Distrito e em lotes compridos, da estrada até a Laguna ou até o mar, principalmente nas localidades do Estreito e no Capão do Meio, no segundo e terceiro distritos respectivamente. A partir da observação da paisagem foi possível constatar, da sede do Município até a localidade do Estreito, que em uma estrutura fundiária bastante parcelada com pequenos enclaves de rizicultura concentra-se a maior parte dos cebolicultores. Em direção ao Estreito e a Capão do Meio há o predomínio da pecuária extensiva. De Capão do Meio até Bojuru encontramos a rizicultura praticada dentro da racionalidade capitalista. Portanto, analisando o desenvolvimento do cultivo de arroz em São José do Norte e Mostardas, podemos notar que o caminho é percorrido é na direção do segundo para o primeiro, sendo o desenvolvimento maior neste último.

1. DA ANÁLISE DA PAISAGEM AOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Ao observar-se a paisagem do município de São José do Norte nota-se o contraste entre as transformações causadas pelo cultivo da cebola e pelo cultivo do arroz. Entretanto, a simples identificação do contraste não responde sobre o processo de alteração da paisagem que se desenvolve nesta área, e que a diferencia das demais. Ou seja, o atraso tecnológico e a falta de infra-estrutura para a produção mecanizada que caracterizam o município, contrastam com outras regiões onde houve desenvolvimento agrícola.

A estratégia de identificar os sistemas de produção tem por objetivo demonstrar as diferenças na divisão do trabalho e da racionalidade dos negócios ao nível das unidades de produção, bem como a potencialidade de cada grupo e suas estratégias de reprodução, para que, num segundo momento, se possa identificar que agentes determinam o processo gerador destes contrastes e, principalmente, como estes se mantêm.

Assim, a partir da metodologia da análise dos sistemas de produção chegamos a três principais sistemas de produção (ver mapa dos sistemas de produção – Figura 1):

- a) Sistema 1: a cebolicultura, subdivididos em produtores de base familiar e produtores-comerciantes, onde prevalece a propriedade do estabelecimento.
- b) Sistema 2: a pecuária, a cebolicultura e a rizicultura, onde na cebolicultura prevalece o sistema de parceria na cebolicultura.
- c) Sistema 3: a rizicultura e a agroindústria.

O sistema intitulado **a cebolicultura de produção familiar**, caracteriza a base da produção no Município e envolve o maior número de pessoas, sendo este predominante no Primeiro Distrito. Nesse sistema chamamos a atenção para a pouca divisão do trabalho devido à unidade familiar na produção e sua relação com os chamados “atravessadores”, aqui caracterizados como produtores/comerciantes, os quais estabelecem a ponte entre pequenos produtores e o mercado nacional.

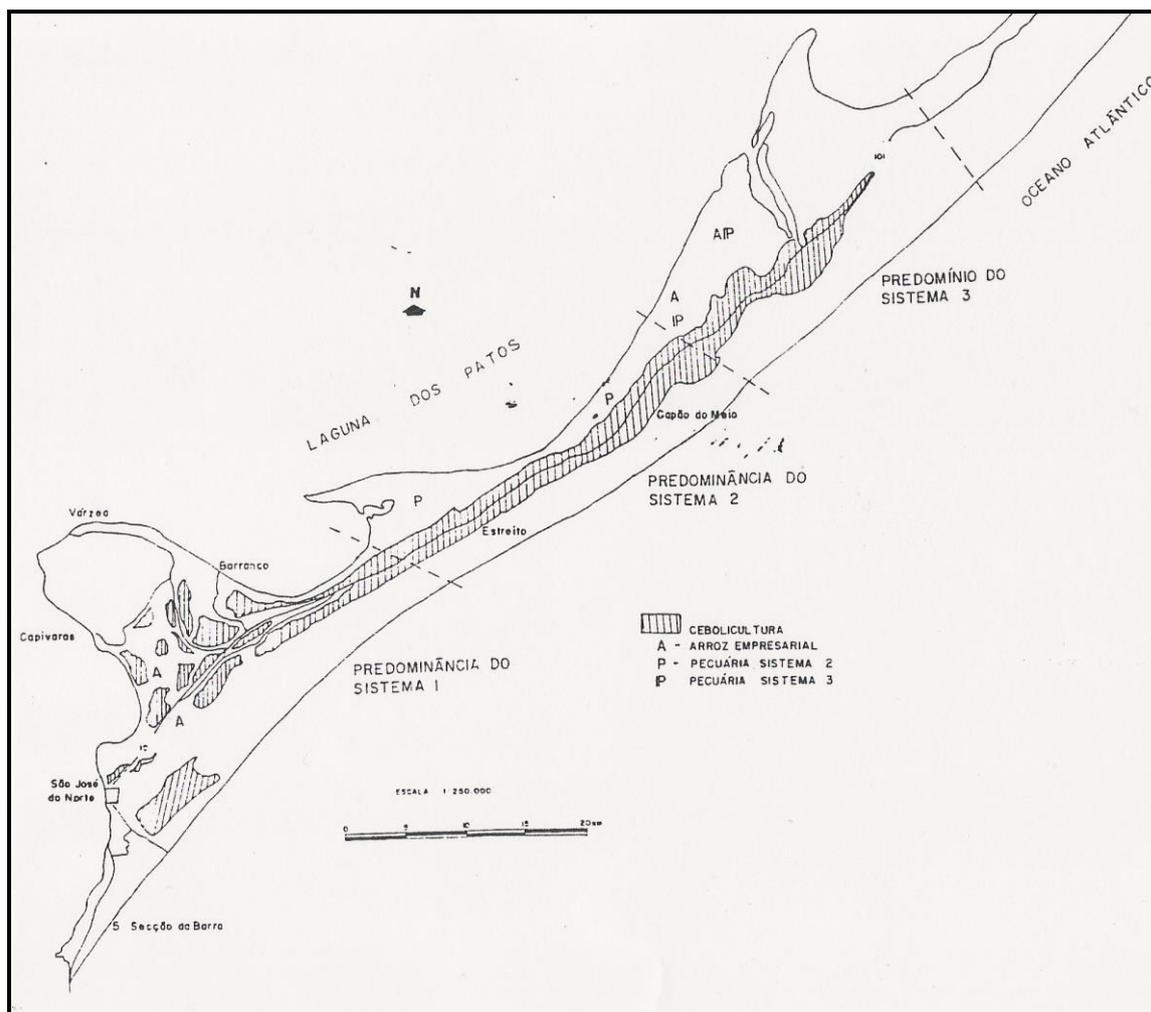


Figura 1: Os sistemas de produção agrários em São José do Norte
(Desenho: Geógrafa Lucimar Siqueira).

Este sistema de produção seguramente envolve o maior número de estabelecimentos, e, portanto, o maior número de pessoas que trabalham no meio rural do Município. Nele encontra-se a base da produção de cebolas que determina a forma da paisagem. Essas unidades de produção têm geralmente 15 a 20 ha, mas dependendo da localidade, podem ser menores. Isto é, em direção a 5ª Seção da Barra, principalmente entre a estrada e o canal, encontram-se propriedades de 2 a 7 ha, com o funcionamento igual às demais. Mas, seguindo-se pela RST 101, em direção a Tavares, na altura da localidade do Tesoureiro encontramos grande aglomeração de unidades de produção destinada ao cultivo de cebolas com base no trabalho familiar. Daí para as localidades do Retovado, Rincão do Barbosa e Barranco, são mais comuns às propriedades de 12 ha. Esta área se observada em seu conjunto é baixa, com

cotas mínimas de 6m; no entanto, devido à existência de pequenas ondulações no terreno os agricultores procuram fazer os canteiros de cebola nas terras baixas, procedendo de maneira contrária nos anos mais chuvosos, em áreas um pouco mais altas.

Como a técnica adotada é a da rotação de terras, a troca de canteiros de cebola se dá em intervalos que variam de 3 a 5 anos. Como o efetivo pecuário é muito pequeno, se preserva a vegetação nativa existente que serve como protetor dos fortes ventos característicos da região. Em direção ao arroio do Inhame começa a diminuir o número de estabelecimentos cebolicultores. Dada à característica de terreno arenoso e sem cobertura vegetal aparecem glebas com florestamento de pinus sendo a maior parte da empresa FLOPAL (Florestadora Palmares Ltda). Nas localidades do Passinho, Capivaras e Várzea predominam a população de pescadores, onde não se nota nenhuma atividade agrícola nas redondezas das casas ou vilas, indício de que não há, via de regra, sobreposição das atividades. Ao longo da RST-101, nas proximidades da localidade do Passo da Miguelita, tanto pela estrada “velha” com pela “nova”, encontramos estabelecimentos classificados neste sistema.

Um fato pouco comum é encontrado entre a estrada “velha” e na Lagoa da Torneira, onde a presença de dunas nos lotes dos produtores impossibilita a rotação de terras pela diminuição da área produtiva. Isto faz com que o período de uso da terra para o cultivo da cebola seja maior, bem como a exigência do uso de fertilizantes. Em tempos de cheias comprometem a produtividade, a qualidade e o tamanho da cebola, e conseqüentemente a renda do produtor. Rumo às localidades do Estreito, Gravatá, Bojuru e Caminho do Meio, diminuem significativamente o número de estabelecimentos deste tipo embora ainda sejam bastante encontrados à margem da estrada principal.

Quanto aos instrumentos de trabalho é característico deste sistema o uso de tração animal. É usual a junta de boi ou cavalo para puxar o arado móvel, embora tenhamos encontrado também o arado fixo com cabo de madeira. A maioria dos veículos utilitários é de tração animal. Alguns poucos produtores têm camionete ou jipe, porém em mau estado, geralmente movido a gás de cozinha.

A semeadura, o transplante do cebolinho, a capina e a colheita é toda executada manualmente, utilizando instrumentos simples como a pá, a enxada, etc. Nenhum dos entrevistados deste grupo possui trator; embora praticamente

todos manifestassem o desejo de adquiri-lo³. A semente é comprada no comércio, bem como o adubo químico (embora usem também o orgânico), o calcário para correção, os fungicidas e pesticidas. Quase todos têm uma pequena criação com uma ou duas vacas para o leite, galinhas e porcos. Destes, somente o porco é criado confinado, sendo o restante criado à volta das casas. É utilizado também, o sulcador para levantar um pouco a terra na base da planta, a fim de evitar o seu tombamento por ação dos ventos, também chamados de “amontoa”.

Para o cultivo da cebola é necessária a formação de canteiros onde será semeado o cebolinho, muda que será transplantada para o canteiro definitivo. O cultivo é desenvolvido em canteiros estreitos de 40 a 60 cm, normalmente por drenos (valetas) mais profundos dadas às características do solo. Os solos arenosos com problemas de drenagem, próximos do lençol freático, são facilmente inundáveis em épocas de chuvas prolongadas, ou apresentam déficit hídrico em tempos de estiagem. Ambas as situações são características do clima onde se situa a área de estudo. No preparo dos canteiros são utilizados o adubo químico e correção calcárea como forma de minimizar e corrigir as características do solo arenoso, pouco fértil e com pH baixo, portanto ácido. Na etapa do preparo dos canteiros, a maioria dos produtores informou utilizar o adubo orgânico como forma de baixar os custos de produção, exceto aqueles que não tinham nenhuma criação de animais.

De qualquer forma, poucos produtores realizaram análise do solo no sentido de obter um bom resultado, tanto visando à produtividade ou a racionalidade dos custos, limitando-se à adequação da época e à forma de aplicação. Para a grande maioria o lançamento da semente é feito sem ordem, o que compromete a semeadura e dificulta o combate a plantas daninhas as quais, neste sistema, são combatidas com o uso de agrotóxicos, ou como vem ocorrendo ultimamente, por medida de economia, com capina manual.

Nesta etapa sempre é utilizada a tração animal para a construção dos canteiros. O transplante das mudas se dá após um período de 70 a 90 dias da

³ No trabalho de campo foram visitadas todas as localidades do município, sendo que no questionário exploratório chegou-se a 60 entrevistas. Para o questionário final foram entrevistados 20 produtores que melhor representavam cada um dos três sistemas. Utilizou-se o método de amostragem qualitativo. Foram realizadas saídas ao campo entre os anos de 1990 e 1994, normalmente nos meses de janeiro e julho.

semeadura. Este trabalho é realizado manualmente. No canteiro definitivo, semelhante ao destinado ao cebolinho, as mudas são colocadas em um espaçamento de 0,12 x 0,15 x 0,10m, uma densidade considerada muito alta pelos técnicos locais, o que compromete a produtividade, que giram em torno de 7 a 12 t/ha, dependendo da unidade de produção. Entre o período de transplante e a colheita, são comuns as capinas, pois a cebola apresenta baixa competitividade com outras espécies vegetais não desejáveis que normalmente se desenvolvem conjuntamente.

Neste sistema a capina é manual. Os canteiros definitivos são de tamanhos variados, conforme a topografia, abrigo da vegetação existente e a área disponível, visto que é normal a rotação de terras. Em um sistema adequado, 2,5 kg de semente são suficientes para a obtenção de 1 ha de plantio, ocupando aproximadamente 500m² para a semeadura.

Todos os agricultores entrevistados utilizam rotação de terras, devido à baixa fertilidade do solo. A rotação de terras é normalmente realizada no período 3 anos, dependendo do tamanho da unidade de produção e da disponibilidade de terras agricultáveis. Os agricultores utilizam duas ou três áreas destinadas a canteiros de cultivo, possibilitando, no segundo caso menor tempo de uso e maior tempo de pousio.

Uma vez determinado o momento da colheita, normalmente evidenciada pelo tombamento da parte aérea da maior parte das plantas, é iniciado o trabalho de armazenamento e restiamento da cebola, aguardando o momento mais oportuno para a venda. No sentido de exemplificar o número de horas de trabalho executado, ilustramos com um quadro elaborado por LUZZARDI (sd, p.41), com o objetivo de obter o custo da produção de cebola, durante a década de 60. Para o sistema de produção de base familiar este quadro é significativo, pois as condições de produção não mudaram muito na década de 60 até a década de 1990⁴. Devido à rotação de terras e a presença comum de áreas arenosas e/ou banhado, é comum os produtores utilizarem um terço apenas do total da área da unidade de produção. Mesmo como pousio, todos os produtores de cebola utilizam adubos, fertilizantes e agrotóxicos, normalmente comprados

⁴ Isto representa uma jornada para a cultura principal a cebola de 21,1 horas semanais de trabalho essencialmente manual. A que se somar a cultura de subsistência, a criação, tarefas e reparos domésticos. Ainda assim, o cebolicultor é comumente taxado de preguiçoso que só vive da produção de cebolas.

em São José do Norte sem consulta de preços. Estes insumos são utilizados somente na cultura da cebola, que é a única comercializável. Não há qualquer cuidado na aplicação de agrotóxicos. Os produtores aplicam os produtos descalços, sem proteção para as mãos ou o rosto. Poucos produtores relataram observar a direção do vento no momento da aplicação de tais produtos, como forma de evitar o contato direto do rosto com a nuvem produzida na aspersão.

Em média a área trabalhada por uma pessoa é de 1 ha, mesmo em áreas de cedidas ou em parceria (Figura 2).

Fonte: - Levantamento realizado pelo autor para a obtenção do custo da produção da cebola.

TAREFAS	Horas Efetivas	%	Jornadas (a)
1. Lavração e gradagem	40	4	4,0
2. Formação dos canteiros	50	5	5,0
3. Adubação e estrumação	122	12	12,2
4. Plantação (semeação e transplante).	188	18	18,8
5. Capinas	233	22	23,3
6. Colheita e armazenamento	161	15	16,1
7. Restiamento e embarque	240	23	24,0
8. Combate a praga e eventuais	16	1	1,6
T O T A I S	1.050	100	105,0

(a) - A jornada é uma medida de trabalho. Representa a quantidade de trabalho humano diretamente produtivo e executado em 10 horas.

Figura 2 – Tarefas e horas trabalhadas.

Os demais cultivos são o milho, o feijão e a horta. Os dois primeiros são plantados após a colheita da cebola no mesmo canteiro para aproveitar a “força da terra” como chamam os produtores, ou seja, o que restou da adubação para a cebola. Todavia é comum encontrar produtores que associam o milho e o feijão, plantando-os no costado ou nas cabeceiras do canteiro da cebola. Pode aparecer também, quando utilizados os canteiros da cebola, o plantio da batata doce, mais comum e mais adaptada que a batata inglesa, que na opinião dos produtores é de tamanho pequeno e de alto risco. O milho é fundamental, pois fornece alimentação para a criação como porcos, galinhas, e para os animais de

tração, principalmente. Entretanto, para boa parte dos produtores a produção própria não é suficiente obrigando-os a comprar no comércio a complementação da ração para os animais. Por isso existe uma relação entre os ganhos obtidos com a cebola, a produção do milho (sucesso ou quebra de safra) e o tamanho da criação. Se por um lado a criação de porcos abastece a família de carne e banha (que substitui o óleo vegetal a ser comprado), por outro lado, quando a venda da cebola não gera os recursos suficientes para a compra do milho, traz como conseqüência a redução ou o desaparecimento da criação.

O feijão é juntamente com o arroz, a ração básica do agricultor. Por isso é o feijão ao cultivo de subsistência que os produtores plantam, e, salvo alguma quebra de safra, a produção é suficiente para o abastecimento da família⁵.

A horta se localiza próxima a casa e geralmente são pequenas. Entretanto, esta é bastante diversificada com produtos como o pimentão, o tomate, o repolho, a couve-flor, a couve, a beterraba, o rabanete, a cenoura, a abóbora, a mostarda, o morango, a batata e a batatinha, batata-doce e temperos diversos. Alguns produtores têm tonéis onde acumulam água da chuva para irrigar a horta, porém nenhum tem qualquer outro sistema de irrigação artificial. Próximo a casa sempre existe um pequeno pomar onde cultivam pêssegos, limão, laranja, goiaba, etc.

A horta tem grande importância neste sistema de produção, pois garante o abastecimento de gêneros alimentícios para a família. Perguntados se a alimentação representava muito ou pouco para o abastecimento do consumo familiar, a maior parte dos entrevistados respondeu muito. Em boa parte das respostas vinha acrescida do comentário de que economizavam muito com a horta, comprando apenas aquilo que não podem produzir, como por exemplo, arroz, açúcar, etc. Em anos em que a cebola não alcança bom preço de venda é a horta que garante o abastecimento. Quando a cebola alcança um bom preço, muitas famílias com expectativas de renda preocupam-se menos com a horta,

⁵ A maioria dos produtores diz não plantar mais porque não consegue comercializar. Porém, um produtor entrevistado ampliou sua produção de feijão chegando a produzir 300 kg do produto. Não explicou como, mas conseguiu vender sua produção ao supermercado local. Muito empolgado, nos relatou que tinha intenções limpar o mato e aumentar a produção com tomate e pimentão, substituindo aos poucos a cebola. Este produtor nunca pensou na possibilidade de utilizar-se dos benefícios proporcionados pela eletrificação rural, ou da pavimentação da estrada (asfaltamento da RST-101), limitando-se a observar que ficaria mais fácil levar seus produtos na carroça a São José do Norte.

para seu abastecimento, comprando mais no armazém. Mas sucessivas safras com baixo rendimento têm feito com que a horta retome a sua importância e os armazéns fiquem sem movimento. Como nos relatou a proprietária de um armazém no meio rural: “aqui ninguém mais têm dinheiro”.

Entre os motivos que contribuem para o aumento da quantidade ou variedade de produtos da horta está a solidariedade a parentes, amigos ou vizinhos necessitados e a garantia de uma disponibilidade de sementes. Perguntados se, quando o preço da cebola é alto, plantam menos para o consumo próprio, também a maior parte respondeu que plantam a mesma quantidade. Já quando perguntados se, em conjuntura de preço baixo para a cebola plantam mais, as respostas se direcionaram para a manutenção do tamanho da horta, pois os que aumentam a produção para consumo próprio, mostram a preocupação de “se defenderem melhor”. Isto porque nos últimos anos pouco dinheiro tem sobrado da venda da cebola, a única cultura comercializável e, portanto, única fonte de obtenção de dinheiro. Os que responderam plantarem a mesma coisa a ambas as perguntas, salienta-se o fato da produção da horta exceder o necessário para o abastecimento da família. Isto gera uma sobra de alimentos a ponto de alguns produtores dizerem que se aumentassem a produção da horta acabariam jogando fora certa quantidade, visto que o máximo que eles conseguem é a doação, pois não há condições de comercialização desses produtos.

Na horta não é utilizado adubo químico nem agrotóxico, pois além de não ter retorno em dinheiro, nem necessidade de produtividade, alguns produtores alegam ser o uso de agrotóxicos prejudicial à saúde. O problema principal verificado na horta é o da irrigação em tempos de estiagem, o que compromete o abastecimento. A horta cumpre o importante papel de garantir a alimentação do produtor e sua família, haja vista que não sofre variação da área plantada nem mesmo quando a cebola aumenta de preço, e aumenta pouco quando o preço da cebola cai.

A remuneração do produtor, ou a sua forma de obter dinheiro, se limita à comercialização da cebola. Portanto, esta é a única mercadoria que possibilita a aquisição de bens que não são produzidos na unidade de produção. Sendo a cebola o único produto comercializável pelos pequenos produtores, não havendo entre eles casos de assalariamento.

A rotina da família é caracterizada pelo fato de todos os seus membros trabalharem em todas as etapas do cultivo da cebola e da horta, bem como todos participarem da pequena criação. Claro que as tarefas como o preparo da terra, ou seja, lavração e gradagem, formação de canteiros, adubação e estrumação são feitos por adultos. A partir daí, tarefas como plantação (semeadura e transplante), a capina, a colheita e tarefas do armazenamento são realizadas por todos, inclusive crianças. Quando o filho homem se aproxima da maioridade passa a ganhar parte da cebola plantada para vender quando e para quem quiser, embora decisões como quantidade a ser plantada, o quanto investir, sejam tomadas em conjunto e com uma maior influência do chefe da família. Mesmo se houver uma divisão da área plantada da cebola, todos trabalham em todas as etapas. Assim, os produtores plantam em diferentes períodos dentro da época de plantio e transplante, o que permite a “troca de favores”, ou seja, independente de uma emergência, uma doença ou qualquer outro impedimento do trabalho, os produtores costumam prestar serviços uns aos outros, principalmente nas etapas que exigem muito trabalho manual.

Neste sistema, não foi observada nenhuma forma de parceria. Existe sim, a troca de serviço ou simples empréstimo da terra (principalmente a amigos e a parentes e no máximo de 1 ha). É freqüente neste sistema a troca de alimentos, tanto agrícolas, como da criação. Por exemplo: quando um produtor abate um porco ou uma rês, é comum oferecer o excedente aos vizinhos, que lhe retribuem em uma outra ocasião da mesma forma. Foram constatadas também em agricultores que moram próximo as vilas de pescadores, a troca de produtos, principalmente da horta, por peixe ou mesmo camarão, sendo o peixe mais comum, visto que o camarão é o principal produto comercializável para os pescadores⁶.

Em geral, os produtores deste sistema trabalham intensivamente de abril/maio a dezembro/janeiro, na safra da cebola e com as culturas da horta. Findada a safra da cebola, aqueles que plantam o milho e o feijão depois da colheita principal, passam à atividade da limpeza e conservação da cebola. Esta atividade consiste em tirar as túnicas externas das cebolas para dar uma melhor

⁶ Cabe avisar que a população de pescadores não foi estudada, visto que esta atividade artesanal pouco interfere na dinâmica da agricultura. Apenas dois entrevistados pescavam camarão e eram agricultores.

aparência na hora de vender e separar as cebolas que vão apodrecendo para não afetar as demais. Isto é feito muitas vezes no galpão à noite, com pouca luz, o que levou muitos agricultores a desejarem energia elétrica de rede. Um jovem agricultor de 26 anos relatou que depois da limpeza da cebola, até o plantio do cebolinho passa-se por um período ocioso, pois não conseguindo comercializar outro produto que não seja a cebola, não há muitas atividades a fazer.

Os produtores costumam ir pouco à cidade. É mais freqüente irem a São José do Norte, Tavares e a Mostardas secundariamente. Geralmente buscam esses lugares por motivos de saúde, para sacar a pensão ou a aposentadoria, ou para fazer compras no supermercado⁷. A política pouco lhes interessa. Raras são as famílias que possuem televisão a bateria. Mas é comum o rádio, que desempenha funções como a de dar recados para parentes ou amigos, informar sobre a comercialização da cebola e veicula aviso do banco aos agricultores (ex.: aceitação do pedido de crédito para agricultura). A escolaridade é muito baixa, sendo que a maioria dos agricultores lê muito pouco e mal escrevem o nome. Ainda que os adultos manifestem o desejo de que os mais jovens estudem, tampouco estes ultrapassam a 3ª série nas precaríssimas instalações das escolas de ensino fundamental existentes.

Após a colheita e armazenamento da cebola ocorre maior movimentação. Os chefes da família ou filhos que têm alguma parte da cebola costumam ir a São José para tomar conhecimento do preço comercializado. Mesmo anunciada pela rádio local, a maioria prefere informar-se na cidade, principalmente em frente ao restaurante Quebra-Mar, onde vendedores e compradores de cebola se encontram. São comuns os casos de maridos levarem as esposas para passear e fazer um lanche na cidade nesta época. Assim a maior parte da atividade social e econômica da família é regulada em função da cebolicultura.

A maior parte do comércio da cebola é realizada na rua onde os produtores encontram os compradores e então efetuam o negócio. O produtor proprietário da cebola traz da sua unidade de produção a mercadoria e a expõe aos compradores. O transporte é feito de caminhão, podendo ocorrer também

⁷ Em anos passados muitos compravam nos armazéns existentes. Hoje as compras são feitas no Supermercado da cidade. Além de vantajoso, muitos produtores quando recebem o dinheiro da venda da cebola e já compram o que necessitam e podem para o ano todo. Pagam à vista do dono do Supermercado e retiram a mercadoria ao longo do ano.

em pequenas camionetes ou reboques puxados a trator. Combinado o preço da cebola é vendida no ato. O preço oscila muito durante a safra, pois, independentemente da taxa de inflação alta (que era comum no período da realização da pesquisa) essa oscilação dependia da oferta do dia, ou seja, da quantidade de cebola que chega a cidade e respectiva procura pelos grandes atacadistas, principalmente de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Outrora, os compradores de outros estados eram em número bem superior aos compradores locais. A situação se inverteu no período pesquisado porque a região produtora de cebolas de Santa Catarina passou a atrair mais os compradores externos.

Independentemente da origem dos compradores, o preço e o negócio são realizados no ato da exposição do produto. O pagamento ao produtor é invariavelmente feito a prazo, normalmente em 20 dias, obrigando o produtor a retornar a cidade em busca do dinheiro junto ao comprador. O frete é pago pelo produtor. Assim sendo, o produtor vende a cebola no dia em que houve o transporte e aos olhos do comprador que a classifica superficialmente quanto à qualidade e tamanho, e muitas vezes são pressionadas pelo proprietário do caminhão a efetuar o negócio rapidamente para que este possa realizar novos fretes. Quanto maior a demanda de cebola, portanto, menos favoráveis são as condições para o produtor.

Não existe contabilidade, nem por parte dos produtores nem dos comerciantes locais nem tampouco comprovantes de compra e venda da mercadoria. Os negócios são efetuados “de boca”. Assim os produtores, na maioria analfabeta ou com nível baixo de escolaridade, tornam-se presas fáceis para o logro ou até mesmo o não pagamento pela venda da mercadoria. A cebola apesar de ser considerada indispensável na culinária como tempero não é um produto de primeira necessidade o que somada à forma como se dá a comercialização e ao volume da colheita influencia na oscilação de preços de uma safra para outra.

Outro grave problema que afetou os produtores de cebola nortense foi o período de oferta do produto. Em décadas passadas a cebola em São José do Norte era a única oferecida no período de verão, atraindo para o município todos os agentes que comercializavam o produto (Figura 3). Com isto, também, mantinha maior poder de pressão sobre o preço, privilegiando o custo de

produção. A partir de meados de 1985, através de um programa de melhorias na cebolicultura desenvolvido pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), este estado ultrapassou em volume de produção e produtividade o estado do Rio Grande do Sul, abastecendo o mercado no mesmo período. A concorrência destes produtores do Vale do Itajaí, principalmente, foi decisiva para a crise, pois são estes que determinam o preço.

Com o custo menor de produção, menor distância/tempo de circulação dos principais centros consumidores, a cebola catarinense passou a ditar os preços nos últimos anos, diminuindo o lucro dos cebolicultores gaúchos e aumentando a oferta do produto no mercado. Disto resulta que não houve mais a costumeira alta cíclica do preço da cebola, não havendo o ganho maior eventual do produtor. Nas entrevistas percebemos que poucos produtores conhecem a existência deste novo fator, ou a sua dimensão, e muitos ainda esperam que a cebola volte a ter seus preços majorados como ocorria no passado.

Com o custo menor de produção, menor distância/tempo de circulação dos principais centros consumidores, a cebola catarinense passou a ditar os preços nos últimos anos, diminuindo o lucro dos cebolicultores gaúchos e aumentando a oferta do produto no mercado. Disto resulta que não houve mais a costumeira alta cíclica do preço da cebola, não havendo o ganho maior eventual do produtor. Nas entrevistas percebemos que poucos produtores conhecem a existência deste novo fator, ou a sua dimensão, e muitos ainda esperam que a cebola volte a ter seus preços majorados como ocorria no passado.

A cebola comparada a outros cultivos garante uma boa produtividade e ao longo das últimas três décadas garantiu bons rendimentos aos produtores. Nos últimos anos, porém, um fenômeno menos freqüente no passado, hoje é mais rotineiro: trata-se do ato de jogar fora a produção de cebolas, pois o que se ganha não paga, muitas vezes, nem o frete até a cidade. Nessas ocasiões, uma parte da cebola é dada aos animais de criação, outra parte vai para o adubo e o restante é jogado à beira da estrada.

A oscilação do preço da cebola se deve a uma falta de estratégia comum dos produtores. A falta de uma contabilidade não permitia ao produtor acompanhar a queda do preço, principalmente após a entrada da produção de

cebolas catarinenses no mercado. Os produtores percebiam apenas o aumento das taxas de juros bancário devido crescimento da dívida com os bancos nos últimos anos e a pouca quantidade de dinheiro que sobra após a comercialização. A queda do preço da cebola se deve à oferta da cebola catarinense que, com um custo mais baixo, é mais competitiva determinando o preço. A alta taxa de inflação que marcou este período ajudava a mascarar tanto o preço da cebola, no sentido de um aumento de preço fictício, como na taxa de juros do banco.

PERÍODO DE OFERTAS DE CEBOLA NO PAÍS													
ESTADO	PRODUÇÃO (87/88) TON	PERÍODO DE OFERTA											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RS	124.274	X	X	X	X	X	X					X	X
SC	211.697	X	X	X	X	X	X					X	X
PR	27.240	X	X	X	X	X	X				X	X	X
SP	266.696												
Soqueira					X	X	X	X					
Claras Precoces							X	X	X	X	X		
Baixas Periformes										X	X	X	X
BA	86.199					X	X	X	X	X	X	X	X
FE	28.416					X	X	X	X	X	X	X	X
Outros	10.577								X	X	X	X	

FONTE: EMATER São José do Norte

Figura 3: Oferta de cebola.

Além destes fatores, 70% da área plantada da cebola são do tipo Baia Periforme, introduzida pelos produtores portugueses e açorianos, em detrimento de cultivares com maior produtividade, tempo de armazenagem desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), como a variedade aurora, ou a desenvolvida na Estação Experimental de Rio Grande, como os tipos Jubileu, Petrolini, e Rio Grande.

Assim, a tendência foi a de que a cebola não viesse mais a remunerar o cebolicultor. A falta de expectativa deste tipo de produtor foi demonstrada pela manifestação do desejo de que os filhos deveriam estudar ou fazer uma

atividade fora da agricultura. Na impossibilidade disto preferiam à continuidade da atividade agrícola.

O sistema intitulado **produtores comerciantes de cebolas** têm na cebola o principal produto agrícola. O sistema de cultivo é muito semelhante ao anteriormente descrito. Entretanto, existe uma outra atividade além da agricultura que é o comércio da cebola, o que não os diferencia quanto ao sistema de produção, mas sim como produtores agrícolas e atores sociais.

Tanto o tamanho do estabelecimento como da área de plantio da cebola são em média maiores, variam de 30 a 100 ha em área total e plantam de 15 a 30 ha de cebola. Os produtores de cebola que também a comercializam têm seus estabelecimentos próximos à sede do Município.

Existe uma combinação do uso da mão-de-obra e de máquinas. Os produtores/comerciantes possuem camionetes, tratores, não raro caminhões, implementos como grades, arados, disco, roçadeiras, etc., no entanto o trator só é usado normalmente no trabalho de preparação da terra dos canteiros aonde será transplantada a muda de cebola. No canteiro onde é semeado o cebolinho é comum a presença de diaristas e a utilização da tração animal. A adubação é feita como no sistema descrito anteriormente, isto é, com adubo orgânico e químico. Vários produtores utilizam irrigação artificial na etapa do cebolinho em época de estiagem. De resto, os canteiros e o cultivo de cebola, ocorrem como já foi descrito, isto é, não se diferenciam dos pequenos produtores familiares.

Os produtores/comerciantes utilizam mão-de-obra assalariada no plantio do cebolinho, no transplante da muda e na colheita. Para esta etapa valem-se do trabalho de diaristas que normalmente moram em São José do Norte ou é recrutada em lugares próximos a unidade de produção. Os diaristas são transportados todos os dias em dois turnos, em camionetes ou caminhão, da cidade até o local de trabalho. O primeiro turno começa às 7 horas da manhã e termina às 13 horas, e o segundo das 13 até às 19 horas. Assim, não fazem refeição no local. Estes diaristas são originários de pequenas propriedades que foram vendidas ou arrendadas.

Todos os produtores/comerciantes mantêm uma pessoa responsável pelo cuidado e a administração do estabelecimento, chamado de chacareiro. Todavia, não encontramos assalariamento nesta relação de trabalho. A forma de pagamento é a parceria, ou seja, o produtor paga em cebola em cotas que

variam de 10 a 20% da produção. A quantidade a ser plantada é definida pelo proprietário, bem como a área correspondente ao parceiro. Após a colheita este tem o direito de vender a sua cebola ao proprietário ou a outro comerciante qualquer, não havendo obrigatoriedade nas vendas. A alimentação do chacareiro é comprada na cidade pelo proprietário que depois desconta na safra. Quando há horta, tanto os implementos quanto a adubação podem ser usados pelo chacareiro.

Os produtores/comerciantes são majoritários entre os comerciantes locais, tanto em número, como em volume de negócios realizados com a cebola. São em sua maioria nortense e filhos de produtores tradicionalmente comerciantes e geralmente ligados à classe política local. Com base nas entrevistas realizadas, pôde ser constatado que o interesse por esta atividade se deve a uma forma de defesa do aviltamento de preços que a cebola sofria no passado. Esses produtores/comerciantes fazem à ligação, através da compra da produção da cebola, dos produtores de base familiar com os grandes atacadistas dos centros consumidores. Há dois preços para a cebola comercializada em São José do Norte. O preço pago pelos produtores/comerciantes pela produção de base familiar e o preço pago pelos atacadistas aos produtores/comerciantes. Estes relataram que a diferença entre estes dois preços já chegou a 20% em anos passados, e que no período 1987 até 1994 alcançou 5%, aproximadamente, período esse em que se efetiva a concorrência feita pelos produtores catarinenses. Houve um relato que descreve a concorrência da produção de Santa Catarina e que lá, além do transporte e do custo de produção ser menor, a qualidade da cebola catarinense é melhor porque aquelas cultivares apresentam menor índice de doenças.

Nenhum dos entrevistados fazia qualquer tipo de contabilidade, sendo por isso impossível avaliar com exatidão o comportamento destes dois preços. Os negócios eram realizados “de boca”, entre os sócios das firmas de comércio, bem como entre os atacadistas. As guias de recolhimento de ICM e/ou outros impostos e o seguro não representam evidentemente a realidade, por isso não podendo ser constatado.

A atividade com a cebola desenvolvida por esta classe de produtores, embora com uma racionalidade semelhante à dos produtores familiares, tem uma garantia de lucro em qualquer tempo. Independentemente da variação do

preço da cebola na safra, ou de uma safra para outra, a margem de lucro no atravessamento para o atacadista é garantida, bem como a garantia de um preço maior, visto que o preço pago é o do atacadista de fora. Os produtores/comerciantes residem todos na cidade, e tem aí seu estabelecimento de comércio.

Os outros dois sistemas de produção, **a pecuária associada à cebolicultura e a agroindústria** predominam na área que compreende o 2º Distrito – Estreito e Capão do Meio dissipando-se no 3º Distrito, onde há o predomínio do sistema **a rizicultura e a agroindústria**.

Como já foi descrito na introdução deste texto, a evolução da estrutura fundiária originou propriedades compridas com pouca frente para a estrada, que giram em torno de 100 a 200 há podendo-se encontrar estabelecimentos com 500 ha. Estas estruturas têm grandes poteiros para a pecuária extensiva nas terras mais baixas, e nas terras mais altas, próximas à estrada, tem-se o cultivo de cebola. Por isso mesmo, a vegetação nativa é preservada nestas áreas e aparece menos ou inexistente nos poteiros maiores.

Os produtores apresentam-se mais equipados com tratores em torno de 70 HP, e alguns implementos como arado, roçadeiras, reboque, grade, etc. Alguns tiveram ou têm colheitadeiras para o arroz.

A pecuária é desenvolvida de forma extensiva, não sendo necessariamente associada ao arroz. Diz-se isto, porque proprietários da atividade pecuária de corte arrendam a terra para a produção do arroz. Sendo assim, a área que não é cultivada com a cebola é destinada para a pecuária e, eventualmente, a área destinada para a pecuária pode ser arrendada para o cultivo de arroz. Entre os entrevistados, o número de cabeças de gado bovino gira em torno de 100 a 200 reses. A pecuária, ao contrário do sistema anterior, é uma atividade comercial importante. O gado vivo é vendido a compradores que escoam a produção pela estrada que liga às cidades de Tavares e Mostardas. Esses produtores também não têm nenhum tipo de contabilidade. Não investem na procura de melhorias de qualidade ou de produtividade das raças. Até mesmo alguma cultura forrageira para o inverno segue o exemplo da pecuária tradicional da campanha gaúcha, ou seja, é eventual e sem acompanhamento técnico.

A cebola é plantada neste sistema em regime de parceria. Por isso mesmo os proprietários plantam entre 18 e 30 ha com vários parceiros. A cota é normalmente 50% (meia). O plantio é feito de forma semelhante à dos produtores/comerciantes, ou seja, o canteiro de cebolinho preparado com tração animal e o canteiro definitivo com o uso do trator. O detalhe é que a terra onde será plantada a cebola do proprietário é preparada primeira, na época mais adequada. A comercialização é feita nos moldes da produção familiar com a venda independente do proprietário e do parceiro.

No 2º Distrito, alguns produtores relataram que nos anos de 1985 a aproximadamente 1987, investiram na cultivo do arroz. Compraram máquinas e colheitadeiras e deram início a uma plantação própria. Todavia, nesse período, sucederam-se estiagens que impossibilitaram o desenvolvimento da atividade, o que os levou a abandoná-la e a venderem as máquinas. Outras experiências de arrendamento para o cultivo do arroz não lograram sucesso pela falta de pagamento dos respectivos arrendamentos.

A região da restinga é caracterizada pela presença de banhados (ver mapa Lagoa e banhado) em áreas baixas, e sua topografia muito plana faz com que o volume d'água represado não seja muito grande. A proximidade da Laguna dos Patos serve com outra fonte de abastecimento de água, embora em tempos de estiagem torne-se impraticável pela salinização das águas, devido à penetração das águas oceânicas entrarem pelo canal de Rio Grande. Assim, esta alternativa é utilizada enquanto não ocorre a "salga da lagoa" (salinização pela entrada da água do mar pelos molhes da barra), podendo ser armazenada em diques construídos. Entretanto, a topografia plana impede o armazenamento de grandes quantidades de água, mesmo em diques. Outra alternativa possível tecnicamente é a de abertura de poços, pois dada às características do solo, é uma fonte de obtenção de água. Entretanto, dada à inexistência de rede elétrica na região, torna-se oneroso à obtenção do recurso hídrico por essa via.

O Grupo Joaquim Oliveira S.A. possui uma unidade produtiva no 3º distrito do município de São José do Norte, com aproximadamente 6.000 há, onde possui uma unidade de produção e beneficiamento. A área total destinada à produção de arroz é de aproximadamente 2.000 ha, a metade da área total plantada no município nortense. O escoamento do arroz é feito por uma balsa que liga um pequeno porto construído na foz da barra falsa com a Laguna dos

Patos, junto as sede da granja e ao armazém, rumo cidade de Pelotas, sede da SUPRARROZ. Esta via de escoamento baixa o custo de produção, pois a balsa transporta de maneira mais econômica o equivalente a carga de 30 caminhões.

O principal projeto desta empresa é o aumento da área destinada ao plantio do arroz. Todavia a disponibilidade d'água constituía no maior problema à expansão da rizicultura. Neste sentido, a empresa construiu em 1994 uma represa para impedir a salinização das águas da barra falsa, próximo à localidade de Bojuru, e assim dispor de uma quantidade maior de água represada viabilizando o aumento da lavoura. Esta represa pode ser visualizada com boa resolução no Google Earth.

Outro projeto do grupo diz respeito a uma futura integração com os produtores da área. A proximidade por via lacustre de centros urbanos como Pelotas e a Grande Porto Alegre, e a existência da rede de supermercados do grupo, possibilitaria a comercialização de feijão e hortigranjeiros, culturas típicas de pequenas propriedades. Porém, a qualidade e a padronização dos produtos, bem como a irregularidade do abastecimento inviabilizam no este projeto. Todavia os agrônomos do grupo têm tomado à iniciativa de contatar os produtores e ministrar cursos no sentido de melhorar a qualidade dos produtos para viabilizar o projeto.

2. ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA NOVA ORDEM MUNDIAL

Durante as décadas de 60 e 70 até metade dos anos 80, a cebola remunerou seus produtores como atividade principal e comercial, permitindo não só a reprodução do conjunto das unidades de produção, mas propiciando alguns produtores – além dos comerciantes – certo nível de conforto e consumo. A concorrência exercida pelos produtores catarinenses no final dos anos 80 colocou os dois sistemas em uma crise sem precedentes, pois compromete a reprodução das unidades cebolicultoras, quando os setores atacadistas não mais se interessam pela principal cultura comercial – única fonte de renda agrícola no caso da produção familiar. Os laços com o mundo capitalista ficaram comprometidos.

A rizicultura apresenta problemas para expandir-se na área de estudo, pois na relação dos fatores de produção o custo torna-se mais alto se

comparados com as áreas similares nos municípios de Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. Os três sistemas de produção, portanto, apresentam problemas ao nível de sistema agrário, quando variamos a escala de análise e a comparamos com as outras regiões produtoras. Quais são então, os obstáculos ao avanço da agricultura capitalista em São José do Norte?

Não são apenas um ou dois fatores que inviabilizaram a modernização da agricultura nortense. A expansão da lavoura de arroz – carro chefe da modernização – encontra problemas para a obtenção de água a baixo custo, falta de energia e condições de trafegabilidade. Estas condições estabelecidas em paralelo ao longo de décadas de transformação na base técnica da agricultura brasileira, acabaram por tornar a área de estudo exótica, pela manutenção do trabalho familiar, pelo tipo de divisão do trabalho e pela racionalidade da sua produção. A questão é que, todos os anos, safra após safra, as mesmas condições se reproduzem, garantindo a continuidade e a singularidade do sistema social.

Entretanto, estes fatores internos a área de estudo não impediram a modernização de outras áreas também agricultáveis, como Santa Vitória do Palmar, Mostardas. O problema parecer estar numa relação de fatores em escala regional. Como fatores internos, não houve no momento da modernização da agricultura a possibilidade da formação de granjeiros. Como fatores externos, as relações capitalistas de produção não encontram na área de estudo, condições de reproduzirem-se transformando a base de técnicas e em decorrência as relações sociais. Disto resulta uma forma particular da exploração do trabalho e uma aparente “especialização” da produção expressa na cebolicultura. Daí a “especialização possível”, a cebolicultura, único cultivo comercializável, caracterizando o cotidiano da área de estudo.

Assim, a crise na cebolicultura abre espaço para a diversificação de culturas. Entretanto esta só se viabilizará se encontrar interesses e condições de comercialização, caso contrário, continuaremos assistindo ao aumento do êxodo rural. Por outro lado, a compra de terras e o saturamento de terras disponíveis em outras áreas agrícolas, possibilitam o aumento da rizicultura. Esta somada aos interesses da mineração, a exploração de pinus e a ligação com o Super Porto do Rio Grande, certamente levarão o Estado (ou de outra forma qualquer) a viabilizar a infra-estrutura necessária para o seu desenvolvimento.

Todavia o que resta é a constatação de que o campesinato sabe de que a vida poderia ser melhor, de que o trabalho poderia ser mais leve e o futuro dos filhos promissor. Mas não parecer ser este o final que se aproxima.

Em grifo, este é o final da dissertação defendida em 1994. De lá para cá a cebolicultura não diversificou para outros cultivos, pois não convergiram os interesses e as necessárias condições para comercialização. O êxodo rural mudou para a cidade a maior parte da população rural nortense e que hoje vive na periferia da cidade. A área de arroz não teve seu principal crescimento em área, mas no aumento da produtividade, incrementando investimento em áreas com mais infra-estrutura. Tão pouco a atividade mineradora achou-se lucrativa a ponto de fazer investimentos. Silenciosamente na época, a aposentadoria que beneficiou a população rural estabelecida na constituinte de 1988, fazia a distribuição da mais-valia social da cidade para os poucos que ainda estavam no campo. Mas isto é motivo do próximo estudo. Que melhor sorte tenham os demais projetos que estão chegando!

BIBLIOGRAFIA

FONTOURA, Luiz F. M. As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte-RS. Dissertação de mestrado, UFRGS, (Porto Alegre), 1994.

LUZZARDI, Roberto C. Análise sobre a cebolicultura sul-riograndense. São José do Norte, Rio Grande, Mostardas. s/d.

A PREVIDÊNCIA RURAL EM SÃO JOSÉ DO NORTE E SEUS IMPACTOS TERRITORIAIS

RURAL WELFARE IN SÃO JOSÉ DO NORTE AND ITS TERRITORIAL IMPACTS

Jefferson Rodrigues dos Santos*

Resumo

O presente trabalho teve por objetivo avaliar as repercussões provenientes da renda previdenciária rural no contexto do espaço rural de São José do Norte. Foram investigados os efeitos econômicos e sociais sobre os idosos, suas famílias e a relação destes com a economia do município. Os efeitos espaciais das aposentadorias também foram analisados, com ênfase em sua capacidade de mobilizar a população rural em direção ao espaço urbano. Concluiu-se que, além dos impactos de caráter geral a saber, melhoria das condições de vida e moradia, redefinição do papel do idoso, dinamização da economia municipal, a previdência rural, ao interagir com fatores locais desenvolveu resultados não-esperados em que se destaca a melhoria das condições sanitárias da população rural. Do ponto de vista espacial, concluímos que ocorreram dois períodos diferenciados de impactos. No primeiro, antes da instalação das infra-estruturas, parte dos beneficiários migrou para a cidade em busca de melhores condições de conforto e proximidade dos serviços de saúde. No segundo período, em função da existência destas, a população tende a permanecer no campo, considerando a melhoria das condições de conforto através da eletrificação rural e melhor acesso à área urbana proporcionado pela rodovia pavimentada.

Palavras-chave: Previdência rural, impactos territoriais, São José do Norte - RS

Abstract

The present work analyzes the effects of the rural social security income in the context of the rural space of São José do Norte. The economical and social impacts in the elderly's, your families and the relationship of these with the municipal district economy were investigated. The space effect of the social security income were also analyzed, with emphasis in your capacity to mobilizes the rural population in direction to the urban area. The research ends that besides the impacts of general character as improvement of the life conditions and home, redefinition of the elderly's paper, dinamization of the municipality economy, the income, when interacting with local factors developed no-expected results like the improvement of the sanitary conditions of the rural population. Of the space point of view, we concluded that happened two differentiated periods of impacts. In the first, before the installation of the infrastructures, part of the beneficiaries it migrated for the city in search of better comfort conditions and proximity of the services of health. In the second period, in function of the

* Graduado em Geografia (FURG); Mestre em Geografia (UFRGS); Doutorando em Geografia: Desenvolvimento Regional e Urbano (UFSC); Pesquisador no Núcleo de Análises Urbanas da FURG; santosrodri@yahoo.com.br

existence of these infrastructures, the population tends to stay in rural space, considering the improvement of the comfort conditions through the rural electrification and better access to the urban area provided by the paved highway.

Key-words: Rural social security, territorial impacts, São José do Norte - RS

INTRODUÇÃO

O município de São José do Norte figura como dos mais carentes do Rio Grande do Sul, apresentando os mais baixos índices de desenvolvimento humano do estado, apesar de se tratar de um dos mais antigos núcleos de povoamento e espaço basilar na formação do território gaúcho. Ausência de forças locais capazes de engendrar um projeto de desenvolvimento a partir *de dentro*, desinteresse das esferas estadual e federal em fazê-lo a partir *de fora*, resultaram num espaço mantido alheio às diversas etapas de construção da modernidade no território brasileiro nas suas incursões ativas e passivas à divisão internacional do trabalho.

Neste espaço, gerações de pescadores e agricultores lidam cotidianamente com as forças biológicas, físicas, econômicas e sociais. A agricultura é praticada desde o século XVIII, através do trabalho de imigrantes açorianos, inicialmente plantando trigo. Plantar cebola tornou-se desde o século XIX a atividade que sustenta não apenas as unidades familiares de produção, como boa parte da economia do município. Além da dinâmica dos cardumes de pescados no estuário da Lagoa dos Patos e Oceano Atlântico, o tempo e os ritmos da cidade são regidos pelas fases de preparar a terra, plantar mudas de cebola, transplantá-las, colher e vender a cebola. Indústrias já existiram, como a de pescado, que sucumbiu juntamente com o desmonte do parque instalado em Rio Grande. Recentemente, surgiu a exploração do florestamento de *pinus*, mas a transformação industrial ainda é uma atividade secundária, o que faz de São José do Norte uma cidade do campo e do mar.

A produção de cebola experimentou uma fase áurea na segunda metade do século XX, até os anos 1980/1990 aproximadamente. No final dos anos 1950 o país se urbanizava, mais e mais pessoas deixavam de produzir no campo

para tornarem-se consumidoras nos centros urbanos. O consumo dos itens básicos de alimentação crescia, aumentando conjuntamente a demanda por condimentos, como a cebola. Neste período o Rio Grande do Sul era o principal produtor de cebolas do Brasil e São José do Norte o maior produtor do estado, o que fazia da cidade a “capital nacional da cebola”. Tal prosperidade não representou a acumulação por parte dos agricultores já que, antes de serem *ceboleiros*, como se autodenominam, são camponeses. Quando o retorno pela cebola era abundante, alguns adquiriram tratores para o trato da terra e caminhões para transportar a própria colheita, o que além da utilidade prática materializava para os olhos alheios a prosperidade vivida. Outros construíram casas na cidade, para ter onde ficar quando lá precisavam ir ou para que os filhos pudessem continuar a estudar, dadas as limitações da formação escolar no meio rural. A maioria simplesmente viveu uma época em que plantar cebola era o suficiente para uma vida menos dura.

As condições mudaram. Uma cultura com retornos satisfatórios atraiu produtores de outras regiões do Brasil. Na metade dos anos 1980 a organização espacial da produção de cebola no Brasil havia mudado, os longos períodos de entressafra que inflacionavam os preços do produto deixaram de existir. Se estabeleceu uma concorrência inter-regional, marcada pela forte participação de estados como Santa Catarina, que assumiu o posto de maior produtor nacional, além de São Paulo e Nordeste com várias áreas. Surge inclusive uma cebolicultura modernizada nestes novos espaços produtivos, especialmente no Nordeste.

Frente à crise estabelecida não houve qualquer esboço de reconversão produtiva por parte dos agricultores. Podemos encontrar explicações recorrendo a Weber e sua idéia das ações sociais motivadas pela tradição, a Chayanov e a contabilidade qualitativa do camponês, ou ainda a Von Thunen e o papel do espaço enquanto distância na definição do que é viável produzir em cada lugar. Há um pouco de cada uma destas determinações na não-reação dos agricultores a situação de uma cultura que paulatinamente os deixava mais e mais vulneráveis. Inviabilizadas economicamente, muitas unidades de produção deixaram de existir. Conseqüentemente, São José do Norte registrou a transferência de metade de sua população do rural para urbano no decurso da

década de 1980 para a de 2000, ano em que o IBGE registrou cerca de 75% dos 23.796 habitantes vivendo na cidade.

Concomitantemente à crise estabelecida no rural em São José do Norte, inaugurava-se em escala nacional uma política que hoje desperta interesse de economistas, sociólogos e pesquisadores das mais diferentes áreas conhecimento, a previdência rural.

Inicialmente, é preciso entender o caráter de inovação do subsistema rural da previdência inaugurado no Brasil nos anos 1990. Até 1988, ano em que a categoria de *segurados especiais* entra no capítulo da Constituição sobre a seguridade social, a cobertura previdenciária direcionada aos trabalhadores rurais era diferenciada, com valores inferiores na comparação com os benefícios básicos urbanos, além de apresentar diferenças entre mulheres e homens, com desvantagens para o sexo feminino. O novo modelo passa a conceder os benefícios equivalentes, ou seja, no valor de um salário mínimo, indiferentemente dos sexos. A diferença com relação ao gênero presente no modelo residia na idade mínima para acesso, 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens.

O subsistema rural da previdência efetiva-se somente no início da década de 1990, após as regulamentações de custeio e acesso (Leis 8.212 e 8.213, de 1991). Desde então, pesquisas têm sido realizadas com vistas a observar os resultados, considerando os diversos processos de transferência de renda que se instalam. Há uma transferência de renda das regiões de maior arrecadação rumo às que arrecadam menos, mas apresentam mais beneficiários, cujo exemplo mais extremo são as regiões sudeste (que arrecada) e nordeste (que recebe). Transfere-se renda também do espaço urbano para o rural e ainda entre gerações. Primeiro, o montante arrecadado junto à População Economicamente Ativa (PEA) direciona-se aos inativos. Entretanto, o que tem instigado pesquisadores diz respeito ao fato de que nas regiões mais pobres ocorre nova transferência de renda, do idoso beneficiário para membros mais jovens da família, além da ativação da economia urbana dos pequenos municípios e da utilização da renda previdenciária para o custeio de atividades agrícolas.

Como tal política se manifestou em São José do Norte? Esta questão de caráter geral repercutiu numa série de questionamentos mais específicos, como saber quais seus efeitos frente ao quadro de crise vivido pelos agricultores, de que forma esta renda atua na unidade de produção, como influencia as decisões dos agricultores e a existência ou não de um fluxo de tal renda no interior da família, auxiliando mais membros. Buscou-se também observar se a mesma extrapola a escala da unidade de produção, produzindo efeitos na área urbana do município. No entanto, interessava especialmente saber se num contexto de fragilidade das unidades de produção/domicílio, ela representou a sobrevivência das mesmas ou ativou um êxodo iminente.

Estas questões buscaram não apenas compreender um pouco mais da realidade de São José do Norte, mas preencher uma lacuna observada no que diz respeito aos estudos anteriormente citados. Uma possibilidade de contribuição da Geografia diz respeito ao entendimento de como esta política interage com a realidade preexistente, partindo da premissa de que a diversidade de resultados hoje constatada origina-se da interação de tal política com o território em seus múltiplos contextos ambientais, infraestruturais, econômicos, sociais e culturais.

1. PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

As novas dinâmicas econômicas e sociais não se projetam num espaço sem passado. Há entes, fenômenos e processos que antecedem as novidades, interagindo com estas, modificando ou intensificando sua força ou mesmo produzindo efeitos emergentes na interação. Esta foi a premissa que norteou as ações da pesquisa e que definiu a busca por uma teoria e um método.

A noção de *situação geográfica* pareceu adequada. Pierre George a define como a resultante, num dado momento, de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam, sofrem efeitos de acelerações, de freios, sendo uma herança de situações pretéritas e condição para a situação futura (GEORGE *et al*, 1980).

Uma operacionalização possível para o conceito de situação geográfica pode ser encontrada na obra de Milton Santos. Para o autor (SANTOS, 1988), a situação geográfica significa o quadro preexistente sobre o qual irão incidir as ações, podendo ser entendido também como: “(...) *campo para a ação transformadora do homem, que tanto pode ser a natureza “natural” ou considerada como tal, como a natureza transformada, socializada, mais ou menos tecnicizada*” (SANTOS, 1985), sendo definida pelo mesmo como a síntese de *novo/velho, interno/externo e Estado/mercado*. Novo e velho, como tempo da sucessão histórica e da coexistência daquilo que é contemporâneo. É tanto o passado, que no rural persiste e atua no presente (LEFEBVRE, 1971), quanto o presente não apenas projeto mais realidade ainda não terminada, como diz Santos (2002) citando Whitehead. Interno e externo fornecem a noção de escala, já que a explicação de um lugar e seus fatores internos necessita considerar aquilo que é externo, isto é, os fatores que extrapolam a escala local. Em resumo: “*A evolução de um país, uma região, uma localidade, deve, pois, muito ao resultado do entrelaçamento entre dados externos e internos. A situação de um lugar é, em um dado momento, um resultado dessa síntese, permanentemente feita e refeita*” (SANTOS, 1985, p. 78). Por fim, *Estado e mercado* são os mediadores entre novo/velho e externo/interno. Tanto o Estado quanto o mercado (em suas diferentes escalas) intervêm na vida de um lugar. O mercado está sempre presente, o Estado nem sempre, mas atua mesmo quando se omite, na medida em que outorga às mãos do mercado a regulação da vida social.

Na tentativa de avaliar as repercussões territoriais desta recente renda previdenciária, foi proposta uma metodologia de *análise de impactos territoriais*, adaptando uma construção formulada por Fernandes e Leal (2002). O objetivo era a observação das diferentes *dimensões* nas quais os impactos pudessem se manifestar, neste caso as dimensões econômica, social e espacial, bem como compreender estes impactos como produtos da interação do fato “renda previdenciária” com outros fatores com distintas idades, escalas e responsáveis.

A adjetivação “territorial” dada ao espaço geográfico na pesquisa buscou integrar as repercussões econômicas, sociais e espaciais, entendendo que relações econômicas, sociais, culturais e mesmo ecológicas, tendo o espaço não

apenas como localização, mas como condição e produto, formam um amálgama a que chamamos território.

A observação de tais dimensões deu-se a partir da escolha de *indicadores* capazes de fornecerem subsídios à avaliação do impacto. De natureza *horizontal* ou *vertical*, os indicadores visavam fornecer uma noção de relação e escala. Os indicadores *horizontais* dizem respeito à observação entre os principais envolvidos no processo, aqui, os membros da família presentes nas unidades de produção. Já os indicadores *verticais* pretendem dar conta da relação do beneficiário da previdência com seu entorno mais ou menos imediato, especialmente o município (Quadro 1). Ambos indicadores foram analisados a partir de variáveis de ordem quantitativa (dados estatísticos) e qualitativa (o discurso dos sujeitos).

Quadro 1: Dimensões de análise e seus respectivos indicadores.

Dimensões	Indicadores	
	Verticais	Horizontais
Econômica	Utilização do Comércio, transporte e serviços.	Permanência da unidade familiar na condição produtiva.
Social		Renda familiar, condições de vida e das moradias, relações de ajuda-mútua inter e intrafamiliares, bem-estar do idoso.
Espacial	Perspectivas de permanência/migração; motivo das permanências/migrações.	

Fonte: Santos, 2006.

O trabalho de campo foi realizado no segundo semestre de 2005 através da aplicação de questionários mistos, sendo parte estruturados, para análise estatística de natureza descritiva e parte semi-estruturados, visando a realização de uma análise dos depoimentos através de um procedimento de pesquisa qualitativa denominado “análise de conteúdo” (MORAES, 1999), o qual, em síntese, baseia-se na observação de regularidades nos discursos dos sujeitos, as quais pode-se descrever, sintetizar e interpretar. Noventa entrevistas foram realizadas com a participação de três grupos de entrevistados distintos.

Buscando estabelecer comparações entre agricultores aposentados e não-aposentados, mas especialmente entre os aposentados rurais que ainda

Partimos deste esquema de interpretação para entender como a previdência rural, algo de *novo, externo* e emanado do *Estado*, interage com outras manifestações da totalidade social.

2. A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NA COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO NORTENSE

Um primeiro aspecto a ser considerado a respeito dos impactos da previdência rural diz respeito ao crescimento da participação dos idosos⁹ na composição da população do município de São José do Norte. O crescimento da população com 60 anos ou mais frente às demais faixas etárias é uma tendência nacional, tendo dobrado nos últimos 50 anos. Também é necessário dizer que existe um processo de feminização da população idosa, no qual se observa a partir dos anos 1990 uma diferença de aproximadamente um ponto percentual entre a participação de mulheres e homens idosos. De um patamar de 4% nos anos 1940, a população idosa passou para 8% em 1996 e aproximadamente 10% em 2000 (CAMARANO, 2002), pertencendo às mulheres idosas estes percentuais.

Tal dinâmica ocorreu de forma mais acentuada em São José do Norte. Partindo de um percentual em torno de 6% da população nortense em 1970, este número cresceu para 7% em 1980, 9,16% em 1991 e finalmente 11,68% no ano 2000. Em consonância com a tendência nacional, estes percentuais são referentes à participação feminina, já que a proporção de homens com idade igual ou maior que 60 anos frente à população total manteve-se num patamar em torno de 1 ponto percentual abaixo dos valores referentes ao universo feminino da população.

Este crescimento da participação da população idosa repercute no elevado percentual de responsáveis por domicílio com idade igual ou superior à 60 anos, acima de 21% no município. Este dado é relevante pois permite inferir que estes domicílios, sejam urbanos ou rurais, apresentam pelos menos uma entrada de renda por mês proveniente da previdência social. No ano 2000, cerca 87,2% dos homens idosos recebiam aposentadoria ou pensão em São José do

⁹ De acordo com a Política Nacional do Idoso, considera-se como tal toda pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.

Norte, subindo o percentual para 91% no caso das mulheres, conforme dados do IBGE do mesmo ano (BRASIL, 2004). O número de beneficiários da previdência, tomados universalmente (benefícios rurais e urbanos), vem experimentando um crescimento continuado ao longo dos anos, totalizando 5.525 beneficiários nos anos de 2005, o que corresponde a aproximadamente 23% dos 23.796 habitantes do município conforme o censo demográfico de 2000. No caso específico dos aposentados rurais¹⁰, o número de beneficiários também cresce. Os dados obtidos junto a gerência regional do INSS mostram um crescimento de 339 benefícios concedidos em 2000 para 1.015 benefícios em 2004.

Tão importante quanto o fato dos aposentados serem responsáveis por este percentual de domicílios, é o fato de que muitos idosos vivem em companhia de demais membros da família, não necessariamente sendo os responsáveis pelo domicílio. Na convivência com filhos, netos e outros familiares em um mesmo domicílio, o idoso aposentado assume um papel de relevância econômica e social, pois contribui para a formação da renda familiar. Os dados apresentados no gráfico 1 dão conta de que mais de 35% da população idosa participava com mais de 10% a 30% da renda mensal familiar no ano 2000. Os estratos com participação de renda superior provavelmente dizem respeito às situações de casais de idosos ou idosos vivendo sozinhos, mas é provável também haver situações em que o aposentado é o principal provedor da renda familiar.

¹⁰ Embora a pesquisa tenha centrado a análise nos agricultores aposentados por idade, é importante ter em mente que os benefícios concedidos ao meio rural compreendem pensão por morte, auxílio doença, aposentadoria por invalidez e benefício de prestação continuada, abarcando também os pescadores artesanais.

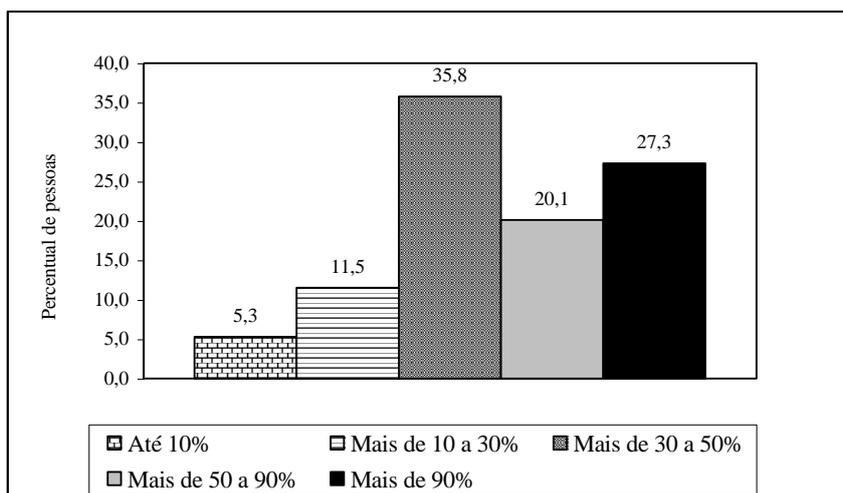


Gráfico 1: Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por classes de contribuição no rendimento mensal familiar - São José do Norte - 2000. Fonte: IBGE – Indicadores Sociais Municipais (2004). Elaboração do autor.

Numa situação como a de São José do Norte, que experimentou um acréscimo de população urbana como o anteriormente descrito, e que não apresenta um rol de atividades econômicas no espaço urbano capazes de abarcar esta população, o idoso acaba por se tornar o sustentáculo econômico da família, cujos membros mais jovens aguardam as demandas estacionais da pesca, especialmente de camarão, e da comercialização da cebola, que ocorrem no verão.

3. ANALISANDO O IMPACTO TERRITORIAL DA PREVIDÊNCIA

3.1. As relações econômicas do aposentado com seu entorno (Indicadores verticais)

Em contextos regionais marcados pela depressão ou estagnação econômicas e pela pobreza, os aposentados tornam-se atores sociais de relevo na vida econômica dos municípios, já que periodicamente ao receberem os proventos beneficiários, realizam as compras do mês, adquirem remédios, roupas, utilizam meios de transporte coletivos para chegar aos locais de recebimento dos benefícios, enfim, proporcionam a *relativa* dinâmica econômica dos pequenos municípios de economia agrária no Brasil. A escala municipal é, portanto, a mais afetada pela renda previdenciária, dado o caráter local da utilização da renda.

Em São José do Norte tal papel é igualmente desempenhado. Os gastos com alimentação figuram como a maior despesa entre os aposentados que ainda vivem no espaço rural e aqueles hoje domiciliados na área urbana, diferentemente dos agricultores não-aposentados, para os quais as despesas com a cebolicultura (sementes, fertilizantes, defensivos, etc) são as maiores. Na área urbana de São José do Norte, os pequenos estabelecimentos destinados ao comércio de produtos alimentícios, chamados localmente de *mercadinhos*, representam a maioria dos estabelecimentos comerciais. Devido o declínio das tradicionais armazéns rurais, as *vendas*, é comum também encontrar veículos adaptados à comercialização itinerante de alimentos, especialmente ônibus e caminhões, trafegando pelas estradas do interior do município. Ao entrevistarmos os comerciantes, fomos informados que o período de maior faturamento no mês concentra-se nas duas primeiras semanas, justamente o período no qual os aposentados recebem o benefício. Os aposentados representam 70% de sua clientela.

Secundariamente aparecem as despesas com a compra de medicamentos entre ambos os grupos de aposentados, uma necessidade que se intensifica de forma diretamente proporcional ao envelhecimento do indivíduo. As farmácias são outro tipo de estabelecimento bastante numeroso, tendo em conta o tamanho da população e da área urbana do município.

Na comparação entre gastos efetuados pelos aposentados com domicílio no rural e no urbano, verificou-se que os aposentados ainda residentes no rural têm direcionado parte de sua renda para o consumo de bens duráveis, ao contrário dos primeiros que aparentemente o fizeram anteriormente, considerando que em média aposentaram-se a mais tempo, tema a ser tratado adiante. Este tipo de consumo por parte dos aposentados localizados no rural encontra explicação na interação da renda previdenciária com outros fatores na conformação da *situação geográfica* local, como, por exemplo, a também recente instalação da infraestrutura de eletrificação rural, desenvolvida pelo Estado nas esferas estadual e federal em diferentes projetos. Somente em meados dos anos 1990 o município passou a integrar a rede geral de fornecimento de energia elétrica, desativando sua unidade geradora movida a diesel em 1994. O projeto estadual Pró Luz (1998) e os federais Luz no Campo

(2000) e Luz Para Todos (2004) proporcionaram a eletrificação rural até então inexistente.

Pesa também o fato de que, ao se tornarem beneficiários da previdência, os agricultores rompem com um histórico de incerteza quanto à sua fonte de renda. Impossibilidade de prever o futuro devido a diferentes fatores, como a concorrência inter-regional e seu reflexo sobre os preços agrícolas, ou o poder dos atravessadores na comercialização da produção. A comercialização da produção local é dominada por intermediários locais e outros oriundos sobretudo do nordeste do país, os quais se estabelecem no município no período da comercialização, que ocorre aproximadamente entre os meses de novembro e abril. A assimetria de poder entre agricultores e intermediários faz com que a comercialização seja para os agricultores um momento de expectativa se os intermediários oferecerão bons preços pela produção, e mesmo se receberão pelo produto vendido, já que são freqüentes os casos de inadimplência. Concretamente, esta relação de poder pode ser exemplificada com o depoimento de um agricultor nortense, do qual retiramos a seguinte citação: “(...) tá na mão deles né. O comprador na hora do cafezinho eles se junta tudo e decide o que eles vão fazê com o agricultor. Tá na mão deles.” (SANTOS, 2003, p. 93).

Na conformação de uma racionalidade calcada no binômio *certeza(da necessidade)/incerteza(do êxito)*, também é importante considerar o caráter universal da agricultura no que diz respeito a uma relação entre agricultores e meio na qual, “*a agricultura significa uma intervenção utilitária na natureza sem, entretanto, se curvar totalmente às necessidades humanas e com nenhuma habilidade para predizer completamente os resultados (...)*” (SHANIN, 1973, p. 9). É possível observar na tabela 1 a diferença no que diz respeito ao uso do crédito. Os agricultores não aposentados realizam compras a crédito com menos freqüência pelo temor de não poderem saudar tais dívidas, devido o caráter anual e incerto da entrada de renda, proveniente da safra da cebola somente.

No caso dos aposentados, eletricidade disponível e segurança para efetuar compras a crédito têm como efeito resultante a aquisição de itens como geladeiras, antenas parabólicas, televisores, bombas de água para os poços artesianos que atendem as casas, televisores e mesmo telefones celulares, já

que é preciso se comunicar com os filhos, que em muitos casos já migraram para a cidade devido à crise, ou ainda para centros urbanos mais distantes, no caso daqueles que alcançaram maior nível de escolaridade e qualificação profissional.

Tabela 1: Compras parceladas ou no “fiado” – São José do Norte – 2005.

Grupos	Sim (%)	Não (%)
Aposentados situação rural	86,7	13,3
Não-aposentados	46,7	53,3
Aposentados situação urbana	60,0	40,0

Fonte: Pesquisa de campo. (SANTOS, 2006)

Pelo menos uma vez por mês os aposentados dirigem-se à área urbana do município, já que precisam realizar o saque do benefício na agência bancária, ocasião na qual aproveitam para visitar parentes, buscar atendimento médico e efetuar as compras descritas anteriormente. Como a área urbana de São José do Norte trata-se do principal destino nos deslocamentos dos aposentados com situação rural¹¹, pode-se inferir que o início do mês, período de pagamento dos benefícios, seja o momento de maior demanda na economia local, principalmente no setor terciário. A hipótese foi confirmada por uma funcionária de um dos principais escritórios contábeis da cidade. Este comportamento assume um papel fundamental numa economia com forte vinculação à atividade primária, com uma periodicidade fortemente sazonal na geração de renda e demanda de mão-de-obra.

Em suma, o nível de participação da renda previdenciária na economia do município permite enquadrar São José do Norte na categoria de *município previdenciário*, conforme a literatura sobre o tema. Um município previdenciário, segundo Schwarzer (2000a) é caracterizado pela superioridade do valor das transferências previdenciárias frente às transferências fiscais do Fundo de Participação Municipal – FPM. Caso ocorra o contrário, o município é enquadrado como *fiscal*. O gráfico 2 permite a constatação de que São José do

¹¹ A exceção é representada pelos moradores da porção mais setentrional do terceiro distrito, como as localidades de Bujuru e Capão da Areia. Pela proximidade do centro urbano de Tavares e pelas melhores condições da rodovia que em 2005 já se encontrava pavimentada até o município vizinho, era comum a população destas localidades deslocar-se para Tavares ao invés da sede do município de São José do Norte.

Norte trata-se de um município intensamente previdenciário. Observa-se no intervalo 2000-2004 a grande diferença entre as transferências fiscais do FPM e previdenciárias, com o crescimento da diferença ao longo do período.

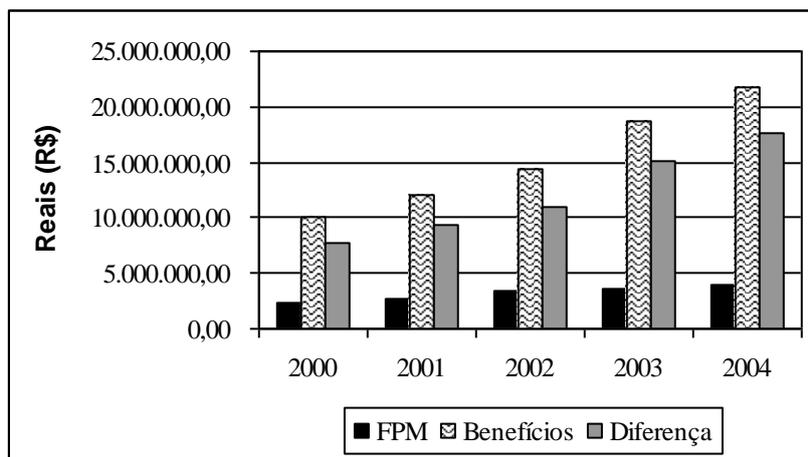


Gráfico 2: Comparativo entre Fundo de Participação dos Municípios e Benefícios Previdenciários (2000 - 2004). Fonte: Gerência Regional INSS – Pelotas (2005); Min. Fazenda (2005). Elaboração do autor.

3.2. Relações econômicas e sociais entre aposentado, unidade de produção/domicílio e família (indicadores horizontais)

a) Permanência da unidade de produção na condição de produtiva.

Nem todos os beneficiários da previdência permanecem na condição de responsáveis pela gestão da unidade de produção, sendo responsáveis apenas pelo domicílio. É preciso levar em conta a heterogeneidade existente na faixa etária a partir de 60 anos no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, e as diferentes possibilidades de haver continuidade no trabalho daí decorrentes. Pode-se dizer que tal continuidade trata-se de uma condição inexoravelmente temporária. No caso dos aposentados com situação rural, observou-se que 70% deles permaneceram responsáveis pela gestão. Entre os aposentados com situação urbana, este percentual declina para 30% somente. A transferência da gestão deu-se para os filhos, tanto no caso dos aposentados com situação rural, quanto para os situados no urbano que não venderam, arrendaram ou simplesmente abandonaram suas propriedades.

Entre os aposentados com situação rural¹² que permaneceram responsáveis pela propriedade, pouco mais da metade continuou vinculada à cebolicultura. Entre os beneficiários que informaram não continuar cultivando cebola, é possível encontrar uma relação direta com fatores como a invalidez, idade avançada para a atividade, a morte do cônjuge, especialmente do marido, a obtenção do segundo benefício do casal e a transferência da administração da propriedade, seja de casais ou viúvas, para os filhos.

Cerca de 79% do grupo que continuou produzindo afirmou investir dinheiro da aposentadoria na atividade produtiva (Tabela 2).

Tabela 2: renda previdenciária e produção entre aposentados com situação rural – São José do Norte - 2005.

Permanência na condição de produtor		Destino	(%)
Sim (%)	Não (%)		
		Sementes	13,3
63,3	36,7	Insumos (adubo, defensivos)	66,7
Aplica dinheiro da aposentadoria na cebolicultura		Maquinário	0,0
Sim (%)	Não (%)	Pagamento de empréstimo	6,7
78,9	21,1	Outros*	13,3

Fonte: Pesquisa de campo (SANTOS, 2006).

* compra de arame para cercas e/ou eventual pagamento de diaristas.

Nas situações em que o beneficiário da previdência mantém a atividade produtiva ou mesmo quando convive com mais membros da família que o façam, o papel desempenhado pela renda previdenciária extrapola sua função inicial prevista, ou seja, garantir a subsistência dos indivíduos. Ela atua como viabilizadora da unidade de produção de duas formas: a) auxiliando no financiamento da produção, como foi visto e b) convertendo-se num pseudo-seguro agrícola, já que garante um rendimento básico aos indivíduos caso a produção agrícola seja prejudicada, algo constatado em escala nacional por Delgado e Cardoso Jr (1999).

¹² Entre os agricultores aposentados situados na área urbana, o percentual daqueles que ainda cultivam cebola é de 10%, ou seja, três entrevistados. Destes, somente um aposentado manifestou empregar dinheiro da aposentadoria na produção, na compra de insumos segundo o mesmo.

Em ambas possibilidades, trata-se de uma condição bastante diferenciada frente aos agricultores não aposentados, dadas as condições locais. Segundo os mesmos, o custo da produção de cebola é elevado e isto se deve em parte à sua dependência ao uso de agrotóxicos, cujo preço tem se elevado ao longo dos anos, diferentemente do que ocorre com a cebola. A frase a seguir ilustra a opinião dos agricultores a respeito do tema dos agrotóxicos: “(...) *E nós aqui tá ficando difícil por que já dependemo até desses remédio (agrotóxicos) que não existia antes e agora já, muita gente aí que não bota já... Então ficô muito mais caro o custo da cebola.* (20º entrevistado não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005) A expressão “*muita gente aí que não bota já...*”, seguida de silêncio representa a visão do entrevistado de que é impossível produzir atualmente sem o uso de agrotóxicos, sob pena de terem suas lavouras prejudicadas por doenças, especialmente fungos na área de estudo.

b) Renda familiar e condições de vida

Seja pela continuidade no trabalho agrícola, seja por outras estratégias, casos em que o salário mínimo da aposentadoria soma-se a outras fontes de renda foram relativamente freqüentes (Tabela 3).

Tabela 3: Renda previdenciária frente à outras fontes de renda – São José do Norte - 2005.

Aposentadoria outras fontes	Aposentados X situação rural (%)	Aposentados situação urbana (%)
Não tem outras fontes de renda	20	46,7
Entre 75 e 90% ou mais	33,3	40,0
Entre 50 e 75%	23,3	6,7
50%	13,3	3,3
Entre 25 e 50%	10	3,3
10% ou menos	0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo. SANTOS (2006).

Malgrado prováveis imprecisões nas estimativas dos entrevistados, é relevante o fato da renda previdenciária coexistir com outras formas de renda. Tais formas de renda não-previdenciária são, como se pode presumir, oriundas

da agricultura, mas não exclusivamente desta. Para os aposentados com situação rural, a cebolicultura e esta juntamente com a pecuária bovina de corte representam a grande maioria dos casos. A combinação *lavoura e pecuária* representa uma estratégia de segurança alimentar e de renda da família. Criado solto, geralmente nos terrenos alagadiços e glebas em repouso, o pequeno rebanho mantido pelos agricultores atua como uma espécie de poupança, sendo inclusive desconsiderado em muitos casos quando questionamos sobre as fontes de renda. Quando o agricultor vê frustrado seu retorno monetário pela safra de cebola e precisa comprar insumos para a nova plantação e os mantimentos para a casa, vende uma ou mais cabeças de gado para os pecuaristas maiores, obtendo uma complementação à renda da lavoura comprometida. Até algum tempo atrás, existia o hábito do próprio agricultor abater o animal e vender a carne na vizinhança, prática hoje proibida pela vigilância sanitária municipal.

Entre os aposentados com situação urbana percebe-se drásticas diferenças. Para aqueles que afirmaram possuir outra fonte de renda (Tabela 5), foi freqüente o arrendamento da propriedade que deixaram quando da mudança para a área urbana (43,8%). Recebem um percentual sobre a produção comercializada, geralmente de agricultores cuja área das explorações é muito pequena, ou ainda dos filhos, pelo uso da propriedade dos pais. Relatam que o dinheiro que recebem pelo arrendamento é ínfimo, considerando a situação da agricultura local. No contexto de seu novo espaço de vida, a segunda atividade mais significativa encontrada foi o trabalho informal nos armazéns nos quais a cebola comprada pelos intermediários é classificada, beneficiada e embalada. Os aposentados trabalham principalmente no beneficiamento, que consiste no corte das raízes e da porção aérea (ramas) da cebola. Recebem por produção, ou seja, pela quantidade de balaios que conseguem encher com cebola cortada.

Questionamos o que havia acontecido em termos de qualidade de vida desde a obtenção do benefício previdenciário, com a intenção de observar a percepção dos mesmos sobre suas condições de vida. Quantitativamente, a maioria das manifestações relatava melhoria nas condições de vida, em ambos os grupos. No entanto, foi possível registrar duas manifestações, uma de indiferença, outra de descontentamento, por parte dos aposentados com

situação rural. Tal sentimento parece estar ligado com a inatividade. O vínculo com o trabalho é muito forte entre os entrevistados com situação de domicílio rural. No questionário qualitativo também havia uma questão aberta sobre como o agricultor se sentia desde aposentadoria. A resposta ao questionamento apresentava invariavelmente um componente de continuidade do trabalho, seja na lavoura de cebola, na horta ou na organização religiosa e comunitária. Temos a frase: “ – *Claro que eu me sinto bem. Pra mim é a mesma coisa, tudo uma coisa só. Enquanto eu pudé trabalhá... O cara enquanto pudé, tendo saúde o cara pode trabalhá...*”(9º entrevistado aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005). Ela ilustra o sentimento dos aposentados em sua relação com o trabalho, mesmo com o avançar da idade. A invalidez é o elemento que ameaça este sentimento de satisfação: “*Não me aposentei por doença, por invalidez, que aí o cara fica, pô me aposentei tô doente não posso trabalhá... se eu quiser trabalhá, tenho possibilidade de trabalhá,... então eu me sinto mais assim, contente né.*” (4º entrevistado aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

Tomando o grupo dos agricultores não-aposentados como referencial de uma situação *sem o impacto* da renda previdenciária, questionamos sobre suas condições de vida. Como resposta, observou-se apenas uma manifestação de “muito boas” condições de vida, explicável considerando o contexto presente. Cerca de um quarto dos entrevistados afirmou terem condições “boas” de vida e a grande maioria informou considerar suas condições de vida “regulares”. Infelizmente, observa-se a superioridade das manifestações de que a vida está ruim (13,4%) sobre a manifestação “muito boa”.

Cabe a advertência de que há uma diferença no questionamento feito aos dois grupos de entrevistados. Para os aposentados, questionava-se sobre mudanças *desde* a aposentadoria. No caso dos não-aposentados, não havia evento significativo que pudesse representar ruptura nas condições de vida, sendo necessário questionar sobre sua opinião acerca da condição atual. Isto nos leva a admitir que o fato dos aposentados informarem que suas vidas melhoraram muito em boa parte dos casos, não significa que responderiam que suas vidas são “muito boas” caso fossem questionados exatamente como os não-aposentados. Esta diferença nas questões nos permitiu concluir, entretanto,

que mantidas as condições atuais e desprezando a possibilidade de doenças, os agricultores ora não-aposentados experimentarão processos de melhoria na qualidade de vida, quando acessarem seus benefícios previdenciários.

Esta hipótese pode ser confirmada pela categoria de análise mais numerosa em termos de manifestações dos entrevistados no questionário qualitativo. Considerando o histórico de incerteza ao qual estão ligados, os agricultores enxergam seu acesso à previdência como uma ruptura positiva em suas vidas. O caráter líquido e constante da renda lhes garante a segurança alimentar e permite ainda que sejam estabelecidos planos, impossíveis na fase “pré-aposentadoria” de suas vidas devido o caráter incerto da renda, como ilustra a frase a seguir:

“(...) Tu tens mais, tu te programando né, tu tens aquela garantia no fim do mês que tu tem aquele dinheiro por que, com a agricultura, com a cebola, tu não tinha. Tu não podia fazê uma conta hoje. Hoje mesmo, nós temo abaixo da colheita, tu não pode fazê uma conta, tu não sabe se ela vai dá uma cebola boa, se tu vai consegui vendê, se tu não vai sê caloteado, então tu não tinha aquela segurança que hoje tu tem, recebendo benefício tu sabe, no início do mês, trezentos reais tu recebe. Tu tando programado, pra ti comê, se tu não gastá muito com remédio, vai te mantendo (...)” (12º entrevistado aposentado com situação rural, agricultor de São José do Norte, 2005)

Esta é a tônica geral dos depoimentos, ocorrentes entre agricultores aposentados e não aposentados, tanto aqueles situados no meio rural quanto urbano. Entre os não-aposentados, são estabelecidas comparações através de frases como: “(...) *Eu não sei, porque os aposentado aí eles vive tranqüilo né. A gente acha a aposentadoria é pouca mas não é. O pai mesmo, o pai e a mãe, os dois aposentado vive tranqüilo os dois.*” (22º entrevistado não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005).

Entre os aposentados situados na cidade a percepção a respeito da previdência é a mesma dos demais: “ – *Melhor um pouco depois. (Questionado por quê) Melhor porque esse dinheiro é todos mês né. É pouco mas é todos mês, e lá fora não, lá fora a gente passa a vezes seis mês sem vê dinheiro.*” (30º aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005).

c) Moradia e saneamento básico

Por uma questão de espaço não serão detalhados aqui todos os elementos observados na pesquisa em seu relatório completo (SANTOS, 2006). No entanto, pode-se afirmar que para ambos grupos de aposentados há uma correlação positiva entre acesso ao benefício previdenciário e mudança nas condições de moradia, com reformas, construção de novas casas e ampliação das casas, cujos principais materiais utilizados foram a madeira e a alvenaria.

Um dado revelador diz respeito a um fato percebido entre os aposentados com situação rural. Entre aqueles que afirmaram possuir banheiro com fossa como instalação sanitária, mais de um terço afirmou ter acesso a este tipo de instalação *após a aposentadoria*. Da mesma forma, cerca de um quarto afirmou ter construído o banheiro *após a eletrificação rural*. Isto nos leva a concluir que as políticas previdenciária e de eletrificação rural, ao se combinarem, produziram um terceiro efeito ou impacto, a melhoria das condições sanitárias deste grupo. A segurança de renda lhes garante a possibilidade de comprar o material de construção. A energia elétrica lhes permitiu ter acesso ao chuveiro elétrico, maior atrativo para a construção do banheiro, que também tornou-se viável pela possibilidade do uso de bomba hidráulica elétrica, necessária para o abastecimento da caixa de água e o funcionamento do sistema do vaso sanitário e chuveiro. A este respeito, é ilustrativa a frase de um dos entrevistados: “(...) e *agora tem tudo aí, tem luz, tem corona*”. Ao dizer “corona”, referia-se à inédita possibilidade de utilizar um chuveiro elétrico.

d) Relações de ajuda e a valorização do idoso

Conforme já apontamos anteriormente (SANTOS e FONTOURA, 2006), há inicialmente mais evidências econômicas do quaisquer outras nas relações entre idosos e demais membros da família, ou seja, a transformação no papel do idoso no espaço rural no presente está baseada sobretudo em sua capacidade de mobilizar recursos.

Um dos fatores que propiciam este papel diz respeito aos arranjos familiares nos domicílios. Verificou-se a ocorrência de beneficiário(a) vivendo

sozinho(a) em 10% dos casos, tanto para aposentados com situação rural quanto urbana. Ocorre num percentual semelhante o arranjo no qual um aposentado convive com filhos e netos. A maior concentração está em torno do casal de beneficiários, com mais casos entre os aposentados com situação urbana (46%) frente aos do rural (30%). Já no arranjo composto por casal e filho(s) e casal, filho(s) e netos observa-se a ocorrência de mais casos entre os aposentados com situação rural, 16,7% contra 6,7% dos aposentados com situação urbana. Verificou-se a maior ocorrência de casais cuidando de netos entre os aposentados com situação urbana, já os arranjos variados, com diferentes tipos de parentes, são equivalentes entre os dois grupos.

Estabelecem-se relações de ajuda, que podem extrapolar o próprio seio da família, sendo também de natureza interfamiliar ou comunitária. Também é preciso lembrar que a família não está restrita ao domicílio e que existem relações intra-familiares fora do âmbito domiciliar (CARVALHO e ALMEIDA, 2003). No que diz respeito à ajuda financeira fornecida aos filhos, outros parentes e/ou amigos, percebe-se a maior ocorrência entre os aposentados com situação rural (80% sim), seguido pelos aposentados com situação urbana (73% sim). No rol da ajuda financeira, aparecem em primeiro lugar os filhos como recebedores de auxílio. No caso dos agricultores não-aposentados existe uma equivalência entre aqueles que afirmaram positiva e negativamente fornecer auxílio financeiro.

O tipo de relação seguinte reforça a idéia de autonomia do aposentado frente aos membros da família e a verdade do inverso. A maioria dos aposentados afirmou não precisar receber ajuda em dinheiro por parte de familiares ou amigos, já entre os agricultores não-aposentados, percebe-se maior freqüência das situações de recebimento de ajuda (46%).

3.3. Repercussões da previdência rural sobre as migrações

Conforme já afirmamos, este item da pesquisa objetivava entender qual o papel da previdência frente ao êxodo rural existente em São José do Norte decorrente da crise da cebolicultura. Primeiramente, observamos o tempo médio

de aposentadoria entre os aposentados com situação rural e urbana. Verificou-se uma concentração de aposentados com situação de domicílio urbana em torno dos períodos acima de 5 anos de aposentadoria, cujo intervalo mais representativo é o de 10 a 14 anos de obtenção do benefício (Tabela 4).

Tabela 4: Tempo de aposentadoria – São José do Norte - 2005.

Tempo de aposentadoria (anos)	Aposentados situação rural		Aposentados situação urbana	
	Homens (%)	Mulheres (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
0 ---- 4	28,6	40,0	12,5	3,7
5 ---- 9	33,3	30,0	20,8	29,6
10 ---- 14	19,0	15,0	37,5	51,9
15 ---- 19	4,8	5,0	25,0	14,8
20 +	14,3	10,0	4,2	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (SANTOS, 2006).

Percebe-se a diferença em relação aos aposentados com situação de domicílio rural, em geral aposentados mais recentemente. Esta informação é importante na medida em que nos permite observar que uma parte considerável dos aposentados acessaram o benefício de aposentadoria antes da ocorrência dos fatos novos pelos quais passou o espaço rural de São José do Norte com destaque para a pavimentação da rodovia e a eletrificação rural.

Dos trinta aposentados rurais entrevistados que atualmente residem na área urbana do município, 43% afirmou ter mudado para a cidade antes da aposentadoria. Os restantes 57% migraram para a cidade após acessarem o benefício previdenciário. Esclarecedora a resposta, que ilustra a inviabilidade econômica atingida por parte das unidades de produção como motivo: (questionado sobre o motivo do êxodo) “ – Sabe por quê? Quando eu botei a primeira safra fora de cebola e senti que não ia dá, eu disse: “ - Minha gente, vamo se mandá porque não dá mais”, que o meu trator também pediu obra, e a cebola não dava pra ela, custará pra endireitar o trator.” (15º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005).

No caso dos beneficiários que migraram após se aposentarem, observamos a concentração no intervalo entre 7 e 15 anos de ocorrência. Isto nos leva a constatar que estes aposentados migraram para a cidade antes da instalação das infra-estruturas de transporte e eletrificação rural hoje existentes, e o fizeram em grande medida pela inexistência destas.

A combinação entre renda garantida e fatores complicadores da sobrevivência do idoso no espaço rural representa uma plausível explicação para o êxodo destes aposentados que, apesar da segurança proporcionada pela renda líquida e regular, mudaram-se para a cidade. Como o aposentado não dependia mais exclusivamente da agricultura para a satisfação de suas necessidades, sua decisão de permanecer no campo ou mudar-se para a cidade foi influenciada por uma multiplicidade de fatores de ordem objetiva e subjetiva, alguns dos quais abordamos a seguir. Tratam-se de temas que emergiram pela considerável repetição com que apareceram nos depoimentos dos entrevistados.

a) Saúde como determinante para a migração rural-urbano

A ocorrência de doenças, a necessidade de acompanhamento médico, o melhor acesso aos serviços de saúde e a proximidade de outros membros da família para o cuidado dos enfermos centralizam o tema da saúde como principal motivo para a migração daqueles que hoje vivem no meio rural. Segundo os mesmos, seus planos de permanência no meio rural após a aposentadoria podem ser alterados caso as condições de saúde se agravem, levando a necessidade da migração para a cidade, apesar do conforto da energia elétrica e pavimento.

Entre os aposentados rurais atualmente domiciliados na área urbana, a saúde também pesou como um dos fatores para o êxodo rural, como vemos na frase de um dos entrevistados:

– É melhor né (referindo-se à cidade). O cara aqui mesmo tá pertinho do recurso. Não dá, por exemplo se o cara for saí de lá (rural), sem tê condução (transporte) que não tinha condução naquele tempo não tinha. A estrada não passava mesmo né. O cara tinha que arrumá um cavalo pra saí de cavalo ou arrumá uma carroça pra saí de carroça. E aqui não, o cara aqui tá pertinho. Ta alí logo ali. (7º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005)

b) Desagregação da família

A dissolução do grupo familiar trata-se de um dos fatores muito presentes entre aqueles que influenciaram a migração dos aposentados ora situados no espaço urbano. Com o antecedente êxodo rural dos filhos ou a constituição de suas próprias famílias em outras unidades de produção, as unidades geridas pelos aposentados perderam a mão-de-obra representada pela presença dos filhos, tornando-as inviáveis, como sugere o trecho: “ – *Nóis se mudemo porque os filho casaram tudo e fizeram a parte deles né. E nóis fiquemo os dois sozinho (...)* (16º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005) A ausência de companhia para os idosos também pesou na decisão de abandonar o campo e mudar para a cidade como manifesta a oração a seguir: “ – *O motivo que fez eu me mudá pra cidade foi que, os meus filho casaram tudo, e eu fiquei sozinho com ela, não dava pra fazê prestação mais. Não tinha jeito, que eu já tava velho (...)*” (6º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005)

A crise da agricultura em São José do Norte levou à necessidade de muitos jovens partirem para a cidade em busca de novas formas de sobrevivência econômica, seja em São José do Norte ou na cidade vizinha de Rio Grande, cuja atividade portuária e do parque industrial pesqueiro absorveu grande contingente de mão-de-obra, pelo menos até meados dos anos 1990. A experiência da vida na cidade redefiniu visões de mundo acerca do trabalho e da relação com a terra. São comuns os relatos de filhos que mudaram para a cidade e que depois convenceram os pais a também fazê-lo, afirmando que a vida na cidade seria melhor.

c) Descolamento vida/trabalho no espaço rural

Discurso muito presente nos depoimentos dos aposentados que atualmente vivem na cidade trata-se de uma espécie de descolamento entre o trabalho e a vida no rural. Segundos os mesmos, como não podiam mais trabalhar na plantação, não havia mais motivo para permanecer no campo, como ilustra o trecho: “(...) *porque a gente tá velho ia ficá fazendo o quê lá?*” (12º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005). A pergunta sobre viver no campo foi sempre respondida pelo viés do

trabalho, sem o qual não existe a possibilidade de continuar no campo: “ (...) *Por que não tinha jeito, como é que eu ia ficá lá fazendo o quê lá sem plantá cebola? Não tinha jeito mesmo.*” (6º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005)

Acreditamos que o estreitamento dos vínculos com o mercado, a especialização ocorrida na área de estudo, tenha operado no sentido de inserir elementos de descontinuidade, através da profissionalização, na racionalidade do agricultor local. Assim, o rural passa a ser visto não mais como lugar de vida, mas como ambiente de trabalho. Manifestações que permitem esta inferência foram transmitidas por cerca de metade dos entrevistados atualmente domiciliados no espaço urbano.

Assim, temos um primeiro período de impacto espacial da previdência marcado por sua influência no êxodo rural de idosos, ao interagir com o quadro local de precárias condições de vida para os mesmos no campo.

A inserção de novos dados à *situação geográfica* de São José do Norte, destacamos, eletrificação rural e pavimentação da rodovia BR 101, têm operado, na interação com a política previdenciária, no sentido de influenciar o processo decisório dos agricultores, agora, com a tendência de permanência no espaço rural. Quanto questionados sobre que motivo os poderia fazer deixar o campo, 73% afirmou não ter intenção de mudar. A proximidade de filhos e parentes (10%), dos serviços de saúde (13%) e melhores condições de conforto (3%) aparecem como possíveis motivações para migrações.

Apontamos alguns elementos os quais evidenciamos como influentes na decisão pela permanência, também emergentes dos depoimentos.

Vínculos com o rural

Diferente do grupo que parece ter experimentado um descolamento entre as dimensões do trabalho e da vida, desconsiderando o rural como lugar para viver, os entrevistados localizados no meio rural pretendem continuar no campo. Entre os entrevistados que vivem no meio rural, surgem diversos elementos em seus depoimentos que sugerem uma forte ligação com este espaço. A expressão “(...) *eu me criei aqui, nasci e me criei aqui* (...)” está presente na maioria das orações que manifestam a intenção de permanecer no meio rural,

seja entre agricultores aposentados ou não. Outros elementos evidentes são os vínculos estabelecidos através das relações de vizinhança. Estas relações de interconhecimento proporcionam a segurança que os mesmos afirmam não existir na cidade:

“(...) Por que aqui a gente vive tão tranqüilo. A gente sai deixa até a casa aberta, vai no vizinho e não tem problema graças à Deus né, não tem. Quando a gente chega tá tudo direitinho no mesmo lugar e na cidade já não é assim, a gente sabe que já tem que fechá, trancá tudo né, e às vezes mesmo trancado ainda acontece as coisas (...)” (2º entrevistada, aposentada com situação rural, agricultora de São José do Norte, 2005)

A tranqüilidade da vida no campo, em oposição à “agitação” da cidade é outro elemento sempre presente. O sentimento de liberdade frente à prisão da vida urbana, é outro fator da preferência pela permanência no meio rural:

“Porque eu acho que a campanha é muito melhor que a cidade, eu detesto cidade, a campanha é um lugar mais calmo, tudo mais calmo. E a cidade a gente também gasta muito na cidade. Cidade é uma prisão. Pra mim eu acho que a cidade é uma prisão, porque, só pra quem trabalha lá, por que aí tem atividade, mas pra quem tá aposentado ficá só sentado dentro de casa é uma prisão. Aqui não, aqui é mais livre”. (7º entrevistado, não aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

A possibilidade de complementar a renda previdenciária com estratégias como a produção de gêneros de autoconsumo também se manifesta na linguagem dos envolvidos. São emblemáticos os trechos:

“A cidade tem alguma diferença por um lado mais pra outro se torna mais difícil. (Questionado sobre o quê é mais difícil) Principalmente o consumo da casa, por que na campanha tu planta um legume, cria uma galinha tu tem, e lá é tudo na base do dinheiro né. Se não tem o dinheiro, não tem...”. “(...)Pra nós é o campo. Porque no campo tu faz uma horta, tu tens os legumes, tem tudo,... e lá é tudo comprado...” (6º entrevistado, não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005).

Novas condições de vida no espaço rural

“ (...) Pelo que a pessoa pode, conforto tem igual a cidade agora com a energia. Há um tempo atrás não, não se podia ter uma televisão grande, não podia ter uma geladeira, ... até podia né, a gás, mas agora...” (5º entrevistado, aposentado com situação rural, agricultor de São José do Norte, 2005)

Pavimentação parcial da rodovia e eletrificação rural. A inserção destas duas infraestruturas vem promovendo a elevação da qualidade de vida da população rural e a mudança na visão desta a respeito da vida no campo. A possibilidade do uso de utensílios domésticos e melhor acessibilidade à cidade graças à rodovia pavimentada reduziu, na visão dos entrevistados as diferenças entre o campo e a cidade no que diz respeito ao conforto: “ –(...) *Qué melhor que aqui? Temo estrada, temo luz. Daqui a pouquinho, tamo a meia hora de viaje já tamo no Norte.*” (9º entrevistado, não aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, os impactos territoriais da previdência observados em São José do Norte se aproximam muito daqueles observados na escala nacional. A conquista do direito à uma renda mínima na fase idosa, para homens e mulheres, eqüitativa entre estes e o trabalhador urbano, permite a visualização do tamanho da dívida social para com este setor da sociedade. A renda da aposentadoria tem garantido o acesso das famílias aos itens de subsistência, salientando-se a alimentação e o acesso aos medicamentos, item tão necessário quanto a alimentação na fase idosa do indivíduo. Na experiência nacional e na local, a renda previdenciária aparece também como uma fonte de custeio da atividade agrícola. Converte-se, segundo a literatura, em seguro agrícola. O seguro agrícola real trata-se de uma conquista ainda não alcançada, de fato, pelos camponeses. Apesar disto, a certeza do recebimento do salário mínimo no início do mês sucede uma vida de incertezas sobre a satisfação das necessidades, frente à certeza destas.

O aposentado rural torna-se agente dinamizador da economia do município. Utiliza meios de transporte periodicamente, faz compras de alimentos, medicamentos, roupas, bens duráveis e material de construção. Auxilia financeiramente os parentes mais próximos, especialmente os filhos. Como efeito, assume uma postura protagonista, passando de provido à provedor. Sua valorização frente à sociedade apresenta hoje um viés economicista. Passará pelos obstáculos impostos pela civilização ocidental moderna (a destruição criativa, a efemeridade dos eventos e das técnicas e o ímpeto pela superação do passado) para o alcance de uma valorização plena. Assim como a questão de gênero na segunda metade do século XX tornou-se pauta de pesquisas e ações, sendo ainda atual, a contemporaneidade nos aponta para a necessidade da mesma preocupação no sentido das relações intergeracionais.

Na literatura sobre a experiência nacional, a busca por serviços de saúde aparece como principal motivo das migrações. A existência de um serviço de saúde efetivo no meio rural tenderia a potencializar positivamente os resultados da inserção da renda previdenciária. Com base na realidade observada, acreditamos que o somatório da “melhoria (virtual) das condições de vida (representada pela renda) + impossibilidade de tornar efetivas tais condições de vida (no meio rural)” uma explicação plausível para o êxodo também na experiência nacional.

Outros fatores preexistentes devem ser considerados. Na decisão pela migração, no caso local, objetividade e subjetividade se mesclaram. Somados à ausência de eletrificação rural, péssimas condições de transporte e necessidade de serviços de saúde, os processos de especialização e profissionalização da atividade operaram no sentido de desagregar a comunidade e a família, esta especialmente a partir da crise, e fazer com que parte dos agricultores considerassem o rural como espaço de trabalho somente, levando-os a migrar a partir da aposentadoria.

Os pontos nevrálgicos da situação geográfica e da organização do espaço agrário nortense continuam os mesmos. Poder dos atravessadores, especialização num sistema de produção em crise e a não-emergência de propostas alternativas. Contudo, bastaram algumas mudanças em elementos infra-estruturais para que emergissem novos efeitos na interação com a política

de previdência rural. Observa-se um novo período de impactos espaciais. Esta mudança é resultado da redefinição dos termos da equação exposta acima. Agora, a possibilidade “virtual” de melhoria de vida com a renda previdenciária pode se efetivar, visto que o espaço rural está dotado de novos objetos técnicos que “encurtaram” a distância entre o campo e a cidade. Embora a crise permaneça, os agricultores reconhecem que a vida na cidade pode ser pior do que a vida no campo nesta situação. Esboços de um processo de revalorização das relações de vizinhança e comunitárias, com o surgimento recente das associações comunitárias rurais, a possibilidade de segurança alimentar baseada no uso do tempo e da força excedentes, bem como a identificação com o espaço de vida representado pelo meio rural somam-se, como fatores subjetivos, à objetividade representada pelas condições proporcionadas pelas infra-estruturas.

O êxodo rural ocorrido (e ainda em marcha, embora menos intenso) em São José do Norte aponta para um cenário futuro no qual existirão menos pessoas ligadas à atividade agrária, aptas portanto, ao recebimento da previdência rural. Assim, se a participação dos idosos na composição da população apresenta uma curva de crescimento, a participação dos aposentados rurais na economia municipal tende a ser menos intensa nas próximas gerações.

Assim, entre o material e o ideal, na relação entre a economia, a sociedade, o espaço e o poder dos atores, a previdência rural, não isoladamente, produz impactos territoriais que transitam entre a universalidade pretendida entre os técnicos de Estado, e as particularidades resultado da interação com a situação geográfica do lugar onde incide.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000: Brasil e grandes regiões.** Rio de Janeiro. 2004. Cd Rom.

CAMARANO, A. A.. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica.** IPEA. Rio de Janeiro. 2002. (Texto para discussão

858). Disponível em <www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0858.pdf>. Acesso em 05/03/2005.

CARVALHO, I. M. M & ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, 17 (2): 109 – 122, 2003. Disponível em <www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>. Acesso em 10/03/2004.

DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C. **O idoso e previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Texto para Discussão no. 688. IPEA. Rio de Janeiro. 1999. Disponível em <www.ipea.gov.br> . Acesso em 20/09/2003.

FERNANDES, B. M. e LEAL, G. M. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária**. in: IV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: Março. 2002.

GEORGE, P. Problemas, doutrina e método. In: GEORGE, P. *et al.* **A Geografia ativa**. 5ª ed. São Paulo: 1980. 358 p.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Edicions 62 S/A. 1971.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. in: Revista Educação. Porto Alegre, n. 37, março, 1999.

SANTOS, J. R. dos. **Camponeses ou ceboleiros?** Um estudo acerca da reprodução da agricultura familiar e do espaço agrário em São José do Norte – RS. Rio Grande (Monografia de Conclusão do Curso de Geografia). FURG. 2003.

_____. **Previdência rural e suas interações com a realidade local: impactos territoriais em São José do Norte – RS**. Porto Alegre, UFRGS: 2006. (Dissertação de mestrado em Geografia).

_____ e FONTOURA, L . F. M. O papel do idoso no espaço rural: transformações recentes oriundas da universalização da previdência social brasileira: in: **Anais do XXVI Encontro Estadual de Geografia**, Porto Alegre, 2006. p. 57 – 66.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel. 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Hucitec. 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp. 2002b. (Coleção Milton Santos; 1)

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil – Evidências Empíricas de um estudo de caso no estado do Pará**. IPEA. Rio de Janeiro. 2000a. (Texto para discussão 729) <www.ipea.gov.br>. Acesso em 20/09/2003.

SHANIN, T. A natureza e a lógica da economia camponesa. *in: Journal of peasant studies*. 1973. Tradução: Paulo Rogério Ferreira Garcia (1985).

PRINCIPAIS DADOS DEMOGRÁFICOS

Tabela 01: População residente (número de habitantes) por faixa etária e sexo, Brasil, Rio Grande do Sul, 2006 e São José do Norte, 2007.

Faixa Etária	Brasil			Rio Grande do Sul			São José do Norte (2007)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Até 14 anos	28.118.773	27.292.519	55.411.292	1.456.648	1.403.892	2.860.540	2.942	2.886	5.828
15 a 59 anos	56.740.625	58.849.527	115.590.152	3.433.763	3.532.203	6.965.966	8.292	7.612	15.904
Mais de 60 anos	7.086.994	8.682.175	15.769.169	483.850	652.860	1.136.710	1.503	1.670	3.173
Total	91.946.392	94.824.221	183.987.291	5.374.261	5.588.955	10.582.840	12.737	12.168	24.905

Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria da Saúde/Datasus (MS/SE/Datasus), 2006, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Censos Demográficos e Contagem Populacional; para os anos intercensitários, estimativas preliminares dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus. Contagem da População (IBGE), 2007.

Tabela 02: População recenseada, por situação do domicílio e sexo, Rio Grande do Sul, São José do Norte, 2007.

Unidade Geográfica	População recenseada, por situação do domicílio e sexo								
	Total			Urbana			Rural		
	Total(1)	Homens	Mulheres	Total(1)	Homens	Mulheres	Total(1)	Homens	Mulheres
Rio Grande do Sul	6.273.345	3.095.615	3.150.909	4.676.312	2.260.692	2.395.806	1.597.033	834.923	755.103
São José do Norte	24.905	12.737	12.168	18.696	9.333	9.363	6.209	3.404	2.805

Fonte: Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Tabela 03: Domicílios particulares ocupados, por sexo da pessoa responsável pelo domicílio, Rio Grande do Sul, São José do Norte, 2007.

Unidade Geográfica	Domicílios particulares ocupados, por sexo da pessoa responsável pelo domicílio		
	Total(1)	Sexo da pessoa responsável pelo domicílio	
		Homens	Mulheres
Rio Grande do Sul	2.018.847	1.376.024	633.057
São José do Norte	8.352	5.521	2.831
Urbana	6.103	3.546	2.557
Rural	2.249	1.975	274

Fonte: Contagem da População 2007.

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Tabela 04: Domicílios particulares e permanentes (unidade) e população recenseada em domicílios particulares e permanentes (pessoas), São José do Norte, 2007.

Situação do domicílio	Domicílios particulares e permanentes	População recenseada em domicílios particulares e permanentes
Total	8.344	24.851
Urbana	6.097	18.647
Rural	2.247	6.204

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contagem da População, 2007.

Tabela 05: População residente (número de habitantes) por faixa etária e sexo, São José do Norte, 2007.

Faixa Etária	São José do Norte,		
	Masculino	Feminino	Total
Até 14 anos	2.942	2.886	5.828
15 a 59 anos	8.292	7.602	15.904
Mais de 60 anos	1.503	1.670	3.173
Total	12.737	12.168	24.905

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Contagem da População, 2007.

Tabela 06: População de homens, mulheres e total por faixa etária da cor branca e preta ou parda (número de habitantes), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.

Faixa etária	Unidade Geográfica	Total Branca	Homens brancos	Mulheres brancas	Total Preta ou Parda	Homens Pretos ou Pardos	Mulheres Pretas ou Pardas
	Brasil	34.656.310	17.230.063	17.426.248	32.495.793	16.764.533	15.731.260
0 a 19 anos	Rio Grande do Sul	3.086.715	1.564.285	1.522.431	501.879	261.499	240.378
	São José do Norte	6.454	3.265	3.189	1.828	1.011	817
	Brasil	40.586.652	19.342.173	21.244.479	32.873.268	16.630.018	16.243.248
20 a 49 anos	Rio Grande do Sul	3.975.801	1.944.775	2.031.026	574.768	295.949	278.819
	São José do Norte	8.819	4.723	4.098	1.729	892	837
	Brasil	16.055.078	7.246.749	8.808.329	10.503.368	5.049.652	5.453.717
50 anos ou mais	Rio Grande do Sul	1.755.210	787.101	968.109	212.862	100.373	112.489
	São José do Norte	4.028	1.873	2.155	665	353	312

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), 2000.

Tabela 07: Média de anos de estudo por faixa etária, segundo sexo e cor, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.

Faixa Etária	Brasil		Rio Grande do Sul		São José do Norte	
	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Brancos	Mulheres Brancas
de 15 a 17 anos	5,6	7,3	6,2	7,7	5,5	6,3
de 18 a 24 anos	6,4	8,7	6,8	8,9	5,8	6,9
de 25 anos ou mais	5,4	6,4	5,0	6,6	3,2	3,5

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG).

Tabela 08: Média de anos de estudo por faixa etária, segundo sexo e cor, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.

Faixa Etária	Brasil		Rio Grande do Sul		São José do Norte	
	Homens Pretos ou	Mulheres Pretas ou Pardas	Homens Pretos ou Pardos	Mulheres Pretas ou Pardas	Homens Pretos ou Pardos	Mulheres Pretas ou Pardas
de 15 a 17 anos	5,2	5,9	6,0	6,5	5,3	5,7
de 18 a 24 anos	6,0	6,9	6,5	7,1	5,2	6,7
de 25 anos ou mais	5,5	5,3	5,0	5,0	2,5	4,0

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG).

Tabela 09: Taxa de analfabetismo (%) por faixa etária, segundo sexo e cor, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.

Faixa Etária	Brasil		Rio Grande do Sul		São José do Norte	
	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Brancos	Mulheres Brancas
de 15 a 17 anos	2,8	1,6	1,1	0,7	8,7	0
de 18 a 24 anos	3,9	2,4	1,7	1,2	4,7	6,4
de 25 anos ou mais	9,6	10,9	6,1	7,1	21,9	25,4

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG).

Tabela 10: Taxa de analfabetismo (%) por faixa etária, segundo sexo e cor, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.

Faixa Etária	Brasil		Rio Grande do Sul		São José do Norte	
	Homens Pretos ou Pardos	Mulheres Pretas ou Pardas	Homens Pretos ou Pardos	Mulheres Pretas ou Pardas	Homens Pretos ou Pardos	Mulheres Pretas ou Pardas
de 15 a 17 anos	7,7	3,9	2,4	1,4	0	0
de 18 a 24 anos	10,5	6,2	4,5	3,1	9,8	14,0
de 25 anos ou mais	23,2	24,2	14,3	17,2	42,6	34,0

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG).

PRINCIPAIS DADOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA

Tabela 11: Domicílios particulares e permanentes (unidade) e destino do lixo, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.

Situação do domicílio	Destino do lixo	Brasil	Rio Grande do Sul	São José do Norte
	Total	44.795.101	3.042.039	7.407
	Coletado	35.393.331	2.558.120	4.890
	Coletado por serviço de limpeza	33.263.039	2.504.745	4.177
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	2.130.292	53.375	713
	Queimado (na propriedade)	5.029.000	322.374	1.359
	Enterrado (na propriedade)	521.785	84.734	524
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	3.102.584	49.001	579
	Jogado em rio, lago ou mar	193.505	3.180	27
	Outro destino	554.896	24.630	28
	Total	37.334.866	2.512.558	5.230
	Coletado	34.401.517	2.447.710	4.887
	Coletado por serviço de limpeza	32.429.248	2.405.432	4.174
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	1.972.269	42.278	713
Urbana	Queimado (na propriedade)	1.430.331	41.926	179
	Enterrado (na propriedade)	117.819	8.783	68
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	1.180.177	8.334	79
	Jogado em rio, lago ou mar	121.794	1.784	12
	Outro destino	83.228	4.021	5
	Total	7.460.235	529.481	2.177
	Coletado	991.814	110.410	3
	Coletado por serviço de limpeza	833.791	99.313	3
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	158.023	11.097	-
Rural	Queimado (na propriedade)	3.598.669	280.448	1.180
	Enterrado (na propriedade)	403.966	75.951	456
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	1.922.407	40.667	500
	Jogado em rio, lago ou mar	71.711	1.396	15
	Outro destino	471.668	20.609	23

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, 2000.

Tabela 12: Domicílios particulares e permanentes (unidade) e tipo de esgotamento sanitário, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.

Situação do domicílio	Tipo de esgotamento sanitário	Brasil	Rio Grande do Sul	São José do Norte
Total	Total	44.795.101	3.042.039	7.407
	Rede geral de esgoto ou pluvial	21.160.735	834.294	1.469
	Fossa séptica	6.699.715	1.245.931	2.219
	Fossa rudimentar	10.594.752	723.816	2.679
	Vala	1.154.910	110.738	333
	Rio, lago ou mar	1.110.021	24.962	18
	Outro escoadouro	369.660	28.134	95
	Não tinham banheiro nem sanitário	3.705.308	74.164	594
Urbana	Total	37.334.866	2.512.558	5.230
	Rede geral de esgoto ou pluvial	20.913.956	827.609	1.468
	Fossa séptica	5.984.551	1.129.159	1.759
	Fossa rudimentar	7.482.258	430.684	1.503
	Vala	816.951	63.752	78
	Rio, lago ou mar	827.843	18.081	18
	Outro escoadouro	236.439	14.414	23
	Não tinham banheiro nem sanitário	1.072.868	28.859	381
Rural	Total	7.460.235	529.481	2.177
	Rede geral de esgoto ou pluvial	246.779	6.685	1
	Fossa séptica	715.164	116.772	460
	Fossa rudimentar	3.112.494	293.132	1.176
	Vala	337.959	46.986	255
	Rio, lago ou mar	282.178	6.881	-
	Outro escoadouro	133.221	13.720	72
	Não tinham banheiro nem sanitário	2.632.440	45.305	213

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, 2000.

Tabela 13: Domicílios particulares e permanentes (unidade) e formas de abastecimento de água, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.

Situação do domicílio	Formas de abastecimento de água	Brasil	Rio Grande do Sul	São José do Norte
	Total	44.795.101	3.042.039	7.407
	Rede geral	34.859.393	2.423.264	3.691
	Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	32.666.044	2.383.183	3.477
	Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	2.193.349	40.081	214
	Poço ou nascente (na propriedade)	6.976.877	509.413	3.179
	Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	3.973.047	428.063	1.577
Total	Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	569.401	25.083	443
	Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	2.434.429	56.267	1.159
	Outra forma	2.958.831	109.362	537
	Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	493.842	77.555	158
	Outra forma - canalizada só na propriedade ou terreno	145.073	5.669	9
	Outra forma - não canalizada	2.319.916	26.138	370
	Total	37.334.866	2.512.558	5.230
	Rede geral	33.512.266	2.326.017	3.626
	Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	31.696.176	2.290.971	3.417
	Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	1.816.090	35.046	209
	Poço ou nascente (na propriedade)	2.663.255	139.499	1.181
	Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	1.783.132	125.000	839
Urbana	Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	209.058	4.519	142
	Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	671.065	9.980	200
	Outra forma	1.159.345	47.042	423
	Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	287.081	26.522	150
	Outra forma - canalizada só na propriedade ou terreno	68.259	2.712	9
	Outra forma - não canalizada	804.005	17.808	264
	Total	7.460.235	529.481	2.177
Rural	Rede geral	1.347.127	97.247	65
	Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	969.868	92.212	60
	Rede geral - canalizada só na	377.259	5.035	5

propriedade ou terreno			
Poço ou nascente (na propriedade)	4.313.622	369.914	1.998
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	2.189.915	303.063	738
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	360.343	20.564	301
Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	1.763.364	46.287	959
Outra forma	1.799.486	62.320	114
Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	206.761	51.033	8
Outra forma - canalizada só na propriedade ou terreno	76.814	2.957	-
Outra forma - não canalizada	1.515.911	8.330	106

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico, 2000.

Tabela 14: Número de ligações de água (unidade), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.

Unidade Geográfica	Brasil	Rio Grande do Sul	São José do Norte
Número de ligações de água	30.585.732	2.084.678	3.622
Número de ligações de água com hidrômetro	25.006.557	1.419.650	971

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2000.

Tabela 15: Número de ligações de esgoto (unidade), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.

Unidade Geográfica	Brasil	Rio Grande do Sul	São José do Norte
Número de ligações de esgoto	15.015.071	621.580	2.500

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2000.

PRINCIPAIS DADOS ECONÔMICOS

**Tabela 16: Produto interno bruto a preços correntes e *per capita* (em R\$):
Brasil, 2004 e Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2005.**

Unidade Geográfica	PIB a preços correntes (R\$ 1.000,00)	<i>Per capita</i> (R\$)
Brasil	1.941.498.358	10.692
Rio Grande do Sul	144.344.171	13.310
São José do Norte	135.589	5.450

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produto Interno Bruto dos Municípios, 2004 e 2005.

Tabela 17: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2000.

Unidade Geográfica	IDHM	IDHM- Renda	IDHM- Longevidade	IDHM- Educação
Brasil	0,766	0,723	0,727	0,849
Rio Grande do Sul	0,814	0,754	0,785	0,904
São José do Norte	0.703	0.608	0.727	0.775

Fonte: Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - Brasil, 2000.

**Tabela 18 : Pessoal ocupado, pessoal ocupado assalariado e salário pagos,
Rio Grande do Sul, Rio Grande e São José do Norte em 2006**

Unidade federada e municípios	Pessoal ocupado		Pessoal ocupado assalariado		Salário (em mil reais)
	Pessoas	%	Pessoas	% sobre a população ocupada	
Rio Grande do Sul	3.112.009	100	2.410.461	77,5	36.974.316
Rio Grande	42.794	1,38	32.496	75,9	536.975
São José do Norte	2.578	0,08	1.563	60,6	13.439

Fonte: IBGE. Cadastro central de Empresas, 2006

Tabela 19: Origem da renda pessoal, Rio Grande do Sul, Rio Grande e São José do Norte, 1991 e 2000

Unidade federada e municípios	Renda proveniente de rendimentos do trabalho 1991 (%)	Renda proveniente de rendimentos do trabalho 2000 (%)	Renda proveniente de transferências governamentais 1991 (%)	Renda proveniente de transferências governamentais 2000 (%)
Rio Grande do Sul	82,21	70,82	12,40	17,75
Rio Grande	77,21	62,08	16,69	23,87
São José do Norte	79,21	57,12	10,5	19,55

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil, 2000.

Tabela 20: Pessoas com renda proveniente de transferências governamentais, Rio Grande do Sul, Rio Grande e São José do Norte, 1991 e 2000

Unidade federada e municípios	Pessoas com mais de 50 % da sua renda proveniente de transferências governamentais, 1991 (%)	Pessoas com mais de 50 % da sua renda proveniente de transferências governamentais, 2000 (%)
Rio Grande do Sul	9,09	15,14
Rio Grande	14,32	21,63
São José do Norte	7,83	18,51

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil, 2000.

Tabela 21: Número de trabalhadores com carteira assinada, Brasil, Rio Grande do Sul, Rio Grande e São José do Norte, entre 2005 e 2008

Unidade	2005	2006	2007	2008
Brasil	33.238.617	35.155.249	37.607.430	39.441.566
Rio Grande do Sul	2.235.473	2.320.747	2.425.844	2.521.311
Rio Grande	33.745	35.093	36.073	36.073
São José do Norte	2.244	1.637	2.421	2.456

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. Relação Anual de Informações Sociais, 2009.

Tabela 22: Relação das admissões e demissões, Rio Grande e São José do Norte em 2007 e 2008

Municípios	2007			2008		
	Admissões	Demissões	Saldo	Admissões	Demissões	Saldo
Rio Grande do Sul	986.199	891.875	94.324	1.161.486	1.070.932	90.554
Rio Grande	11.942	10.455	1.455	13.566	12.693	873
São José do Norte	975	857	118	1.104	1.103	1

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. Relação Anual de Informações Sociais, 2009.

Tabela 23: Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes e PIB *per capita*, Rio Grande do Sul, Rio Grande, São José do Norte entre 2004 e 2006

Unidade	2005		2006	
	em mil reais	<i>Per capita</i> (R\$)	em mil reais	<i>Per capita</i> (R\$)
Rio Grande do Sul	144.344.171	13.310	156.883.171	14.310
Rio Grande	2.643.213	13.528	3.475.216	17.642
São José do Norte	135.589	5.450	153.135	6.108

Fonte: IBGE. Diretoria de pesquisas, coordenação de contas nacionais, 2009.

Tabela 24: Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita* e colocação no ranking estadual, Rio Grande e São José do Norte, 2006

Municípios	PIB em mil reais	Posição do PIB no RS	PIB <i>per capita</i> em reais	Posição do PIB <i>per capita</i> no RS
Rio Grande	3.475.216	7º	17.642	61º
São José do Norte	153.135	131º	6.108	483º

Fonte: IBGE. Diretoria de pesquisas, coordenação de contas nacionais, 2009.

Tabela 25: Participação dos setores produtivos na composição do PIB, rio Grande do Sul, Rio Grande e São José do Norte, 2006

Unidade	Agropecuária		Indústria		Serviços		Impostos	
	Mil reais	%	Mil reais	%	Mil reais	%	Mil reais	%
Rio Grande do Sul	12.570.882	8,01	38.209.245	24,36	84.888.042	54,11	21.215.002	13,52
Rio Grande	89.268	2,57	1.025.662	29,51	1.544.020	44,43	816.267	23,49
São José do Norte	49.545	32,35	15.700	10,25	81.001	52,90	6.889	4,50

Fonte: IBGE. Diretoria de pesquisas, coordenação de contas nacionais, 2009.

Tabela 26: Rendimento médio em faixas de salário mínimo das pessoas em Rio Grande, São José do Norte, Rio Grande do Sul e Brasil em 2007

Faixa de rendimento médio em salários mínimos	Rio Grande	São José do Norte	Rio Grande do Sul	Brasil
Até 0,50	558	2	1.011.754	148.320
0,51 1,00	2.742	153	762.068	1.753.944
1,01 1,50	13.353	1.663	672.263	10.859.324
1,51 2,00	8.072	864	289.485	7.050.473
2,01 3,00	8.268	457	157.796	6.647.069
3,01 4,00	4.692	161	153.628	3.231.922
4,01 5,00	2.824	98	149.985	1.932.566
5,01 7,00	2.644	51	105.558	2.112.827
7,01 10,00	2.112	48	69.783	1.436.008
10,01 15,00	1.326	8	60.933	941.529
15,01 20,00	560	4	38.341	427.648
Mais de 20,0	655	5	32.260	564.794
Ignorado	1.683	91	19.666	501.006
Total	49.489	3.605	3.523.520	37.607.430

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. Sistema Geral de Tabelas. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, 2009.

Tabela 27: Rendimento médio em faixas de salário mínimo das pessoas em Rio Grande, São José do Norte, Rio Grande do Sul e Brasil, em 2008

Faixa de rendimento em salários mínimos	Rio Grande	São José do Norte	Rio Grande do Sul	Brasil
Até 0,50	431	5	436	141.687
0,51 1,00	2.961	228	3.189	1.794.063
1,01 1,50	15.399	1.931	17.330	11.505.083
1,51 2,00	8.957	872	9.829	7.423.057
2,01 3,00	8.605	456	9.061	6.979.831
3,01 4,00	4.762	198	4.960	3.385.075
4,01 5,00	2.722	90	2.812	1.982.020
5,01 7,00	2.894	44	2.938	2.204.786
7,01 10,00	2.063	35	2.098	1.490.017
10,01 15,00	1.362	8	1.370	973.135
15,01 20,00	640	5	645	446.628
Mais de 20,0	675	0	675	594.017
Ignorado	1.404	88	1.492	522.167
Total	52.875	3.960	56.835	39.441.566

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. Sistema Geral de Tabelas. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, 2009.

Tabela 28: Número de estabelecimentos, São José do Norte, 2008

Subsetor IBGE	Total de estabelecimentos
Indústria metalúrgica	4
Indústria do material de transporte	2
Indústria da madeira e do mobiliário	8
Indústria têxtil, do vestuário e de tecidos	2
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	5
Serviços industriais de utilidade pública	2
Construção civil	12
Comércio varejista	166
Comércio atacadista	13
Instituições de crédito, seguro e capitalização	2
Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos assemelhados	6
Transporte e comunicações	14
Alojamento e alimentação	28
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	8
Ensino	1
Administração pública e autárquica	2
Agricultura, pecuária, silvicultura, pesca, exploração florestal	29
Total	304

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2008.

PRINCIPAIS DADOS AGROPECUÁRIOS

Tabela 29: Condição do produtor por estabelecimento rural e área total, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2006.

Condição do Produtor	Brasil		Rio Grande do Sul		São José do Norte	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário	3. 946. 276	306. 847. 605	370. 827	18.125. 190	1. 346	54. 098
Assentado sem titulação definitiva	189. 191	5. 750. 283	7. 029	153. 542	2	-
Arrendatário	230. 110	9. 005. 203	26. 715	1. 453. 932	90	1. 515
Parceiro	142. 531	1. 985. 085	9. 525	212. 660	44	2. 467
Ocupante	412. 357	6. 353. 218	20. 514	254. 165	501	3. 962
Produtor sem-área	255. 024	-	6. 857	-	16	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário, 1995/96.

Tabela 30: Utilização das terras por estabelecimento e área total no Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2006.

Utilização das Terras (Grupos de atividades)	Brasil		Rio Grande do Sul		São José do Norte	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Lavoura temporária	1.908.650	83.464.327	221.476	9.716.580	1.419	29.104
Horticultura e floricultura	200.380	6.051.690	16.644	256.396	34	651
Lavoura permanente	558.587	19.012.165	19.999	378.602	1	X
Sementes, mudas e outras formas de propagação	2.682	436.920	361	22.936	-	-
Pecuária e criação de outros animais	2.277.214	204.442.686	167.701	8.883.511	447	21.463
Produção florestal - florestas plantadas	74.344	9.018.396	12.204	864.100	37	10.172
Produção florestal - florestas nativas	126.649	6.158.285	2.010	52.740	22	352
Pesca	15.072	433.585	195	2.072	39	301
Aquicultura	11.911	923.340	877	22.553	-	-
Total	5.175.489	329.941.393	441.467	20.199.489	1.999	62.063

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário, 2006.

1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de três (3) informantes foram desidentificados pelo IBGE com o caracter X.

Tabela 31: Pessoal ocupado em estabelecimentos rurais por sexo nos grupos de área, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2006.

Grupos de área total	Brasil			Rio Grande do Sul			São José do Norte		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	258.807	160.574	98.233	4.975	2.732	2.243	6	3	3
De 0,1 a menos de 0,2 ha	120.145	73.608	46.537	2.706	1.489	1.217	1	1	-
De 0,2 a menos de 0,5 ha	400.890	248.519	152.371	4.573	2.589	1.984	24	16	8
De 0,5 a menos de 1 ha	738.561	478.531	260.030	12.331	6.956	5.375	172	120	52
De 1 a menos de 2 ha	1.188.228	780.984	407.244	40.556	23.598	16.958	771	500	271
De 2 a menos de 3 ha	877.624	575.582	302.042	49.528	29.109	20.419	600	395	205
De 3 a menos de 4 ha	728.257	484.436	243.821	50.872	30.071	20.801	327	208	119
De 4 a menos de 5 ha	605.262	405.126	200.136	44.133	26.235	17.898	179	119	60
De 5 a menos de 10 ha	1.831.406	1.229.405	602.001	208.340	124.231	84.109	841	540	301
De 10 a menos de 20 ha	2.205.457	1.487.226	718.231	309.223	184.850	124.373	1.091	702	389
De 20 a menos de 50 ha	2.718.020	1.894.232	823.788	279.356	171.969	107.387	1.197	831	366
De 50 a menos de 100 ha	1.399.098	1.020.308	378.790	76.477	51.491	24.986	461	306	155
De 100 a menos de 200 ha	905.839	691.126	214.713	40.142	29.865	10.277	203	135	68
De 200 a menos de 500 ha	787.942	621.545	166.397	38.804	31.178	7.626	120	91	29
De 500 a menos de 1000 ha	364.699	296.140	68.559	25.051	20.740	4.311	51	45	6
De 1000 a menos de 2500 ha	312.473	261.671	50.802	18.894	16.305	2.589	59	56	3
De 2500 ha e mais	449.431	389.257	60.174	9.694	8.298	1.396	9	7	2
Produtor sem área	675.405	416.924	258.481	16.165	9.205	6.960	36	21	15
Total	16.567.544	11.515.194	5.052.350	1.231.820	770.911	460.909	6.148	4.096	2.052

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário, 1995/96. 1- inclusive o produtor

Tabela 32: Pessoal ocupado por grupo de atividade econômica, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2006.

Grupo de atividade econômica	Brasil		Rio Grande do Sul		São José do Norte	
	Pessoal ocupado (pessoas)	Pessoal ocupado (%)	Pessoal ocupado (pessoas)	Pessoal ocupado (%)	Pessoal ocupado (pessoas)	Pessoal ocupado (%)
Total	16.567.544	100,00	1.231.820	100,00	6.148	100,00
Lavoura temporária	6.389.812	38,57	635.085	51,56	4.715	76,69
Horticultura e floricultura	606.568	3,66	43.138	3,50	89	1,45
Lavoura permanente	2.227.656	13,45	72.529	5,89	1	0,02
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	13.488	0,08	1.225	0,10	-	-
Pecuária e criação de outros animais	6.619.536	39,95	443.647	36,02	1.044	16,98
Produção Florestal – florestas plantadas	235.833	1,42	28.978	2,35	159	2,59
Produção Florestal – florestas nativas	379.020	2,29	4.662	0,38	52	0,85
Pesca	48.631	0,29	433	0,04	88	1,43
Aquicultura	47.000	0,28	2.123	0,17	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário, 2006.

1 - Inclusive o produtor.

Tabela 33: Quantidade produzida, valor da produção, área plantada e área colhida da lavoura temporária, Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2007.

Lavoura Temporária	Quantidade produzida			Valor da produção (mil reais)			Área plantada (hectare)			Área colhida (hectare)		
	BR	RS	SJ	BR	RS	SJ	BR	RS	SJ	BR	RS	SJ
Alho (Tonelada)	99.002	22.167	9	230.227	58.142	18	11.258	3.293	3	11.258	3.293	3
Arroz (em casca) (Tonelada)	11.060.741	6.340.136	15.400	4.571.156	2.527.354	6.622	2.915.316	942.151	2.200	2.890.926	941.058	2.200
Batata - doce (Tonelada)	529.531	159.000	40	254.894	96.711	14	44.045	12.772	2	43.879	12.772	2
Batata - inglesa (Tonelada)	3.550.511	386.211	10	2.036.223	188.785	4	147.800	24.302	2	147.719	24.254	2
Cebola (Tonelada)	1.360.301	161.530	35.200	774.527	65.813	16.192	63.682	11.164	2.200	63.622	11.159	2.200
Feijão (em grão) (Tonelada)	3.169.356	142.086	88	3.880.952	112.201	44	3.975.900	118.036	110	3.788.279	117.058	110
Fumo (em folha) (Tonelada)	908.679	474.668	129	3.583.963	1.866.310	516	460.343	231.110	60	459.481	230.448	60
Milho (em grão) (Tonelada)	52.112.217	5.969.118	135	15.616.489	1.676.453	45	14.010.838	1.365.387	150	13.767.431	1.363.323	150
Tomate (Tonelada)	3.431.232	104.981	75	2.094.370	108.841	53	58.575	2.410	3	58.404	2.409	3
Total	-	-	-	91.651.075	12.993.185	23.508	55.887.464	7.804.492	4.730	55.343.789	7.796.516	4.730

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal, 2007.

BR = Brasil, RS = Rio Grande do Sul, SJ = São José do Norte.

Tabela 34: Evolução dos efetivos rebanhos por espécie (cabeças), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte 2002-2007.

Unidade Geográfica	Tipo de rebanho					
	Ano	Bovino	Suíno	Ovino	Galinhas	Caprino
Brasil	2002	185.348.838	31.918.749	14.277.061	180.427.006	9.429.122
	2003	195.551.576	32.304.905	14.556.484	183.799.736	9.581.653
	2004	204.512.737	33.085.299	15.057.838	184.786.319	10.046.888
	2005	207.156.696	34.063.934	15.588.041	186.573.334	10.306.722
	2006	205.886.244	35.173.824	16.019.170	191.622.110	10.401.449
	2007	199.752.014	35.945.015	16.239.455	197.618.060	9.450.312
	Rio Grande do Sul	2002	14.371.138	4.036.952	3.938.988	18.941.910
2003		14.581.757	4.145.052	3.912.103	18.942.498	77.923
2004		14.669.713	4.094.030	3.826.650	18.926.137	84.525
2005		14.239.906	4.233.791	3.732.917	18.412.223	86.620
2006		13.974.827	4.339.484	3.764.031	19.856.188	87.185
2007		13.516.426	5.197.008	3.830.061	19.719.198	88.771
São José do Norte		2002	40.106	1.578	6.890	9.000
	2003	55.930	1.550	7.350	8.940	25
	2004	55.800	1.580	7.200	8.100	26
	2005	52.158	1.480	7.200	8.000	26
	2006	52.731	1.500	7.279	8.120	26
	2007	52.197	1.398	5.200	8.261	28

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa pecuária municipal. Diversos anos.

Tabela 35: Evolução da produção de leite, lã, ovos de galinha e mel de abelha (litros, quilogramas e dúzias), Brasil, Rio Grande do Sul e São José do Norte, 2002-2007.

		Produtos			
	Ano	Leite (mil litros)	Lã (quilograma)	Ovos de Galinha (mil dúzias)	Mel de Abelha (quilograma)
Unidade Geográfica	2002	21.642.780	11.418.585	2.579.561	24.028.652
	2003	22.253.863	11.312.276	2.618.567	30.022.404
	2004	23.474.694	11.172.490	2.693.220	32.290.462
	2005	24.571.537	10.777.534	2.791.548	33.749.666
	2006	25.398.219	10.876.334	2.933.901	36.193.868
	2007	26.137.266	11.160.341	2.965.316	34.747.116
	Rio Grande do Sul	2002	2.329.607	10.425.484	242.497
2003		2.305.758	10.397.489	245.655	6.777.865
2004		2.364.936	10.259.466	255.437	7.317.410
2005		2.467.630	9.883.261	258.217	7.427.944
2006		2.625.132	10.007.942	272.143	7.819.993
2007		2.943.684	10.208.855	277.185	7.364.965
São José do Norte		2002	928	10.570	150
	2003	987	11.025	137	2.550
	2004	846	10.750	135	2.500
	2005	846	10.700	134	2.500
	2006	855	10.849	137	2.572
	2007	840	9.775	116	2.800

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa pecuária municipal. Diversos anos.

Tabela 36: Quantidade produzida de leite de vaca por grupo de atividade econômica (mil litros), Brasil, Rio Grande do Sul e Rio São José do Norte, 2006.

Unidade Geográfica	Grupo de atividade econômica	Leite (mil litros)
Brasil	Lavoura Temporária	2.388.630
	Horticultura e floricultura	88.770
	Lavoura permanente	613.487
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	6.348
	Pecuária e criação de outros animais	16.968.098
	Produção mista florestal – florestas plantadas	47.475
	Produção mista florestal – florestas nativas	24.352
	Pesca	1.405
	Aqüicultura	19.116
	Total	20.157.682
	Rio Grande do Sul	Lavoura Temporária
Horticultura e floricultura		10.194
Lavoura permanente		28.463
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal		1.808
Pecuária e criação de outros animais		1.725.417
Produção mista florestal – florestas plantadas		10.303
Produção mista florestal – florestas nativas		1.540
Pesca		51
Aqüicultura		1.027
Total		2.455.611
São José do Norte		Lavoura Temporária
	Horticultura e floricultura	3
	Lavoura permanente	-
	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	-
	Pecuária e criação de outros animais	191
	Produção mista florestal – florestas plantadas	4
	Produção mista florestal – florestas nativas	2
	Pesca	3
Aqüicultura	-	
Total	376	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo agropecuário, 2006

1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes foram desidentificados pelo IBGE com o caracter X.

Tabela 37: Evolução dos efetivos rebanhos por espécie (cabeças), Brasil e Rio Grande do Sul, 1997-2007.

Ano	Brasil					Rio Grande do Sul				
	Bovino	Suíno	Ovino	Galinhas	Caprino	Bovino	Suíno	Ovino	Galinhas	Caprino
1997	161.416.157	29.637.109	14.533.716	179.628.673	7.968.169	13.699.814	4.066.847	5.240.323	20.992.513	68.353
1998	163.154.357	30.006.946	14.268.387	175.851.681	8.164.153	13.743.130	4.055.024	5.143.968	21.242.625	71.336
1999	164.621.038	30.838.616	14.399.960	180.194.312	8.622.935	13.663.893	4.140.468	4.870.244	22.763.663	74.223
2000	169.875.524	31.562.111	14.784.958	183.494.626	9.346.813	13.601.000	4.133.303	4.812.477	21.852.350	72.629
2001	176.388.726	32.605.112	14.638.925	190.233.644	9.537.439	13.871.613	4.076.247	4.311.723	18.654.980	75.879
2002	185.348.838	31.918.749	14.277.061	180.427.006	9.429.122	14.371.138	4.036.952	3.938.988	18.941.910	75.508
2003	195.551.576	32.304.905	14.556.484	183.799.736	9.581.653	14.581.757	4.145.052	3.912.103	18.942.498	77.923
2004	204.512.737	33.085.299	15.057.838	184.786.319	10.046.888	14.669.713	4.094.030	3.826.650	18.926.137	84.525
2005	207.156.696	34.063.934	15.588.041	186.573.334	10.306.722	14.239.906	4.233.791	3.732.917	18.412.223	86.620
2006	205.886.244	35.173.824	16.019.170	191.622.110	10.401.449	13.974.827	4.339.484	3.764.031	19.856.188	87.185
2007	199.752.014	35.945.015	16.239.455	197.618.060	9.450.312	13.516.426	5.197.008	3.830.061	19.719.198	88.771

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa pecuária municipal. Diversos anos.

Tabela 38: Evolução dos efetivos rebanhos por espécie (cabeças), São José do Norte, 1997-2007.

Ano	São José do Norte				
	Bovino	Suíno	Ovino	Galinhas	Caprino
1997	40.970	2.192	7.010	13.100	25
1998	39.900	2.026	6.900	11.900	24
1999	39.700	1.880	6.800	11.100	25
2000	39.295	1.750	6.850	10.160	25
2001	40.080	1.660	6.870	9.900	25
2002	40.106	1.578	6.890	9.000	25
2003	55.930	1.550	7.350	8.940	25
2004	55.800	1.580	7.200	8.100	26
2005	52.158	1.480	7.200	8.000	26
2006	52.731	1.500	7.279	8.120	26
2007	52.197	1.398	5.200	8.261	28

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa pecuária municipal. Diversos anos.

NORMAS PARA COLABORAÇÃO

O CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas é um periódico organizado e de responsabilidade do Núcleo de Análises Urbanas da Universidade Federal do Rio Grande e objetiva trazer ao público o resultado de pesquisas e a disponibilização de dados e informações sobre o urbano e a cidade em suas múltiplas escalas.

Os textos serão submetidos à avaliação dos membros do Conselho Editorial do CaderNAU, reservando-se a Comissão Editorial o direito de aprovar totalmente, aprovar com ressalvas ou recusar os artigos submetidos para publicação. No caso de aprovação com ressalvas os textos serão devolvidos aos autores para re-elaboração, de acordo com as sugestões e observações dos pareceristas.

O Conselho Editorial e a Comissão Editorial decidirão quais artigos terão a possibilidade de publicação, considerando-se para tanto a consistência teórica e pertinência do tema diante da linha editorial. Será dada preferência à divulgação de resultados de pesquisas concluídas.

Os textos assinados serão de inteira responsabilidade dos autores e não haverá alteração de seu conteúdo sem prévia autorização.

Os autores receberão gratuitamente três exemplares do fascículo em que tiver sido publicado seu texto

Pesquisadores interessados devem encaminhar os originais pelo correio para o seguinte endereço:

CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas
ICHI- Núcleo de Análises Urbanas Universidade Federal do Rio Grande –
FURG – Campus Carreiros CP 474 CEP: 96.201-900 – Rio Grande-RS.ou para
o endereço eletrônico dos editores responsáveis: cesarmartins@furg.br e/ou
susanasilva@furg.br (nesse caso enviar arquivos do texto e das figuras como
anexos)

Os textos devem seguir as orientações abaixo:

- Devem ser digitados no processador Microsoft Word, sem formatação dos parágrafos, com espaçamento 1.5 entre linhas, letra Times New Roman corpo 12 e, no máximo, 20 páginas tamanho A4. Devem ser encaminhados em disquete ou CD, com duas cópias em papel, uma das quais sem nome(s) do(s) autor(es).
- O disquete (ou o CD) deve ser identificado com o sobrenome do primeiro autor e título do artigo.
- Além do texto principal, deverão ser encaminhados Resumo e Abstract (Resume ou Resumen) com 200 palavras no máximo, em um só parágrafo. Título em inglês ou francês, Palavras-chave (até 5) em português, inglês (Key words), francês (Mots clé) ou espanhol (Palabras claves). Não usar tradutor automático. Recomenda-se passar por revisão de profissional especializado.

- O título deve ser digitado em maiúsculas, separado do subtítulo por dois pontos (:), quando houver. Um espaço abaixo dele deve(m) ser digitado(s) o(s) nome(s) completos do(s) autor(es), (somente o sobrenome de entrada na Referência em maiúsculas), seguido(s) de sua filiação institucional, atividade e/ou cargo exercido, endereço para correspondência e e-mail.
- Tabelas, figuras, gráficos e fotografias devem ser em preto e branco e, além de inseridos no texto, serem encaminhadas em arquivos separados com extensão. DOC, CDR, TIF, ou .JPG (com no mínimo 300 dpi).
- De acordo com a NBR-10520:2001 da ABNT, as Referências deverão ter chamadas no texto pelo(s) sobrenome(s) do(s) autor(es), em maiúsculas, data e página, quando dentro do parêntesis (SILVA, 1995, p.43) e em minúsculas quando inseridas na frase: Segundo Silva (1995, p.43). Se um mesmo autor citado tiver mais de uma publicação no mesmo ano, identificar cada uma delas por letras, (SILVA, 1995a, p.35).
* As Referências (somente aquelas citadas no texto) completas deverão constar ao final do texto, alinhadas totalmente à esquerda, em ordem alfabética, e elaboradas de acordo com a NBR-6023:2000 da ABNT, como os exemplos abaixo:

Livro

SOBRENOME, Nomes. Título do Livro. Local de Edição: Editora, ano da publicação. ?p.

Capítulo de livro

SOBRENOME, Nomes (do autor do capítulo). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nomes (Ed., Org., Comp.) Título do Livro. Local de Edição: Editora, ano de publicação. Número do Capítulo, p. página inicial – página final do capítulo.

Artigo

SOBRENOME, Nomes. Título do Artigo. Nome da Revista, Local de Edição, v. ?, n. ?, p. página inicial - página final, ano da publicação.

Tese/Dissertação

SOBRENOME, Nomes. Título da tese/dissertação. Data de publicação. ? f. Tese/Dissertação (Doutorado/Mestrado em ...) - Instituto, Universidade, local da defesa, data de defesa.

Evento

SOBRENOME, Nomes. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, 5., Cidade, data. Título Anais, Proceedings... Local de edição: Editora, data. Página inicial-final do trabalho.

As citações textuais de menos de três linhas deverão aparecer no decorrer do texto, na mesma letra (sem itálicos) e entre aspas. As citações que ocuparem mais de três linhas deverão ser digitadas separadas do texto principal, com recuo, sem aspas nem itálicos e em letra de tamanho menor que aquela do texto principal. Em ambos os casos, deve ser citado o SOBRENOME do autor, ano, página.

Itens de Verificação para Submissão

As instruções a seguir serão adotadas a partir do momento em que o CaderNAU estiver disponível no sistema

<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/vit>.

Como parte do processo de submissão, autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão com todas os itens listados a seguir. Serão devolvidas aos autores as submissões que não estiverem de acordo com as normas.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapasse os 2MB)
3. Todos os endereços de páginas na Internet (URLs), incluídas no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.
4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.
6. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação por Pares Cega.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou à terceiros.

**CaderNAU- Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas ISSN impresso:
1982-2642**